

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS... ATOS E ATORES:
INVESTIGAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O COMBATE À
EVASÃO NO CURSO TÉCNICO EM ZOOTECNIA DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS
RIO POMBA**

LUCILÉIA MARIA ARANTES

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS... ATOS E ATORES:
INVESTIGAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O COMBATE À EVASÃO
NO CURSO TÉCNICO EM ZOOTECNIA DO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS
GERAIS – CAMPUS RIO POMBA**

LUCILÉIA MARIA ARANTES

Sob a Orientação da Professora
Lucília Augusta Lino de Paula

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Julho de 2011.

371.2913
A662e
T

Arantes, Luciléia Maria, 1966-

Entre textos e contextos - atos e atores: investigações e estratégias para combate à evasão no curso de Técnico em Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba/Luciléia Maria Arantes - 2011.
114 f.: il.

Orientador: Lucília Augusta Lino de Paula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.
Bibliografia: f. 71-78.

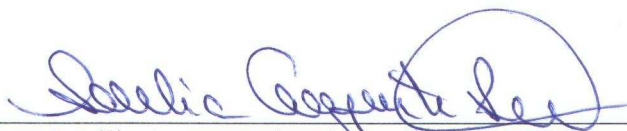
1. Evasão escolar - Teses. 2. Evasão escolar - Prevenção - Teses. 3. Ensino profissional - Teses. 4. Zootecnia - Estudo e ensino - Teses. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (Campus Rio Pomba) - Teses. I. Paula, Lucília Augusta Lino de, 1960-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

LUCILÉIA MARIA ARANTES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12/07/2011.



Lucília Augusta Lino de Paula, Dra. UFRRJ



Fernando César Ferreira Gouvêa, Dr. UFRRJ



Aristeo Gonçalves Leite Filho, Dr. UERJ

DEDICATÓRIA

Ao meu pai que, com seu amor incondicional, sempre me incentivou e me ensinou o valor dos estudos. Tenho certeza que se estivesse aqui ficaria muito orgulhoso desta vitória. Sei que, mesmo de longe continua sempre acreditando em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é a melhor forma de reconhecer a ajuda, o incentivo, o carinho e a participação das pessoas amigas que cruzaram o meu caminho durante a elaboração deste trabalho.

Quero agradecer...

A Deus que em todos os instantes da minha vida está comigo, sempre iluminando e mostrando o caminho a ser seguido.

A minha mãe e demais familiares pelo apoio, incentivo e pela compreensão nos momentos ausentes.

Ao Ramon, Raquel e Rafael, pessoas que tanto amo, por terem sido capazes de entender minha ausência e sobreviveram sem que eu pudesse estar totalmente presente nas atividades diárias. Obrigada pelo incentivo, apoio, compreensão e paciência que demonstraram nas horas e horas frente aos livros e computador sem poder participar do que eu mais gosto que é a vida familiar.

A minha sobrinha Elis pela força, carinho e incentivo nos momentos difíceis.

A Lucília, minha orientadora, pelo carinho, sinceridade, autonomia e confiança em mim depositada. Obrigada por acreditar no meu projeto.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pela competência e compromisso com o trabalho desenvolvido.

Ao Fernando Gouvêa, meu co-orientador, pela presença marcante e parceria verdadeira na realização deste trabalho. Obrigada pela dedicação, apoio, incentivo e amizade, enfim, por tudo que você foi capaz de me ensinar durante estes dois anos.

Ao Diretor do Campus Barbacena, professor José Roberto Ribeiro Lima, por permitir que eu viajasse sempre junto aos servidores da sua escola, disponibilizando o carro oficial da instituição para nos levar tanto para as aulas em Seropédica quanto para os aeroportos do Rio de Janeiro e Belo Horizonte quando os encontros aconteciam em outro pólo. Obrigada pelo carinho e atenção que sempre teve com todos.

Ao IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, na pessoa do diretor Arnaldo Prata Neiva Júnior, pela confiança, apoio e oportunidade de qualificação profissional.

A todos os servidores do Campus Rio Pomba que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, em especial ao pessoal da secretaria, pela ajuda constante no fornecimento de dados e informações.

Aos professores Roberto Dutra e Catarina a ajuda de vocês também foi valiosa.

Aos participantes da pesquisa, alunos, professores e técnicos administrativos, a contribuição de vocês foi fundamental para a elaboração da minha dissertação.

Aos professores que participam do “Projeto de Acompanhamento de Alunos” pela responsabilidade, comprometimento e seriedade no desenvolvimento das atividades.

Aos colegas de curso, pelos encontros, dificuldades, trabalhos, incentivos, discussões, passeios... pelas aulas, valiosas trocas de experiências e vivências, e, finalmente, pelo elo de amizade que construímos durante este percurso. Vocês são inesquecíveis.

Em especial, aos amigos José Roberto, José Alcir, Marciléa, Ângela, Gerson e Romário pela aprendizagem, convivência, companhia nas viagens, apoio, amizade e companheirismo. Sem vocês minha caminhada seria muito mais difícil. Obrigada por tudo.

À Mônica por me despertar o interesse pelo curso e me encorajar nos momentos difíceis.

À Carla pela contribuição no meu trabalho e por fazer-me acreditar que o mestrado seria uma realidade em minha vida.

À Ide (Marilda Lamas), pessoa especial, que me acompanhou durante toda minha trajetória como educadora e de uma forma singular foi a grande companheira nesta caminhada.

Aos meus amigos que, apesar de não citar o nome de cada um, sei que torceram muito por mim. Obrigada por compreender a minha ausência, impaciência e cansaço durante o período de elaboração deste trabalho.

A todos vocês o meu muito obrigado.

RESUMO

ARANTES, Luciléia Maria. **Entre textos e contextos... atos e atores: investigações e estratégias para combate à evasão no curso de Técnico em Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba**. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

O objetivo desta pesquisa é investigar as causas da evasão escolar e propor estratégias para o combate a esta mesma evasão no âmbito do Curso Técnico em Zootecnia do IF Sudeste de MG – Campus Rio Pomba. O universo da pesquisa foi formado pelos alunos que abandonaram o Curso Técnico em Zootecnia do referido instituto, entre os anos de 2005 e 2009, num total de 117 alunos, para os quais foram enviados questionários contendo perguntas relacionadas à identificação do aluno com a instituição, à época de estudo e à evasão escolar. O retorno obtido alcançou um total de 29 questionários. O questionário dos professores e técnicos administrativos englobou questões relativas ao tempo de trabalho na instituição, se perceberam ou não a evasão no curso, como se posicionaram diante dos dados apresentados e quais os fatores que acreditaram serem os causadores da evasão escolar no Curso Técnico em Zootecnia. Os questionários aplicados em professores, alunos e técnicos foi o instrumento para o levantamento e análise de dados da pesquisa. Foi possível identificar os fatores que causaram a evasão escolar na opinião dos alunos e dos servidores da instituição. Vale destacar os fatores que tiveram maiores índices de respostas. Na visão dos alunos o abandono foi devido ao curso não atender as expectativas e a indecisão profissional dos próprios discentes. Para os professores e técnicos administrativos a questão da evasão se deve ao desconhecimento do curso por parte do discente, as dificuldades de aprendizagem, a distância da família e a incerteza da escolha profissional. O trabalho aponta sugestões e estratégias de permanência do aluno na escola, fazendo referências quanto a currículos, aos procedimentos metodológicos, ao desenvolvimento da aprendizagem, à relação professor/aluno e à avaliação. Nesta direção, foram elaboradas e implementadas as ações do “Projeto de Acompanhamento de Alunos”, realizadas durante o 1º semestre de 2011, junto às turmas do curso Técnico em Zootecnia. As estratégias utilizadas com sucesso foram visitas, palestras, dinâmicas, auto-avaliação, conselho participativo e reunião de pais. Esta pesquisa visa ainda contribuir para que a Instituição possa repensar o seu papel social, como uma instituição federal gratuita, que tem como compromisso a busca de valores sólidos e práticas baseadas em uma postura ética, aliadas à sabedoria acumulada pela comunidade e aos conhecimentos científicos capazes de desenvolver no aluno o gosto pelo estudo, o interesse em permanecer no curso, tornando-o um profissional competente e um cidadão ético e crítico.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Estratégias de Permanência na Escola. Educação Profissional.

ABSTRACT

ARANTES, Luciléia Maria. **Between texts and contexts... acts and actors: researches and strategies to combat evasion in the Zootechnics Course at the Federal Institute of Education, Science and Technology of the Southeastern of Minas Gerais – Rio Pomba Campus**. 2011. 116 p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

The objective of this research is to investigate the causes of school evasion and propose strategies to combat this same evasion under the Zootechnics Course at the Federal Institute of the Southeast of MG – Rio Pomba Campus. The research universe was formed by students who have left the Zootechnics Course of that institution, between the years 2005 and 2009, a total of 117 students, who were sent questionnaires containing questions related to the student's identification with the institution, the time of study and school evasion. The answered returned questionnaires achieved a total of 29. The survey of teachers and administrative staff included questions relating to time working at the institution, if the evasion was or was not noticed at the course, how they positioned themselves on the data presented and what were the factors that make them believe to cause the school evasion in the Zootechnics Course. The questionnaires applied on teachers, students and technicians were the instrumental to the survey and analysis of research data. It was possible to identify the factors that caused the school evasion in the opinion of students and the institution's attendants. It is worth highlighting the factors that had higher response rates. In the students' view, the abandonment was due to the course does not meet expectations and professional indecision of them own. For teachers and administrative staff the issue of evasion is due to the lack of the knowledge about the course by the student, the learning difficulties, the distance from family and the uncertainty of career choice. The study points out suggestions and strategies of permanence of the student in the school, making references about curricula, the methodological procedures, the development of learning, the teacher/student relationship and evaluation. This way, there were developed and implemented the actions of the "Monitoring Students Project" held during the first semester of 2011, along with classes in the Zootechnics Course. The strategies used successfully were visits, lectures, self-assessment, participatory advices and parents meeting. This research also aims to enable the institution to rethink its social role as a free federal institution, which is committed to search for strong values and practices based on an ethical stance, combined with the accumulated wisdom of the community and scientific knowledge capable to develop in students a taste for study, interest in staying on the course, making him/her a competent professional and an ethical and critical citizen.

Key words: School Evasion. Strategies for Permanence in School. Professional Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Porcentagem de Discentes desistentes / reprovados / transferidos / trancamentos por curso	34
Gráfico 02 - Número de Discentes evadidos por faixa etária	37
Gráfico 03 - Residência/origem dos Discentes	38
Gráfico 04 - Dados sobre a escolaridade, após a evasão	39
Gráfico 05 - Situação atual do Discente evadido	40
Gráfico 06 - Qualidade do curso: o olhar dos Discentes	41
Gráfico 07 - Dados referentes ao possível retorno do Discente ao curso	42
Gráfico 08 - Reprovação dos Discentes: motivos	43
Gráfico 09 - Principais motivos da evasão: o olhar dos Docentes e dos Técnicos Administrativos	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Situação acadêmica dos Discentes do curso Técnico em Zootecnia.....	35
Quadro 02 -	Percentual de Discentes desistentes, transferidos e com trancamento de matrícula	36
Quadro 03 -	Trajetória escolar dos Discentes	38
Quadro 04 -	Escolaridade, após a evasão	39
Quadro 05 -	A opção pelo curso de Zootecnia	40
Quadro 06 -	Residência/origem dos Discentes	41
Quadro 07 -	Períodos de permanência na escola	42
Quadro 08 -	Índice de reprovação durante o curso de Zootecnia	43
Quadro 09 -	Motivos da evasão: o olhar dos Discentes	43
Quadro 10 -	Tempo de serviço dos Professores e Técnicos Administrativos na Instituição	45
A -	Professores do Ensino Médio	45
B -	Professores do Ensino Técnico	45
C -	Técnicos Administrativos	45
Quadro 11 -	Motivos da evasão	46
A -	Apontados pelos Professores do Ensino Médio	46
B -	Apontados pelos Professores do Ensino Técnico	47
C -	Apontados pelos Técnicos Administrativos	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I TEXTOS E CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O REGIONAL E O NACIONAL EM DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA.....	6
1.1 Do Regional ao <i>Locus</i> de Estudo: A Trajetória da Escola Agrícola de Rio Pomba.....	6
1.2 Entre Textos e Contextos: Os Marcos Regulatórios da Educação Agrícola nos Anos 1990 e no Primeiro Decênio do Século XXI	12
2 CAPÍTULO II A EVASÃO ESCOLAR EM TELA: ATOS E ATORES EM PROCESSO	22
2.1 A Evasão Escolar no Ensino Agrícola	22
2.2 A Evasão no Curso Técnico em Zootecnia do IF SUDESTE MG – Campus Rio Pomba: Diálogos Cotidianos e Empiria	28
2.3 Da Metodologia Anunciada aos Bastidores da Pesquisa	30
2.4 O Levantamento e a Construção dos Dados da Pesquisa	33
2.5 Causas da Evasão - O Que Dizem os Atores Envolvidos	36
2.5.1 Alunos	37
Eixo 1 – Configuração sociogênico-econômica	37
Eixo 2 - Rede de contextualização histórico-institucional	40
Eixo 3 – Táticas e práticas de evasão	41
2.5.2 – As Posições dos Professores e dos Técnicos Administrativos	44
3 CAPÍTULO III ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA NA ESCOLA: O COMBATE À EVASÃO EM PRÁTICA	50
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
6 ANEXOS	79
Anexo 1	80
Anexo 2	88
Anexo 3	89
Anexo 4	94
Anexo 5	98
7 APÊNDICES	99
Apêndice A	100
Apêndice B	101
Apêndice C	103
Apêndice D	104
Apêndice E	106
Apêndice F	113

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento repleto de transformações de naturezas diversas. Dentre tais elementos e ferramentas que possibilitam vertiginosas mudanças chamam atenção às de caráter tecnológico. As complexidades e soluções aventadas pelas tecnologias recaem – quase de forma obrigatória – numa análise mais acurada das relações destas com a instrução e educação e nos posicionamentos das instituições escolares face ao desafio de incorporar os paradigmas tecnológicos numa postura que favoreça uma mirada no futuro buscando um olhar crítico de quem constrói também o tempo presente prenhe de problemas a serem resolvidos.

Um dos problemas que preocupa os educadores comprometidos com as políticas públicas educacionais e com uma sociedade democrática é a evasão na educação básica, em nosso caso específico, no ensino agrícola. A evasão escolar representa um grande prejuízo tanto para a escola que é formadora e investe em capital humano¹ e financeiro quanto para os alunos que abandonam o curso perdendo a oportunidade de se profissionalizar.

Entende-se que o ensino que tenha como suporte as tecnologias é um dos fatores de fixação do homem do campo e recurso essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar, daí a importância da permanência do aluno na escola completando sua formação técnica.

Tavares (2006, p.5) afirma que:

[...] a educação agrícola adequada é aquela que possibilita a aplicação do conhecimento científico, gerado pela pesquisa, na formação técnica do agricultor e da sua família. Em outras palavras, um tipo de educação que transforme a atividade de subsistência em uma atividade que gere renda para o produtor e sua família e, principalmente, um lucro operacional líquido necessário para o desenvolvimento de sua atividade como um pequeno agronegócio.

A evasão escolar representa um impedimento à profissionalização dos jovens e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade de vida. Segundo Saviani (2002) as conseqüências da evasão nas famílias de alunos retidos são muito graves porque lhes retira a oportunidade de melhores condições de vida, o que significa na verdade a anulação do sucesso tão almejado.

O Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei 10.172/2001 no capítulo II, página 10, diz que:

a exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por incúria do poder público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar da cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro (BRASIL, 2001).

¹ Neste caso, cabe asseverar que utilizamos a expressão “capital humano” com o sentido de valorização das potencialidades de cada ator do processo educativo e social. Esta posição difere radicalmente da “Teoria do capital humano” desenvolvida por Theodore W. Schultz em meados dos anos 1950. A referida teoria deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção”. Além disso, legitima a ideia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento.

O documento-base do Ciclo dos Seminários Regionais e Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica aponta a necessidade de re-significação do Ensino Agrícola pois:

Verifica-se que o conceito de formação agrícola utilizado durante muitos anos vem perdendo substância. Se até pouco tempo se pensava que essa nada mais era do que a transmissão ordenada e sistemática de conhecimentos tecnológicos destinados à difusão de tecnologia, especialmente para uma agricultura com alta entrada de insumos externos, hoje em dia se observa a necessidade cada vez maior dessa ser vista em outra dimensão. Ou seja, associada a uma nova cultura do trabalho e da organização social. Da produção associada à preservação da natureza, das tecnologias viáveis para a produção orgânica, para as pequenas propriedades e agricultura familiar (MEC/SETEC, 2008).

Desta maneira, focar esta pesquisa na questão da evasão escolar significa tentar conhecer o problema mais de perto e estabelecer estratégias² de intervenção para a consolidação da qualificação profissional do jovem oriundo de família de pequena propriedade agrícola.

O IF Sudeste MG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba - é uma instituição que atende as diversas modalidades de ensino, em conformidade com a Lei 11.892 de 29/12/08 em seu art. 8º, a uma demanda de aproximadamente 50 municípios da Zona da Mata³ do referido estado. Cabe destacar que a geração de renda desses municípios é, em grande parte, vinda da agropecuária e da economia familiar.

Sabemos que há uma porcentagem significativa da população regional que ainda hoje encontra-se excluída do acesso ao ensino médio e, portanto, dos conhecimentos científicos básicos, tendo assim limitado o seu desenvolvimento cognitivo, com impactos pessoais e sociais, na medida em que este acesso amplia as chances de obter uma educação de qualidade voltada para o bem comum, para uma sociedade igualitária e para o desenvolvimento econômico da região, conforme está estabelecido como direito do cidadão pela Constituição Federal de 1988. Neste sentido, o fenômeno da evasão é preocupante e demanda uma investigação para identificar os fatores que a provocam e possíveis formas de superar o problema.

O tema “evasão” sempre foi uma questão em pauta em todas as esferas da educação, porém deve ser uma prioridade para a comunidade escolar e, nós, educadores e profissionais da educação, temos o grande compromisso de refletir e de repensar as práticas educacionais, a relação interpessoal entre os educadores, o currículo, a evolução da tecnologia e do conhecimento, as experiências trazidas pelos alunos, o desejo de buscar o novo e a maneira de pensar, de agir e de enxergar o mundo. Enfrentar este desafio dependerá de cada pessoa envolvida e do seu comportamento face à educação democrática – de fato - para todos.

² Estratégia, no entendimento de Certeau (2004, p. 99), como “[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações como uma exterioridade de alvos [...]. (a estratégia) procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.

³ Ver anexo nº 01 que contém informações básicas (quantitativo populacional e principais atividades econômicas) dos municípios que estão situados na zona da mata e que detêm a maior parcela das matrículas no Campus Rio Pomba.

Trabalho no IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba há três anos, no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais onde realizo levantamento de dados referentes à aprovação, à repetência e à evasão de alunos. O primeiro aspecto que chamou a atenção foi o número de alunos das turmas dos cursos técnicos em Alimentos, Agropecuária, Florestas e Zootecnia que apontava altas taxas de redução de um ano para o outro, conforme a progressão vertical. A partir deste ponto, iniciei o meu pré-projeto com o intuito de ingressar no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Todos os cursos tinham em média uma matrícula inicial, no primeiro ano, de 45 alunos no ensino médio e técnico. No terceiro ano, a matrícula era reduzida a mais ou menos 28 a 30 alunos no ensino médio. Como no curso técnico a matrícula era feita por módulos nem sempre o número de alunos do técnico correspondia ao número de alunos do médio.

Comecei, então, a elaboração de um levantamento para saber a real situação e verifiquei que, se o número de alunos do ensino médio caía demais, a situação do técnico era ainda pior, pois os alunos que eram reprovados nos módulos (por nota ou frequência) se matriculavam nos módulos seguintes sem se preocupar com o módulo perdido.

Ao final dos 3 anos, terminado o ensino médio, o aluno recebia seu histórico de conclusão (do ensino médio) e quando solicitava o certificado do curso técnico é que constata a reprovação em alguns módulos. Muitos conseguiam emprego, iam embora para sua cidade ou os pais não os deixavam retornar para continuar os estudos.

Este levantamento foi realizado nos quatro cursos técnicos (Alimentos, Agropecuária, Florestas e Zootecnia), no período de 2005 a 2009. Entretanto, no que concerne a esta pesquisa, apenas o curso de Zootecnia será objeto deste estudo. A escolha se deve ao fato de que no ano de 2008, ano em que ingressei na instituição, apenas uma aluna concluiu o curso de Zootecnia. Tal situação despertou o meu interesse e derivou daí o desejo de estudar as questões relativas à evasão no Instituto.

Assim, foi necessário descartar o ensino médio como foco de investigação e me concentrar na evasão presente no curso técnico em Zootecnia, que se tornou objeto deste estudo. Contudo, tal escolha não impedirá que ocorram cotejamentos deste curso com os demais oferecidos pela Instituição.

A turma de 2005/2007 do curso de Zootecnia contava com uma matrícula inicial de 42 alunos. Ao longo dos três anos de curso, 15 alunos (36%) desistiram, 05 alunos (12%) se transferiram e 02 alunos (5%) trancaram o curso. Apenas 20 alunos (47%) concluíram o curso.

A situação se agravou ainda mais na turma de 2006/2008: dos 45 alunos matriculados - no início do curso - apenas 06 alunos (14%) concluíram o curso, 01 aluno (2%) ainda estava cursando módulos nos quais tinha sido reprovado anteriormente, 32 alunos (71%) desistiram, 01 aluno (2%) se transferiu e 05 alunos (11%) trancaram o curso.

A turma 2007/2009 apresentou a seguinte configuração: da matrícula inicial de 45 alunos, 22 alunos (49%) concluíram, 01 aluno (2%) ainda estava cursando módulos perdidos, 13 alunos (29%) desistiram e 09 alunos (20%) trancaram o curso.

No ano de 2008 o ensino passou a ser integrado⁴. Com apenas dois anos de curso da turma 2008/2010 registra-se: 10 alunos (22%) desistentes, 09 alunos (20%) se transferiram, 12 alunos (27%) reprovados e apenas 14 alunos (31%) ativos dos 45 matriculados no início do curso.

A turma 2009/2011, após um ano de curso, apresentou os seguintes indicadores: dos 50 alunos matriculados inicialmente, 09 alunos (18%) desistentes, 07 alunos (14%) se transferiram, 03 alunos (6%) reprovados e 31 alunos (62%) em curso.

⁴ Ensino integrado, oferecido somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.

Evidentemente, que não pode ser esquecida uma questão importante: a herança histórica (de certa forma, confirmada e conformada pelos marcos regulatórios de diferentes momentos históricos) que destina o ensino agrícola aos menos afortunados numa concepção de que as escolas agrícolas foram criadas para os pobres, órfãos e filhos de escravos. A referida concepção permeia a história do Brasil desde a colonização até meados do século XX⁵, presente, inclusive, em documentos legais desqualificando esta modalidade de ensino⁶.

Schueler (2000, p. 121) afirma que:

Nos anos 1870 e 1880, muitas foram as vozes que proclamaram a necessidade de educar as crianças ditas pobres e abandonadas, os órfãos, os menores “vagabundos” e os “ingênuos” (nascidos livres ou de ventre escravo), em instituições asilares de ensino agrícola.

Moura (2000, p. 42) reforça: “A educação agrícola funcionava também como meio de os proprietários aprenderem a lidar com a liberdade da população cativa...”.

Em Rio Pomba esta concepção também norteou as ações dos atores envolvidos⁷. Apesar de reconhecer a importância da instituição e os muitos benefícios que sua instalação traria para o município e para as cidades vizinhas, a ideia de uma escola para os “desvalidos da sorte” permanecia (CAPPELLE, 2006).

Os filhos da classe favorecida, em sua maioria, não se matriculavam na Escola Agrícola, queriam fazer curso superior, queriam ser engenheiros, médicos e advogados. O ensino técnico agrícola era para os filhos de pequenos proprietários e trabalhadores rurais que não tinham condições financeiras para realizar seus estudos em grandes cidades (CAPPELLE, 2006).

Destarte, discussões sobre a evasão no Ensino Agrícola levam a alguns questionamentos fundamentais: As ações preconizadas pelo currículo contribuem para o crescimento profissional e o aperfeiçoamento da cidadania dos discentes e dos demais segmentos da comunidade escolar? O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está em consonância com as aspirações e as necessidades dos atores da instituição em tela? A família percebe na escola o *locus* privilegiado para a ascensão pessoal e profissional dos seus filhos e filhas? Por fim, as estratégias pedagógicas utilizadas pelo Instituto estão atendendo à demanda dos docentes e discentes e, conseqüentemente, se configurando como estratégias de permanência dos discentes na escola? Muitas indagações... enormes desafios.

Assim, esta pesquisa tem o objetivo de investigar as causas e propor estratégias para o combate à evasão no Curso Técnico em Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba.

Este trabalho pretende e precisa investigar os atos e os atores envolvidos no processo histórico de construção do ensino profissionalizante numa perspectiva nacional com os seus impactos regionais, compreender os marcos regulatórios desta modalidade de ensino como textos inseridos num contexto específico, estabelecer um levantamento sobre a evasão escolar

⁵ Para o aprofundamento da história e do impacto dos marcos regulatórios do Ensino Agrícola no Brasil, ver: Moraes (2001); Otranto (2010); Paula e Rios (2010).

⁶ Tal situação não ocorreu de maneira uniforme em todo território nacional. A situação de São Paulo aponta um contraste face ao exposto em outros documentos. O caso paulista revela que atores oriundos das classes médias e mais favorecidas estiveram presentes nas escolas agrícolas. Para maiores informações ver: Moraes, 2001.

⁷ Neste ponto específico, os atores envolvidos são aqueles que nos seus diferentes campos de atuação ocuparam um lugar de poder e de responsabilidade na construção de concepções (intelectuais, políticos etc) e de implementação das medidas (gestores etc) exaradas pelos marcos regulatórios. Nos demais momentos desta dissertação, a palavra “atores” terá uma conotação ampla que envolverá – além dos atores já elencados – os docentes, os discentes, os funcionários administrativos, a família e a comunidade local. Sobre a gama de possibilidades de atuação dos membros do campo político e do campo intelectual, ver Berstein (2003) e Sirinelli (2003).

e, por fim, traçar estratégias para uma possível superação da evasão escolar no curso de Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. Tais serão os desafios arrolados nos três capítulos que compõem esta dissertação.

O capítulo I descreve a trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste MG – Campus Rio Pomba, desde a sua criação até os dias de hoje, dentro do contexto da Educação Profissional no Brasil. Apresenta a instituição como está hoje constituída, e as transformações devidas às mudanças na política educacional para a educação profissional no Brasil.

O capítulo II aborda a Evasão Escolar no Ensino Agrícola e especificamente no IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba. Aponta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, a análise e a interpretação dos dados coletados.

O capítulo III apresenta sugestões e estratégias de permanência do aluno na escola e descreve o “Projeto de Acompanhamento de Alunos” iniciado a partir deste estudo.

Por último, vêm as considerações finais, que apresentam uma síntese dos resultados das investigações, seus limites e perspectivas, a que se seguem as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices.

1 CAPÍTULO I

TEXTOS E CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O REGIONAL E O NACIONAL EM DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA

1.1 Do Regional ao *Locus* de Estudo: A Trajetória Histórica da Escola Agrícola de Rio Pomba

Este capítulo - tanto no que tange ao encontro entre textos e contextos quanto ao cruzamento entre o regional e o local – busca apreender causas, consequências, presenças e ausências num processo comparativo assentado na História daquilo que, hoje, intitulamos Educação Profissional. Desta forma, imbricados estarão o nacional e o regional; textos e contextos; em algumas ocasiões como elementos complementares e em outras como elementos em franca discordância. Trata-se de um exercício plural no qual é candente o reconhecimento de Tradições e Modernidades (REIS, 2010).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba - está localizado a 5 km do centro urbano de Rio Pomba/MG, no bairro Lindo Vale.

Rio Pomba está situado na zona da mata do estado de Minas Gerais a 250 km de Belo Horizonte, 250 km do Rio de Janeiro e a 72 km de Juiz de Fora. É uma cidade de fácil acesso por várias rodovias, entre elas a BR 116 e a BR 267 (PDI, 2007).

Possui uma área de 252 km², onde predominam terras humosas, apropriadas à pecuária. Região montanhosa, com clima ameno e temperaturas máxima e mínima em torno de 36 a 13° C.

Segundo o CENSO de 2010 (IBGE CIDADES), a população é de 17.110 habitantes. De acordo com o IBGE,

[...] sua taxa de crescimento populacional foi de 0,32% ao ano entre 2000 e 2007, menor que a estadual (1,12%) e menor que a nacional (1,21%). O município apresentava em 2000 um predomínio de mulheres e uma população formada, principalmente, de adultos (25 a 64 anos) [...] verifica-se um maior número de pessoas na faixa de 15 a 19 anos.

Na agropecuária, a principal atividade econômica é a leiteira, seguida pelas plantações de milho, fumo, feijão e cana-de-açúcar. O setor industrial também se destaca nos laticínios com produtos como queijo, manteiga, doce, iogurte e biscoito e nas fábricas de ração e confecções.

O município é formado basicamente por pequenos e médios proprietários rurais e/ou agroindustriais, cuja estrutura produtiva está ainda, em sua maioria, nas atividades de subsistência. A região vem passando por transformações na sua infraestrutura, na formação de mão-de-obra qualificada, nas práticas empresariais e na diversificação de seus produtos para atender cada vez mais as demandas crescentes do mercado consumidor.

Rio Pomba teve a sua origem quando o país estava em plena época de colonização em meados do século XVIII. Foi elevada a “Vila” em 13 de outubro de 1831. A instalação da “Vila” se deu no ano seguinte em 25 de agosto de 1832. Segundo o periódico O Imparcial, “ocasião em que o município abrangia a quase totalidade da Zona da Mata, compreendendo importantes territórios como Além Paraíba, Carangola, Cataguases, Leopoldina, Muriaé, São João Nepomuceno, Rio Novo, Ubá, Visconde do Rio Branco, Viçosa, Mar de Espanha e outros” (CAPPELLE, 2006, p. 13).

Com o passar dos anos os distritos que pertenciam à Rio Pomba foram emancipados, porém a cidade continuou sendo ponto de referência para os municípios vizinhos.

Na década de 1950, o Brasil começou a se modernizar e entrou no caminho do desenvolvimento econômico – reflexo do modelo nacional-desenvolvimentista⁸ iniciado no período “varguista” democrático (1950-1954). Foram anos de intensa movimentação política que culminaram com a chegada de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, prometendo 50 anos de progresso em 05 anos de governo. Cappelle (2006, p. 14) menciona que também em Rio Pomba “... a década de 1950 estava marcada por um clima de otimismo e de esperanças em relação ao desenvolvimento do município”.

Com o desenvolvimento da industrialização houve uma onda de migração da população rural para as grandes cidades. Este fenômeno se deu devido à falta de políticas de desenvolvimento das zonas rurais e apoio ao homem do campo. Saviani (2002, p. 279) afirma que: “... as condições da vida da roça que impossibilitavam a sobrevivência de uma família composta de casal e sete filhos [...] forçaram meu pai a se transferir com a família para a capital...”.

A educação rural no Brasil sempre foi colocada em planos inferiores. Para os filhos de trabalhadores rurais – segundo uma visão simplista e reducionista - não era importante a formação escolar, existiam apenas “escolinhas” no meio rural, geralmente com classes multisseriadas. Saviani (2002, p. 279) declara: “Meus três irmãos mais velhos só estudaram até o terceiro primário porque nas escolas rurais da época não havia o primário completo. O máximo que se podia atingir era o terceiro ano”.

Antonio e Lucini (2007, p.178) evidenciam que:

Delineia-se, assim, um imaginário de que, para viver na roça, não há necessidade de amplos conhecimentos socializados pela escola. Esta concepção de educação rural considerava que, para os trabalhadores do campo, não era importante a formação escolar já oferecida às elites brasileiras.

Devido ao processo de industrialização crescente e à distância cada vez maior entre a economia rural e urbana começam a surgir algumas preocupações em relação à educação. Houve a necessidade de “um olhar mais atento para a educação rural, contexto em que surge o ‘ruralismo pedagógico’, que pretendia uma escola integrada às condições locais, objetivando assim fixar o homem no campo” (ANTONIO E LUCINI, 2007, p. 179).

O êxodo rural afetava a produção agrícola causando a falta de produtos alimentícios no mercado e a alta dos preços. O governo começou a adotar medidas específicas para desenvolver o sistema agrícola brasileiro, entre elas a criação de escolas profissionalizantes voltadas para a área agrícola, com vistas à manutenção do homem no campo e ao crescimento da produção agrícola.

Em Rio Pomba também se podia perceber a preocupação em oferecer instrução agrícola aos produtores rurais do município e região, como registra Cappelle (2006, p. 41):

Algumas iniciativas de instrução e treinamento agrícola já eram empreendidas na região e particularmente, no município de Rio Pomba, através da Associação Rural, das Estações Experimentais de Agricultura, do Serviço de informação Agrícola, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), do Posto de Criação Animal, da Prefeitura Municipal, dos Centros de Treinamento Agrícola e até mesmo das escolas de ensino regular.

⁸ Modelo econômico onde o governo interferia na economia, por meio da criação de empresas estatais e do protecionismo às empresas nacionais. Defendia ainda restrições à entrada de capital estrangeiro, sobretudo em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Tais iniciativas compreendiam eventos de diversas naturezas, tais como: Semana Ruralista (palestras e cursos), Clubes Agrícolas (projeto de escolas regulares), cursos de treinamento agrícola, entre outros.

A criação da “Escola Agrícola de Rio Pomba” se deu no dia 29 de dezembro de 1956 pela Lei 3.092/56, publicada no Diário Oficial da União – DOU - em 02 de janeiro de 1957, subordinada ao Ministério da Agricultura. Sua criação além de atender as questões econômicas e sociais, ao aumento da produção agrícola e a formação de pessoal técnico, também visou às questões de ordem política devido à grande influência do então deputado federal Último de Carvalho ⁹ junto ao governo presidencial.

De acordo com Cappelletti (2006, p. 51)

Além do fator político citado, a análise dos dados aponta ainda outro fator que contribuía para a instalação da Escola em Rio Pomba/MG. O município já dispunha de um local onde poderia ser instalada a Instituição, o Posto de Criação Animal. Esse ‘Posto’ era uma repartição do Ministério da Agricultura destinada a oferecer suporte aos pecuaristas da região. Essa repartição possuía instalações físicas apropriadas para as atividades relativas à pecuária e encontrava-se, na época, segundo relatos orais, em crescente decadência. O Posto de Criação Animal era subordinado ao mesmo Ministério que seria o responsável pela Escola Agrícola de Rio Pomba/MG.

O local era considerado ideal para a instalação da escola, pois já possuía algumas edificações, áreas para plantio, pastagens e espaço para novas construções.

A notícia da criação da escola em Rio Pomba foi recebida por todos com grande entusiasmo. Não só o município de Rio Pomba seria beneficiado, mas também todos os municípios da redondeza com a criação de novos empregos, circulação de capital e a oportunidade de formação técnica profissional principalmente para os filhos dos produtores rurais.

Após a lei de criação da escola, sucederam momentos de elaboração de projetos arquitetônicos, assinatura de contratos para execução da obra e a obra propriamente dita. As obras da escola foram iniciadas em 1958 e concluídas em 1962.

No dia 16 de agosto de 1962 a Escola Agrícola de Rio Pomba foi inaugurada atendendo aos anseios políticos, econômicos e sociais vigentes, idealizando-se como uma escola voltada para atender as necessidades do meio rural, numa metodologia adaptada ao sistema escola-fazenda (PDI, 2007).

O principal objetivo do sistema Escola-Fazenda era proporcionar melhor formação profissional aos educandos dando-lhes vivências no tocante aos problemas reais do trabalho agropecuário.

Fundamentava-se em habilidades, destrezas e experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas. As atividades eram diretamente relacionadas às que o aluno teria que enfrentar na vida real “[...] baseava no princípio Aprender a fazer e fazer para aprender” (OTRANTO, 2009).

⁹ Último de Carvalho nasceu em Juiz de Fora em 1899. Formou-se engenheiro agrônomo e médico veterinário. Radicou-se em Rio Pomba, desde os vinte e três anos de idade onde foi tabelião, vereador e prefeito municipal. Foi deputado estadual em duas legislações consecutivas e membro do Congresso Nacional, como deputado federal, na segunda metade da década de 1950 (CAPPELLE, 2006, p. 48).

O método usado para a transmissão dos conhecimentos é taylorista¹⁰, supondo a divisão de tarefas atribuídas a diversos técnicos de ensino. As aulas eram teóricas tanto na formação geral quanto na formação especial e o conteúdo deveria estar em consonância com as práticas de campo a serem realizadas nos laboratórios de prática e produção. Segundo Marques (2005, p. 52):

Esse sistema caracterizava-se pela conjugação do ensino com a produção. Todas as tarefas desde a plantação até a comercialização eram feitas pelos alunos que assim preparados, poderiam futuramente administrar uma propriedade agrícola.

Porém, Oliveira (1998), ao analisar a organização do Sistema Escola-Fazenda, caracteriza a prática mecanicista que lhe é inerente e enfatiza que a estrutura organizacional das EAFs (Escolas Agrotécnicas Federais) propiciou uma interdependência das atividades escolares com as atividades de produção, destacando que o aluno ao ter, nas disciplinas específicas, uma carga horária de prática, superior três vezes à teórica, permanece no campo de produção, realizando tarefas eminentemente manuais.

Nas solenidades de inauguração da instituição estiveram presentes o deputado Último de Carvalho e o ex-presidente, o senador Juscelino Kubitschek, o que segundo Cappelle (2006, p. 77) é uma demonstração do prestígio da nascente instituição.

O comparecimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek nas solenidades de inauguração é lembrado nos diversos relatos dos ex-servidores como sendo o fato que mais marcou a cerimônia de inauguração da escola. A presença de um político como JK, símbolo de entusiasmo, confiança e progresso, conferia às solenidades – e, conseqüentemente, à Instituição – um prestígio social ainda maior.

Nesta época, o acesso à educação era muito difícil, filhos de proprietários rurais almejavam cursar o antigo ginásio e havia poucas escolas na região, eles não tinham condições financeiras para estudarem fora da cidade. Assim, a criação desta instituição veio justamente proporcionar a esses jovens a escolarização tão desejada (PDI, 2007).

Para a composição do quadro de servidores técnico-administrativos e docentes não houve concurso público. Mais uma vez a influência política deu o tom para o concerto da burocracia estatal e o critério foi a indicação (CAPPELLE, 2006).

Os funcionários nomeados eram em sua maioria do sexo masculino. As mulheres que foram nomeadas eram para atender funções não adequadas ao sexo masculino como costureiras, auxiliar de nutrição e outras. Muitos professores não eram habilitados para as disciplinas que lecionavam principalmente aquelas específicas da educação profissional. (CAPPELLE, 2006).

De acordo com Cappelle (2006) os alunos eram matriculados, nos primeiros anos, em regime de internato e depois nos anos posteriores em semi-internato. Vinham, em sua maioria, municípios vizinhos e outros de cidades mais distantes.

Ao analisar as tabelas apresentadas em Cappelle (2006, ps. 92 e 93) verificamos, entre os anos de 1963 a 1971, uma matrícula inicial de 565 alunos. Destes, 408 concluíram o curso, 108 foram transferidos e 49 abandonaram o curso. Podemos considerar uma taxa de 28% de alunos entre transferidos e evadidos.

¹⁰ Taylorismo refere-se ao sistema de organização industrial criado pelo engenheiro mecânico e economista norte-americano Frederick Winslow Taylor, no final do século XIX. A principal característica deste sistema é a organização e divisão de tarefas dentro de uma empresa com o objetivo de obter o máximo de rendimento e eficiência com o mínimo de tempo e atividade.

Analisando com profundidade as tabelas, verificamos um número menor de alunos da cidade de Rio Pomba do que da cidade vizinha de Ubá. Cappelletti (2006, p. 90) afirma que “Alguns depoimentos, ao tratarem de uma certa separação entre a escola e a cidade, enfatizam o reduzido número de alunos de Rio Pomba matriculados na Instituição”.

Com o passar do tempo, a “Escola Agrícola de Rio Pomba” sofreu transformações acompanhando as políticas educacionais que aconteceram ao longo dos anos.

Em 13 de dezembro de 1964, através do Decreto nº 53.558/64, mudou a sua denominação para Ginásio Agrícola de Rio Pomba oferecendo, além do ensino profissionalizante, o ensino secundário (PDI, 2007).

A partir de 25 de janeiro de 1968, o Ginásio Agrícola de Rio Pomba - através do Decreto nº 62.178/68 - recebeu a denominação de Colégio Agrícola de Rio Pomba, com objetivo de oferecer o Curso Técnico Agrícola e extinguir gradativamente o curso ginasial (PDI, 2007).

A promulgação da Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5.692/71, estabeleceu uma nova estrutura curricular para o ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista as finalidades da educação nacional concernentes ao regime político vigente. A seleção curricular articulou conhecimentos gerais à formação para o trabalho caracterizando a terminalidade no ensino secundário.

De acordo com Souza (2006, p. 51)

A reforma de 1971 fixou um núcleo comum obrigatório em nível nacional e uma parte diversificada, cujas finalidades eram atender as peculiaridades locais, os planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos. O núcleo comum foi apresentado tendo em vista sua finalidade pedagógica de instituir um currículo mínimo que se constituísse na base comum do ensino de 1º grau. Tal medida, representou, naquele momento, histórico, uma profunda modificação na estrutura do ensino no Brasil, instituindo uma escola única de 8 anos de duração, obrigatória, unindo duas estruturas tradicionalmente diferentes: o ensino primário e o ensino ginasial. Estabeleceu, ainda, a obrigatoriedade de profissionalização de todo o ensino de segundo grau.

Esta lei tinha como propósito acabar com a dualidade estrutural entre ensino propedêutico destinado a preparar o educando para o acesso a níveis superiores de ensino e o técnico profissionalizante.

As inovações científicas e tecnológicas como máquinas e insumos agrícolas importados foram introduzidos e incorporados ao trabalho, mecanizando a lavoura e contribuindo assim para redução de trabalhadores permanentes (MATOS, 2009). O objetivo era aumentar a produtividade e economizar tempo. Isto é, um trabalhador deveria produzir mais em menos tempo, teoria do capital humano, baseada no Taylorismo.

A grande expansão da mecanização, o uso de colheitadeiras, tratores, máquinas diversas, implementos, defensivos e outros produtos estimularam a agricultura, promovendo o que se chamou de Revolução Verde, que consistiu na introdução de novas variedades de cereais, com capacidade de proporcionar altos rendimentos nas colheitas e contribuir para a provisão mundial de alimentos.

Porém, estas novas variedades requeriam irrigação e largas quantidades de caríssimos fertilizantes químicos e defensivos, sendo que só os fazendeiros mais ricos puderam aproveitar, na íntegra, seus benefícios. Além disso, as aplicações contínuas de fertilizantes químicos e defensivos causaram impactos negativos ao ambiente. O Colégio Agrícola de Rio Pomba acompanhou todas estas inovações. O maquinário foi introduzido e os alunos passaram a trabalhar com os novos equipamentos.

No ano de 1972 foi aprovado o parecer 45/72 que fez considerações a respeito da nova filosofia da educação que estaria implícita nos conceitos de educação geral e formação especial. Através do regime de crédito um aluno poderia abreviar a parte de formação especial do currículo para ingressar mais cedo no mercado de trabalho. Porém, em relação às disciplinas da educação geral, com o intuito de ingressar mais cedo num curso superior, o mesmo não era permitido. O Conselho Federal de Educação fixou o núcleo comum definindo também os objetivos e a amplitude das matérias e disciplinas. O parecer relacionou ainda 130 habilitações técnicas que poderiam ser oferecidas no ensino de 2º grau.

Cunha (2005, p. 195) destaca algumas das limitações da reforma:

De fato, a elaboração da reforma do ensino de 2º grau não levou em conta a realidade objetiva de carência de recursos humanos e materiais das escolas, especialmente a das escolas públicas. A não ser algumas concessões a esta realidade (implantação gradativa e alguma permissividade na titulação dos professores), não se levou em consideração o fato que grande número de escolas tinham prédios adaptados, sem dispor sequer de instalações adequadas às disciplinas de educação geral, à recreação dos alunos, bibliotecas e laboratórios passíveis de utilização prática. Mesmo nos municípios das capitais eram comum encontrar-se professores do ensino de 2º grau sem titulação e/ou formação específica.

Esta situação fez com que as escolas improvisassem cursos profissionalizantes que não necessitavam de laboratórios e bibliotecas especializados. Enfim, cursos que não aumentassem as despesas.

O Decreto n.º 72.434, de 09 de julho de 1973, criou a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI - com a finalidade de proporcionar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola. A COAGRI veio para criar um ambiente capaz de reorganizar o Ensino Agrícola de nível médio, oferecendo melhores condições às Escolas nos diversos setores da educação, principalmente no que referia à qualidade dos recursos materiais e humanos, que transformariam o ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, a qualidade do profissional a ser formado.

Em 1975, foi elaborado o parecer 76/75, que indica uma revisão no conceito de ensino profissionalizante, segundo Cunha (2005, p. 201):

O Parecer 76/75 defendia não ser viável, nem desejável, que todas as escolas de 2º grau se transformassem em escolas técnicas. [...] A inovação de maior relevo do parecer foi a própria definição de ensino profissionalizante [...] que deixou de ser entendida como “a transmissão de um conhecimento técnico limitado e pouco flexível e muito menos de atividades”. Pretendia, agora, “tornar o jovem consciente do domínio de que deve ter das bases técnicas que orientam a profissão e levá-lo à aplicação tecnológica dos conhecimentos meramente abstratos transmitidos até então pela escola”.

Em 04 de setembro de 1979, as Escolas Agrícolas passaram a ser denominadas Escolas Agrotécnicas Federais, acompanhadas do nome do município no qual se encontravam localizadas. A escola de Rio Pomba passou a chamar-se Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba (PDI, 2007).

Através da Portaria nº 106 de 03 de dezembro de 1980 o Curso Técnico em Agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba foi reconhecido (PDI, 2007).

A Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 referente à reforma do ensino profissionalizante no 2º grau mudou a denominação “qualificação para o trabalho” contida na Lei 5.692/71 para a denominação “preparação para o trabalho” como elemento de formação

integral do aluno, obrigatória no 1º e 2º graus. Os métodos de ensino eram centrados no treinamento para exercício da ocupação, da memorização, da repetição de tarefas para facilidade de movimentos e rapidez na execução.

Em 21 de novembro de 1986, o Decreto n.º 93.613 extinguiu a COAGRI, ficando o ensino agrotécnico subordinado à Secretaria de Ensino de 2º grau (SESG).

O ensino agrotécnico passou a ser coordenado, a partir dos anos 1990, pela Secretaria Nacional de Educação Tecnológica – SENETE/MEC - que deu origem à Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC, responsável pela educação média e tecnológica no país.

A SEMTEC, com o objetivo de preparar o jovem para atuar como cidadão consciente, estabeleceu normas e diretrizes de funcionamento para o ensino agrotécnico.

Cabia às escolas conciliar métodos tradicionais com a moderna tecnologia. Também tinha a função de incentivar os alunos do meio rural a retornar às suas origens após a conclusão do curso profissionalizante. O objetivo não era a continuidade dos estudos num curso superior e, sim, a produção agrícola e a redução de gastos do governo com educação.

Porém, segundo Matos (2009, p. 8)

[...] o retorno do jovem ao campo, nem sempre ocorria efetivamente, pois, com a introdução dessas novas tecnologias, o pequeno produtor se viu fragilizado e sem condições financeiras de se adequar ao novo modelo de produção. A alternativa encontrada foi a de trabalhar a terra para sua própria subsistência ou se transformar em trabalhador volante. Com tudo isso e diante das políticas públicas de financiamento, que pretendiam universalizar a adoção de tecnologias para promover o consumo de insumos externos, o que na realidade ocorreu foi o aumento da concentração de posse da terra nas mãos de poucos. A maioria dos jovens procurou continuar seus estudos.

1.2 Entre Textos e Contextos: Os Marcos Regulatórios da Educação Agrícola nos Anos 1990 e no Primeiro Decênio do Século XXI

A análise acurada dos marcos regulatórios de qualquer modalidade de ensino exige uma postura que expresse a diferença entre valores proclamados e valores reais. Ou seja, que busque a tradução precisa e denuncie a distância existente entre os pontos de consenso (valores proclamados) e os pontos de discordância (valores reais) presentes – porém, muitas vezes cuidadosamente embutidos – nos textos legais (TEIXEIRA, 1962).

Trata-se da percepção dos valores proclamados pelos marcos regulatórios e a efetiva consubstanciação dos mesmos no cotidiano dos atores e das instituições. A existência de uma lei não opera no plano dos valores reais uma mudança imediata como se tivesse o poder mágico de transformação. Evidentemente, que isto só ocorre quando determinados grupos de pressão trabalham para a sua implementação.

A seguir, a análise dos documentos legais terá como esteio uma dupla face: a divulgação dos valores proclamados e a busca do estabelecimento de uma crítica sobre a sua operacionalização no plano dos valores reais institucionais.

A Lei n.º 9.394/96 separou a Educação Profissional da Educação Básica que se dividiu em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (este considerado etapa final da Educação Básica). O decreto n.º 2.208/97 retomou a velha dualidade voltada para as seguintes vertentes: a educação propedêutica acadêmica e o Ensino Profissionalizante.

De acordo com Silva e Invernizzi (2007, p.2):

A reforma da educação profissional realizada na década de 1990, principalmente após a aprovação do Decreto 2.208/1997, representou um

retrocesso histórico para o processo de equivalência entre o ensino médio e educação profissional conquistada legalmente em 1961, com a LDB 4.024/1961. Ao mesmo tempo, com este Decreto se anulou o desenvolvimento do projeto educacional progressista iniciado no período de redemocratização.

A separação do ensino médio em relação ao técnico foi um dos pontos mais discutidos da reforma. Essa separação é objeto do artigo 5º do decreto 2.208/1997:

A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante e subsequencial a este.

Parágrafo único. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independentemente de exames específicos (apud MAUÉS, GOMES, MENDONÇA, 2008, p.111).

Dessa forma, a educação profissional, nos últimos anos, passou a atender ao mercado de trabalho como formadora de mão-de-obra qualificada.

Frigoto (2008, p. 10) afirma que

[...] as reformas educacionais dos anos 90, mormente a orientação que balizou o decreto 2.208/96 e seus desdobramentos, buscam uma mediação da educação às novas formas do capital globalizado e de produção flexível. Trata-se de formar um trabalhador “cidadão produtivo”, adaptado, adestrado, treinado, mesmo que sob uma ótica polivalente.

Em 1997, na Escola Agrotécnica de Rio Pomba, o Curso Técnico em Processamento de Dados foi reconhecido através da Portaria nº 25. No mesmo ano, a Portaria nº 185 autorizou a Escola a ministrar, em caráter experimental, os Cursos Técnicos da Área de Agropecuária, com habilitação em: Agropecuária, Agricultura, Agroindústria e Zootecnia (PDI, 2007).

O curso emergencial Esquema 1 - Programa Emergencial de Formação de Professores - foi reconhecido em 03 de novembro de 1998 através da Portaria nº 1.235/98, publicada no Diário Oficial da União (PDI, 2007).

De acordo com Prates (2005, p. 32)

O Programa Especial de Formação Pedagógica foi ministrado pela primeira vez, no CEFET-RP, em 1996, ainda denominado de Esquema I, cuja finalidade era dar complementação pedagógica ao docente que atuava no ensino técnico, uma vez que sua graduação não lhe dava direito à licenciatura. [...] Com a criação da Res. 02/97 do CNE ficava extinto o Esquema I e passava a vigorar o Programa Especial de Formação Pedagógica, visando habilitar profissionais com formação superior interessados em atuar na docência. Com este objetivo foi desenvolvido um currículo inovador, estruturado com base em temas que abrangem as diferentes áreas do conhecimento.

Na esteira da separação estabelecida pela Lei 9.394/96, vieram à luz os seguintes marcos regulatórios: as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1998); os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1999) e os Referenciais Curriculares

Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (2000). Segundo Andrade (2010), tais regulamentos operaram

a adequação da educação nacional às novas necessidades postas pelo processo de produção de mercadorias na atualidade e se materializou inicialmente através do movimento de reorientação curricular posto em marcha a partir de meados dos anos noventa [...] (ANDRADE, 2010, p.22).

Numa perspectiva crítica, o autor afirma que

Esta adequação permanece conformando o fazer-se daquela educação na medida em que toda e qualquer prática formativa que se estrutura em uma unidade escolar qualquer do país que seja ofertante desses níveis de formação deve se pautar pelos valores e formulações contidos naqueles documentos” (ANDRADE, 2010, p.22).

Ao comentar o princípio orientador das reformas em tela – expressas pelos referidos marcos regulatórios – que é o chamado à participação no mundo globalizado, Andrade (2010) afirma que este princípio

[...] nos é apresentado como resposta inevitável às novas demandas postas, em termos da formação humana, pela chamada “globalização”, a qual, por sua vez, é tratada no bojo do discurso oficial como um processo de ordem puramente técnica (e não como um processo eivado de condicionantes de ordem econômico e política, que estão ligados à própria natureza desigual dos participantes do jogo do mercado capitalista no nível internacional). Seguindo tal raciocínio, por exemplo, o desemprego crescente nas cidades torna-se facilmente explicável pela baixa capacitação da mão-de-obra nacional (ANDRADE, 2010, p.23).

No plano regional, os cursos técnicos de Contabilidade e Gestão do Agronegócio foram aprovados em 05 de janeiro de 2001 pela Resolução nº 01, do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, publicada no DOU de 26 de fevereiro de 2001. Na mesma data, a Resolução nº 03 aprovou a criação do curso técnico em Informática e a Resolução nº 04 os cursos técnicos da área de Agropecuária, habilitação em Agricultura, Agroindústria, Agropecuária e Zootecnia, que estavam funcionando em caráter experimental desde 1997 (PDI, 2007).

A Portaria Ministerial de 14 de novembro de 2002 implantou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (CEFET-RP). Ainda em 2002, a Portaria Ministerial nº 3.613 autorizou o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Laticínios (PDI, 2007).

A discussão sobre o ensino integrado foi retomada no governo Lula com debates sobre as modificações a serem realizadas na política de educação profissional. Assim sendo, o Decreto n.º 2.208/97 foi revogado pelo Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004. Este decreto regulamentou a Educação Profissional que deveria ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação tecnológica de graduação e pós-graduação. No ano seguinte, ocorreu a criação do curso de Tecnologia em Agroecologia aprovado pelo Conselho Diretor do CEFETR-P em 14 de fevereiro de 2005 (PDI, 2007).

O Decreto n.º 5.478 de 24 de junho de 2005 instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Em 13 de julho de 2006 este foi revogado pelo Decreto nº 5.840 que introduziu novas diretrizes que ampliaram a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do Ensino Fundamental da EJA.

O Campus Rio Pomba oferece o PROEJA desde 2006. Inicialmente, foi feita uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Lima Duarte ofertando o Curso Técnico de Informática. A partir de 2008, diante da necessidade da região, criou-se, no Campus Rio Pomba, o Curso de Agente Comunitário de Saúde – PROEJA.

De acordo com Frigoto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1105):

O atual governo lançou o PROEJA, sob a ação do MEC, a ser desenvolvido pela rede federal de educação técnica e tecnológica, os CEFETs, destinando 10% das vagas oferecidas em 2005 para o ensino médio integrado à educação profissional para jovens acima de 18 anos e adultos que tenham cursado o ensino fundamental. No entanto esses cursos terão carga horária de educação geral e profissionalizante sensivelmente diferente da carga horária dos cursos regulares da rede. Note-se ainda que, neste momento, o interesse principal da rede volta-se para acumular recursos intelectuais, organizacionais e financeiros para se tornarem, efetivamente, instituições de ensino superior. Prevê-se que o PROEJA seja uma ação residual para o MEC e para os CEFETs.

Em 2006 foram implantados os seguintes cursos: Curso de Bacharelado em Ciência da Computação, Ciência e Tecnologia de Alimentos e o Curso Técnico em Segurança do Trabalho. O CEFET-RP também foi autorizado a ministrar o Curso de Pós-Graduação “Lato-Sensu” em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, na modalidade intitulada Educação a Distância (PDI, 2007).

No ano de 2007, foi aprovado o Decreto 6.095 que estabeleceu as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET - no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. A leitura atenta do artigo primeiro do referido documento contribui para a compreensão do seu impacto face às instituições e aos atores que estavam à frente do processo de formação de profissionais no âmbito da rede federal de ensino:

Art. 1º O Ministério da Educação estimulará o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente, nos termos deste Decreto.

§ 1º A reorganização referida no caput pautar-se-á pelo modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, definido por este Decreto, com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, respeitadas as vinculações nele previstas.

§ 2º Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação.

§ 3º Os projetos de lei de criação dos IFETs tratarão de sua organização em bases territoriais definidas, compreendidas na dimensão geográfica de um Estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões dentro de um mesmo Estado, caracterizadas por identidades históricas, culturais, sociais e econômicas (BRASIL, 2007).

Otranto (2010, p. 97) afirma que

É importante considerar, na presente análise, que, dentre as instituições integrantes do IFET, os CEFETs são os que poderiam sentir-se mais à vontade dentro do novo modelo, por já contarem, em sua grande maioria, com as condições exigidas pela legislação. Trabalham com os três níveis de ensino, oferecem cursos superiores, desenvolvem pesquisa e extensão e seu corpo docente é, no cômputo geral, o de maior qualificação.

No âmbito do Campus Rio Pomba, ainda em 2007, foram aprovados o Curso Preparatório para o Vestibular, o Curso Técnico Florestal, Bacharelado em Administração de Empresa e o Curso de Licenciatura em Matemática (PDI, 2007).

De acordo com Otranto (2009)¹¹ “a educação profissional técnica de nível médio deve ser articulada com o ensino médio de forma integrada ou concomitante. É possibilitada a terminalidade por etapas (caracterizada como uma qualificação para o trabalho), permitindo saídas intermediárias com certificação”.

Em Rio Pomba, o ensino “integrado” foi oferecido a partir de 2008. Não houve debate entre os professores do ensino médio e técnico no sentido de articular os dois ensinos. Portanto, não houve um acordo político dos envolvidos no processo, o que acarretou apenas a acumulação de disciplinas de formação geral e de formação específica ao processo de aprendizagem.

Frigoto, Ciavatta e Ramos (2005, p.1095) evidenciam que:

Apesar de reconhecer a forma integrada como um curso único, com matrícula e conclusão únicas, o parecer considera que os conteúdos do ensino médio e os da educação profissional de nível técnico são de “naturezas diversas”. Re-estabelece-se, assim, internamente ao currículo, uma dicotomia entre as concepções educacionais de uma formação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho, ou de um tipo de formação para o trabalho intelectual e de outro tipo para o trabalho técnico e profissional.

A Lei 11.741 de 2008 alterou dispositivos da Lei nº 9.394 a fim de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Mais especificamente, deu nova redação aos artigos 37, 39, 41 e 42.

Segundo Brandão (2010, p. 68),

Essas alterações foram amplamente divulgadas pela imprensa em geral, e pelo MEC em particular, como sendo uma mudança na educação no país. Compreendemos que, de fato, as alterações incorporam na LDB, ou seja, através do Poder Legislativo, o que o poder Executivo, o governo Lula, já havia regulamentado através de decretos. Mas, a importância da aprovação desta lei pelo Congresso Nacional está, por um lado, no fato de legitimar esta regulamentação como sendo aceita pelos ‘representantes da sociedade’. Por outro lado, a modificação na LDB ocorreu durante o processo de formulação de outro projeto para a Rede Federal, os IFETs, onde a “educação profissional técnica de nível médio” seria novamente alçada ao centro do ensino que constitui esta Rede.

A autora ainda acrescenta que o espírito emanado do Decreto 2.208/97 – governo Fernando Henrique Cardoso – tão criticado à época, permanece vivo no Decreto 5.154/2004 e

¹¹ Anotações da aula “Evolução Histórica do Ensino Técnico Agropecuário” do curso de Mestrado em Educação Agrícola do PPGEA/UFRRJ – Seropédica – RJ. Em 17 de dezembro de 2009.

na referida Lei 11.741/2008 do governo Lula. Assim, segundo Brandão (2010), é possível compreender

Certa perda dos limites entre o que é escolarização e o que é treinamento – essa ‘confusão’ – atende a vários interesses, sendo um dos principais o de confundir os trabalhadores, as *camadas sociais intermediárias* da classe trabalhadora, (con)formando os (sic) para as diferentes necessidades do capital em geral. Assim, oferecendo um treinamento estreito, é difundida a ideologia da democratização do acesso à educação – adjetivada, ‘profissional’ (BRANDÃO, 2010, p. 69)

A Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sobre as possíveis matrizes ideológicas subjacentes à criação dos Institutos, Otranto identifica

Na proposta político-educacional-financeira do Banco Mundial de criação de instituições de educação superior com custos inferiores aos das universidades em relação aos cursos superiores técnicos ganha especial destaque a alegação de que estes cursos seriam mais flexíveis, portanto mais integrados ao sistema produtivo, e de menor custo que o universitário tradicional. São idéias que, no Brasil, contam com o incentivo e a anuência dos planejadores da educação que vêm consolidando esse modelo através de instrumentos legais (OTRANTO, 2010, p.102).

Quanto ao movimento de interdição por parte do governo federal em relação à criação de Universidades Tecnológicas, a autora tece a seguinte consideração:

Tomando por base as reflexões anteriormente apresentadas, pode-se inferir o porquê do MEC não ter incentivado, ou melhor, ter impedido, a transformação de outros CEFETs em universidades tecnológicas. A proposta delas é atuar de forma muito similar às das universidades federais, e isso não é prioridade na política de educação profissional técnica e tecnológica da atualidade. A forma como está estruturado o IFET prevê otimização dos custos e total controle da nova instituição, o que pode acarretar uma fiscalização e um direcionamento mais eficaz na subordinação da educação por ela ministrada aos interesses do mercado, que deve ser fiscalizado desde já pelos docentes, discentes e técnicos dos Institutos Federais. A observação deve ser feita em vários níveis de ensino, uma vez que a disseminação ideológica de que a educação deve subordinar-se à lógica do mercado pode começar bem cedo, na educação básica, principalmente no ensino médio e, é bom lembrar que a educação não é mercadoria, mas um bem que deve ser disponibilizado a todo cidadão, condição indispensável à ampliação da cidadania (OTRANTO, 2010, p.102).

De acordo com o Ministério da Educação, no documento “Expansão da Rede”

31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São 38 institutos federais presentes em todos estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Também integram os institutos as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão da rede federal. Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos institutos federais, mas também oferecem educação

profissional em todos os níveis. São dois Cefets, 25 escolas vinculadas a universidades e uma universidade tecnológica (BRASIL, 2010).

Desta forma, a partir de 2008, o CEFET Rio Pomba passou a fazer parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Fazem parte deste Instituto a Reitoria, com sede em Juiz de Fora, o Campus Barbacena, o Campus Juiz de Fora, o Campus Muriaé, o Campus Rio Pomba, objeto de nosso estudo, o Campus de São João Del Rei e o Campus de Santos Dumont.

Não obstante às críticas tecidas neste texto quanto à gênese, aos objetivos e à qualidade dos cursos oferecidos, é forçoso admitir que as políticas públicas educacionais de expansão da rede federal produziram e produzem impactos na educação básica, na profissional, na tecnológica e na educação superior. De acordo com o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, no documento Expansão da Rede

A rede federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Nos últimos oito anos, o Ministério da Educação entregou à população as 214 previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas. O MEC está investindo R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 354 unidades e quase 400 mil vagas em todo o país (BRASIL, 2009).

Também podemos observar a expansão da rede federal a partir da evolução de matrículas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O Ministério da Educação, tendo como base o documento “Indicadores Agregados de Resultados – 2002 a 2010” afirma que

O número de alunos matriculados na educação profissional e tecnológica (incluindo matrículas em ensino médio integrado, profissional de nível médio, Proeja e ensino superior) passou de 113.639 matrículas em 2003 para 219.982 matrículas em 2009. Já o número de alunos matriculados na educação profissional de nível técnico passou de 79.484 alunos em 2003, para 86.634 alunos em 2009 (BRASIL, 2010).

Em Rio Pomba também podemos comprovar os efeitos desta expansão. De acordo com Oliveira (2010, p. 66), em 2002, a instituição possuía 133 servidores efetivos, sendo 37 docentes e 96 técnicos administrativos. Atualmente, contamos com um quantitativo de 94 docentes efetivos, destes 80 estão atuando no campus, 06 encontram-se afastados para doutorado e 08 cedidos para outros campi, além de 22 professores substitutos. Os técnicos administrativos somam 140, destes 03 estão afastados para doutorado e 14 estão cedidos para a Reitoria. O total de servidores efetivos é de 234.

O número de alunos aumentou significativamente. Em 2002 a escola contava com 1.497 matrículas sendo 504 no Ensino Médio e 970 no Ensino Técnico¹². Atualmente o número de matrículas é de 2.014 distribuídas entre os cursos de Pós-Graduação (70 alunos), Graduação (789 alunos), Técnico (Regular, EAD e PROEJA – 970 alunos), Formação Pedagógica (62 alunos) e PROEJA-FIC (123 alunos).

Também na estrutura física da escola vem ocorrendo modificações, reformas e ampliações. Além de sete obras concluídas em 2009 e 2010, temos atualmente na Instituição quatro obras em andamento (construção dos prédios de salas de aula dos Cursos de

¹² Em 2002 o ensino era concomitante e o número de matrícula não correspondia ao número de alunos. Os alunos matriculados no Ensino Médio, normalmente estavam matriculados no Ensino Técnico. Isto reduz o número a praticamente, 970 alunos.

Informática, Zootecnia e Administração e também o Prédio do Instituto de Pesquisa em Ciências Aplicadas).

No âmbito da educação a distância merece destaque a criação do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC Brasil), que possibilitou a ampliação da oferta e democratização do acesso no ensino profissional na modalidade de educação à distância.

O documento “Questões Gerais sobre o E-Tec Brasil” declara que

O Programa propõe articular as Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais que oferecem ensino técnico nível médio interessadas em ofertar seus cursos na modalidade a distância e os governos Estaduais e Municipais que desejam montar os pólos regionais em escolas de ensino fundamental e médio para sediar os cursos de educação técnica e profissional (BRASIL, 2007).

O Campus Rio Pomba oferece ensino à distância com o Curso Técnico em Meio Ambiente em 03 pólos de apoio presencial¹³ nas cidades de Cataguases, Alfenas e Porteirinha. Em cada pólo são oferecidas, anualmente, 50 vagas.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos pretende contribuir para a continuidade dos estudos de alunos que tiveram sua trajetória escolar interrompida e hoje estão à margem da sociedade.

O grande desafio é a organização do currículo de forma a integrar os conhecimentos gerais com os específicos da formação técnica a partir da realidade do trabalhador, valorizando os seus saberes, a sua realidade e a sua vida.

O Campus Rio Pomba oferece o Curso de Agente Comunitário de Saúde integrado ao Ensino Médio para duas turmas. Existe a preocupação de integrar estes alunos à própria instituição e à sociedade. Os alunos do PROEJA participam de todas as atividades realizadas na instituição e também realizam trabalhos de extensão na comunidade.

Desde 2009, o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos é oferecido no Campus Rio Pomba para professores da rede estadual e municipal da região. Anualmente são oferecidas 70 vagas.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental – PROEJA- FIC – de acordo com o Edital do Programa Nacional da EJA Integrada à Educação Profissional. Parceria: Institutos Federais e Municípios, 2009, tem como objetivo

[...] apoiar, por intermédio das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, a implantação de cursos de formação inicial e continuada integrados com o ensino fundamental na modalidade da educação de jovens e adultos: Nos municípios brasileiros. Nos estabelecimentos penais (BRASIL, 2009).

¹³ O pólo de apoio presencial é uma unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados à distância. Nestas unidades, realizam-se atividades presenciais, tais como avaliações, acompanhamento e orientação de estágio, orientação aos estudantes pelos tutores, defesas de trabalho de conclusão de curso, aulas práticas em laboratórios específicos, quando for o caso, videoconferência, atividades de estudo individual ou em grupo, com a utilização do laboratório de informática e de biblioteca. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate, 2007, p. 83).

O PROEJA-FIC - Educação Profissional Inicial e Continuada na modalidade de Jovens e Adultos – teve início no campus Rio Pomba, no ano de 2010, em parceria com as prefeituras de Argirita, Cataguases, Ubá e Viçosa. O programa promove a oferta de 04 cursos do PROEJA-FIC com 06 turmas iniciadas em 2010 e uma turma iniciada em 2011 (01 turma de Vendas, 04 turmas de Secretariado, 01 turma de Processamento e fabricação de alimentos e 01 de Informática), atendendo assim os quatro municípios. Os cursos possuem duração de 02 anos e atualmente atendem 123 alunos destes municípios.

Ao concluir o PROEJA-FIC, o aluno receberá o certificado do segundo segmento da EJA, equivalente ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e de qualificação profissional. Também estão sendo oferecidos cursos de capacitação para os profissionais envolvidos no PROEJA-FIC tanto para os professores das prefeituras quanto para os professores do Instituto.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais é:

Promover a educação básica, profissional e superior, de caráter científico e tecnológico, gratuita, de qualidade e inclusiva, socialmente referenciada, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação ética, crítica e empreendedora, contribuindo com o desenvolvimento sustentável para uma sociedade mais justa e solidária (BRASIL, 2009, p. 10).

O Campus Rio Pomba oferece, atualmente, 06 cursos técnicos integrados: Técnico em Alimentos, Técnico em Agropecuária, Técnico em Florestas, Técnico em Zootecnia, Técnico em Informática e Técnico em Agente Comunitário de Saúde na modalidade PROEJA; 04 cursos concomitantes¹⁴: Secretariado, Vendas, Meio Ambiente e Informática; 01 subsequente¹⁵: Segurança do Trabalho, 07 cursos superiores: Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciência da Computação, Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Bacharelado em Zootecnia, Bacharelado em Agroecologia e Tecnologia em Laticínios; Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - Especialização PROEJA; o curso emergencial: Programa Especial de Formação Pedagógica; o Ensino a Distância com o curso de Técnico em Meio Ambiente e o PROEJA-FIC.

A Instituição possui setores destinados à prática pedagógica¹⁶: setor de Agricultura (mecanização agrícola e engenharia rural e topografia), setor de Zootecnia (suinocultura, avicultura, bovinocultura, caprinocultura e psicultura) e setor de Agroindústria (unidade de processamento de carnes e derivados, unidades de processamento de leite e derivados, unidade de processamento de vegetais) e o setor de Informática.

Conta com as estruturas dos laboratórios de análises do solo, de biologia vegetal e cultura de tecidos, de análises microbiológicas de alimentos, de análises físico-químicas, de análise sensorial, de bromatologia, de informática e possui uma biblioteca.

Juntam-se às estruturas já citadas uma quadra de esporte, uma academia de musculação e um campo de futebol.

¹⁴ Ensino concomitante, oferecido somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis; em instituições de ensino distintas, mediante convênios de interdisciplinaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

¹⁵ Ensino subsequente, oferecido somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

¹⁶ No anexo nº 3 o leitor encontrará as fotos da parte externa da Instituição, bem como das dependências internas da mesma a fim de propiciar uma imagem acurada destes espaços de convivência institucional.

Possui um alojamento para 170 alunos que estudam em regime de internato. A seleção dos alunos para o alojamento e a gratuidade total ou parcial na alimentação é feita pela Comissão de Avaliação Socioeconômica a partir da entrega de uma "Ficha Socioeconômica" devidamente preenchida pelo aluno.

O refeitório oferece diariamente café da manhã, almoço, jantar e o lanche noturno para os 188 alunos internos que moram no alojamento e nos setores. Além dos alunos internos o refeitório também atende uma média de 515 estudantes no almoço e 65 no jantar dos diversos cursos. Para os alunos internos as refeições são servidas gratuitamente e para os demais é cobrado um valor de R\$ 2,00 por refeição.

A Instituição tem como proposta educacional "a busca de novos valores e práticas baseadas em uma postura ética que, aliados à sabedoria acumulada pela humanidade e aos conhecimentos científicos, perpassem todas as ações das comunidades, de órgãos governamentais, partidos políticos e organizações não governamentais." (PDI, 2007, p.23)

2 CAPÍTULO II

A EVASÃO ESCOLAR EM TELA: ATOS E ATORES EM PROCESSO

2.1 A Evasão Escolar no Ensino Agrícola

Vivemos num país criado e sustentado por injustiças sociais diversas entre elas o setor educacional que, por séculos, tem se caracterizado como um privilégio. Uma marca que abarca não só a questão do acesso à escola, mas, também, à qualidade do ensino ministrado nas instituições escolares.

Sabemos da importância da educação para o desenvolvimento de uma nação, porém é necessário coragem e ousadia para enfrentar as barreiras e dificuldades existentes, quebrar paradigmas para que a educação aconteça de fato.

No tempo presente, temos um rol de políticas públicas educacionais de caráter expansionista face ao acesso à escola e de caráter inclusivo, ainda com muitas falhas, porém investindo na normatização e criando um conjunto de medidas e ações com objetivo de promover a inclusão social e a cidadania como direito de todos para que se efetive uma educação de qualidade em todos os níveis e esferas governamentais.

O documento de Gestão da Educação 2003 – 2010 do Ministério da Educação intitulado “Desafios e Compromissos” afirma que:

Diversos compromissos foram assumidos com o objetivo de proporcionar acesso e permanência na educação básica. Merecem destaque a ampliação dos recursos e do atendimento das ações de assistência ao aluno como alimentação, transporte, livros didáticos, acervo bibliográfico, laboratórios de informática, conexão à internet banda larga, além de atividades de reforço escolar e atendimento em turno integral. Cabe ressaltar, ainda, o compromisso de garantir acessibilidade à escola para pessoas com deficiência, por meio de capacitação de docentes, adequação de infraestrutura e fornecimento de material pedagógico e de acessibilidade (BRASIL, 2010).

Para garantir a efetivação dos compromissos assumidos, o governo federal vem desenvolvendo ações direcionadas para a expansão e defesa da escola pública de qualidade com objetivo de inclusão e democratização.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em 24 de abril de 2007 abarca um conjunto destas ações e programas com o propósito de melhorar a qualidade do ensino no país.

O PDE consolida uma visão sistêmica¹⁷ da educação na busca de superação da visão fragmentada de educação que se estabeleceu ao longo dos anos como se os níveis, as etapas e as modalidades da educação não fizessem parte de um mesmo processo.

¹⁷ De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas (BRASIL, 2007, p. 12-13) a visão sistêmica da educação, dessa forma, aparece como corolário da autonomia do indivíduo. Só ela garante a todos e a cada um o direito a novos passos e itinerários formativos. Tal concepção implica, adicionalmente, não apenas compreender o ciclo educacional de modo integral, mas, sobretudo, promover a articulação entre as políticas especificamente orientadas a cada nível, etapa ou modalidade e também a coordenação entre os instrumentos de política pública disponíveis. Visão sistêmica implica, portanto, reconhecer as conexões intrínsecas entre educação básica, educação superior, educação tecnológica e alfabetização e, a partir dessas conexões, potencializar as políticas de educação de forma a que se reforcem reciprocamente.

A implementação do Plano de Meta “Compromisso Todos pela Educação” fixou metas de qualidade por escola, vinculando a assistência técnica e financeira da União a estados e municípios ao cumprimento destas metas e, conseqüentemente, com tal cumprimento a qualidade da educação – ainda de forma tímida - melhorou em alguns níveis de ensino.

Dentre as ações desenvolvidas destaca-se, na educação infantil, o aumento dos investimentos na formação continuada de professores, a assistência financeira para aquisição de equipamentos e mobiliário e a construção de escolas.

No ensino fundamental foi praticamente atingido o objetivo de colocar todas as crianças de 7 a 14 anos na escola. Na busca de qualidade o ensino fundamental foi ampliado para nove anos e os mecanismos de avaliação ganharam destaque na política pública da educação, mesmo que saibamos que universalização e qualidade apresentam sentidos diferentes.

Os programas do Livro Didático, das Bibliotecas Escolares, do Transporte Escolar e da Alimentação Escolar, anteriormente destinados apenas ao ensino fundamental, foram ampliados para toda a educação básica.

Com objetivo de alcançar uma educação de qualidade e para garantir o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação o governo distribuiu computadores para laboratórios de informática, para o acesso à internet, para programas educativos e assegurou a formação de professores para o uso de tais tecnologias, embora os trâmites burocráticos ainda sejam definidores no tocante à efetiva participação dos docentes nestas formações.

Na educação profissional houve vários investimentos. Destaca-se a criação dos Institutos Federais com oferta de formação inicial e continuada com formação técnica, tecnológica, licenciatura e pós-graduação, o apoio às escolas profissionais da rede estadual e a ampliação de oferta de ensino profissional na modalidade à distância.

Em relação à eficiência e ao rendimento escolar o Ministério da Educação, baseado na fonte do INEP/MEC, no documento “Indicadores Agregados de Resultados – 2002 a 2010 (BRASIL, 2010) assevera que a “Taxa de aprovação no EF: passou de 79,6% em 2003, para 85,2% em 2009; e Taxa de abandono no EF: passou de 8,3% em 2003, para 3,7% em 2009”; e a “Taxa de aprovação no EM: passou de 75,2% em 2003, para 75,9% em 2009, e Taxa de abandono no EM: passou de 14,7% em 2003, para 11,5% em 2009”. Neste caso, vale relembrar a diferença entre valores proclamados pelos documentos oficiais e o contato com a empiria no fazer cotidiano institucional.

A Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica contempla em seu art. 8º

A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo (BRASIL, 2010).

Estas políticas públicas objetivam a transformação da educação no país e determinam uma mudança de comportamento e postura em todos os níveis educacionais num diferente e dinâmico contexto histórico. Porém, não podemos esquecer que o novo provoca temor no ser humano porque o desconhecido é uma incógnita, causa sensação de incerteza, medo e desconforto e muitas vezes ocasiona resistência ou indiferença.

Segundo Montana e Charnov (1998) existem duas forças que impulsionam as mudanças: forças externas e internas. As forças externas dizem respeito ao ambiente externo da organização (órgãos regulamentadores e novas tecnologias). As forças internas dizem respeito ao ambiente interno da organização (estrutura formal e informal).

No setor educacional as forças externas podem ser relacionadas às políticas públicas na forma dos marcos regulatórios vigentes e as forças internas se referem às relações intraescolares como sala de aula, relação interpessoal entre todo corpo docente, discente e administrativo.

Para Schein (1982), a mudança é um processo composto de quatro fases: a percepção, a mudança de atitude, a mudança de comportamento e a fixação do novo comportamento onde a percepção é o ponto de partida (conscientização do problema), a mudança de atitude (adoção de novas atitudes, compreensão e aceitação dos comportamentos dos outros), a mudança de comportamento (externalização da mudança), a fixação do novo comportamento (desenvolvimento da habilidade de “aprender a aprender”, ou seja, perda do medo de mudar).

Mudar implica que a comunidade escolar defina seu papel social, distinguindo, conforme Silva (2005, p.15), o ensino escolar de educação:

Ensino escolar uma atividade ofertada numa escola credenciada pelos órgãos competentes, na qual se vivencia e se partilha saberes e conhecimentos, numa relação entre professor e alunos, de maneira intencional, organizada e sistemática, com a finalidade de possibilitar aos estudantes conhecerem e apropriarem da cultura produzida, além de criarem, inventarem, inovarem e participarem das decisões. Quando falamos em educação, estamos falando de várias formas de apropriação de conhecimentos. [...] A educação é uma prática social de homens e mulheres e é adotada com o objetivo de socializá-los e humanizá-los culturalmente.

Para nós, que estamos envolvidos diretamente no setor educacional, é importante que tenhamos a consciência de que a diversidade e a complexidade dos problemas que enfrentamos no dia a dia são muitos. Acreditamos que a evasão é o maior deles, um problema crônico em todo país, muitas vezes passivamente aceito, tolerado e banalizado por escolas e sistemas de ensino que chegam ao extremo de matricular um número maior de alunos por turma já prevendo o abandono de muitos ao longo do ano letivo.

A propaganda oficial apresenta números expressivos de matrícula a cada ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% de total de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar. Sabemos que uma significativa parcela destes alunos não irá concluir seus estudos naquele período, prejudicando diretamente a sua formação e, conseqüentemente, a sua vida. Estes alunos encontram-se sempre em desvantagem em relação àqueles que não apresentam defasagem idade/série.

De acordo com Garschagen (2007, p. 42) “[...] dos 4 milhões de estudantes que ingressam no ensino básico, em todo o Brasil, apenas 3 milhões iniciam o ensino médio. [...] o país deveria ter 12 milhões de alunos no ensino médio, mas tem apenas 9 milhões. A diferença de 3 milhões de estudantes constitui a evasão escolar”.

Combater a evasão é uma forma de prevenção da violência e de redução da desigualdade social que assola o Brasil, favorecendo toda a sociedade. Diferentes causas são possíveis face a esta questão, desde a vulnerabilidade do aluno que necessita trabalhar para ajudar na renda familiar até a baixa qualidade do ensino que desestimula a frequência às aulas.

Herdamos a crueldade de uma cultura que foi vivida anos a fio em nosso país determinando que o fracasso escolar se baseava em questões como hereditariedade, onde os filhos recebiam, na constituição genética, aspectos que favoreciam a aprendizagem ou não, desta forma, os pobres eram desprovidos de inteligência. Questões como o racismo que apontava os negros com um nível de inteligência inferior aos da raça branca e a carência cultural também eram fatores determinantes para o fracasso escolar onde a formação fraca e inadequada das crianças gerava comportamentos de indisciplina, considerando-as como

alunos-problema dentro da escola. Com isto a rotulação e a estigmatização eram verdades indiscutíveis.

Aspectos como moradia, renda familiar, ocupação e nível de escolaridade dos pais e famílias numerosas interferiam diretamente na questão da evasão.

De acordo com Saviani (2002, p. 285)

[...] a repetência – e agora posso acrescentar a falta de escolas – configura, objetivamente, uma situação dramática. Utilizei o advérbio “objetivamente” porque, ainda do ponto de vista subjetivo se encontrem maneiras de conviver com esta situação racionalizando-a, por assim dizer, por meio de uma concepção traduzida em frase como “não dá para o estudo”, “não tem cabeça boa” etc; os reflexos na situação dessas famílias são muito sérios porque lhes retiram a expectativa de melhoria de vida o que significa, na prática, a cassação de seu futuro. Entretanto, para lá dos aspectos objetivos e subjetivos das famílias individualmente consideradas, os reflexos são da maior gravidade para o próprio país, tendo em vista a quantidade de talentos promissores que deixam de ser desenvolvidos. De fato, o país que não desenvolve as novas gerações, isto é, que não propicia a sua população de crianças e jovens uma formação adequada está cassando o próprio futuro.

Podemos constatar que a herança cultural das classes menos favorecidas – em alguns casos - que frequentam as escolas públicas, em não acreditar e não confiar que os filhos são capazes de ter sucesso na escola e na vida são os primeiros a aconselhar, após um ano de repetência, que os próprios filhos desistam da escola.

Isto se deve a condicionamentos de uma sociedade dividida em classes sociais que determinavam o rumo que os alunos iriam tomar. Os filhos de operários precisavam apenas de aprendizagem mínima, jamais frequentando a mesma escola oferecida aos filhos de burgueses. Segundo Perrenoud (2001, p. 15)

O fato de sair da escola aos 11 anos, mal sabendo ler e contar, não tinha nenhuma importância para as crianças destinadas a trabalhar no campo ou nas fábricas. Os espíritos mais esclarecidos chegavam a afirmar que a instrução é prejudicial para as almas simples, pois as incita a questionar sua condição e, às vezes, a ordem social.

Isto caracteriza a falta de estima da família e a credibilidade de que a escola é capaz de transformar o seu filho. Daí a necessidade dos educadores possuírem sensibilidade e percepção de que o problema da evasão é muito mais profundo, muito mais complexo do que se pensa. Faz-se necessária uma releitura do contexto social, onde está inserida a escola, envolvendo pais, alunos, administração e professores no sentido da reconstrução dos valores da própria vida e no valor efetivo da escola.

Entendemos que fatores complexos como o ambiente escolar, as experiências, as relações interpessoais entre professor e aluno, entre outros, são aspectos que interferem na permanência do aluno na escola.

Toda criança ao ingressar na escola cria expectativas diversificadas onde vivenciará experiência que darão a ela uma vida melhor. A família por sua vez quer que o filho estude na esperança de que a educação possa lhe proporcionar melhores condições de vida. A escola como instituição educacional está voltada diretamente para esse aluno que é o seu objetivo maior. A sociedade necessita de pessoas preparadas para o desenvolvimento da nação.

Daí, a grande preocupação no sentido de ampliar, abordar e procurar alternativas de solução para a evasão, pois é um fator considerado como vilão da educação como prática

social, causando o desperdício do dinheiro público e a falta de profissionalização, condição essencial para integração do ser humano na sociedade do conhecimento no século XXI.

Sobretudo, com um outro tipo de profissionalização pois, segundo Lévy (1999, p.157):

Qualquer reflexão sobre o futuro dos sistemas de educação e de formação na cibercultura deve ser fundada em uma análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber. Em relação a isso, a primeira constatação diz respeito à velocidade de surgimento e de renovação dos saberes [...] Pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início do seu percurso profissional estarão obsoletas no fim de sua carreira. A segunda constatação, fortemente ligada a primeira, diz respeito à nova natureza do trabalho, cuja parte de transação dos conhecimentos não pára de crescer. Trabalhar quer dizer cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos [...].

Portanto, pensar a profissionalização nos parâmetros sugeridos pelo autor significa repensar a própria educação profissional. Tal descompasso poderia ser um dos componentes de explicação da evasão no ensino agrícola?

A evasão, na maioria das vezes, vem acompanhada de sentimentos de derrota, incapacidade e principalmente quando ocorre em consequência de reprovação. É uma forma de desistência, onde o aluno, por saber que será reprovado, abandona a escola para não passar por uma situação humilhante diante de todos que estão à sua volta. Tratar da evasão é tratar do fracasso escolar. Neste ponto, uma reflexão se faz necessária: é preciso não confundir “fracasso escolar” com “discente em situação de fracasso escolar”. Tal diferenciação torna-se relevante haja vista a visão estreita de que o fracasso é única e exclusivamente uma responsabilidade do discente.

Sobre o fracasso escolar, Perrenoud (2001, p.15) argumenta:

Se fosse tão simples combater o fracasso escolar, o problema estaria resolvido. Mas a realidade resiste, temos que enfrentar a complexidade dos processos mentais e sociais, a ambivalência ou a incoerência dos atores e das instituições, a flutuações da vontade política, a renovação dos currículos e das didáticas, as rupturas teóricas e ideológicas ao longo das décadas. Para ter uma chance de combater de forma eficaz o fracasso escolar, para sair do pensamento mágico e dos esforços desordenados, precisamos, em primeiro lugar, de uma análise fundamentada, clara e compartimentada do problema.

A reflexão que deve ser feita em consequências do fracasso escolar na vida do aluno, uma vez que não atingiu os objetivos esperados, marcam suas vidas durante todo o percurso escolar. O insucesso diante dos colegas, da família e da sociedade é o grande desafio a enfrentar. A reprovação gera baixa autoestima, desânimo, sentimento de impotência diante da situação a ser vivida: continuar os estudos ou abandonar os mesmos. A escola tem sua parcela de responsabilidade. Segundo Perrenoud (2003, p. 11)

A escola deve, sob o risco de ser fortemente questionada, assegurar o sucesso do maior número de alunos, não importa em que classe e em que tipo de estabelecimento: a sociedade não pode hoje tolerar que três quartos dos alunos repitam de ano.

É necessário, pois, que a escola repense sua dimensão pedagógica e as práticas educacionais através de métodos eficientes, aprendizagem interativa, projeto variados relacionados ao contexto do aluno, uso de novas tecnologias e não trabalhar de forma

tradicional como diz Souza (2005, p. 419) “a presença de métodos e atividades de sala de aula, baseados na memorização e na repetição trazem sérios prejuízos para os alunos”.

O processo de avaliação nas escolas brasileiras sempre foi um dos determinantes da evasão escolar. Um assunto polêmico dentro do processo de aprendizagem, por ser um instrumento de medida quantitativa excludente e não determinar o nível de conhecimento do aluno.

A cultura da reprovação arraigada no país impede a adoção definitiva da progressão continuada nas escolas. De acordo com Soares (s/d apud GARSCHAGEN, 2007, p. 36)

O sistema de progressão continuada, que consiste na identificação das dificuldades de cada aluno no ano letivo e sua pronta resolução, de modo a evitar a reprovação, não significa aprovação automática. É uma alternativa que está sendo adotada com sucesso por diversos países [...] as melhores notas e os resultados mais efetivos obtidos no ensino básico foram observados exatamente entre os que adotaram o regime de progressão continuada. [...] A repetência afeta a auto-estima das crianças, além de ser uma das principais causas do baixo rendimento e da evasão escolar [...] Além do desgaste emocional, a repetência tem um custo financeiro. “Para cada ano repetido na escola, o custo da educação aumenta pelo menos 50%.

Entretanto, a prática de não-retenção nas escolas públicas tem sido rejeitada por alguns profissionais da educação. Glória (2003, p.61) diz que

A “resistência” à eliminação da reprovação nas escolas públicas tem sido abordada em pesquisas recentes, que focalizam a questão especialmente do ponto de vista dos professores e demais profissionais da educação. A compreensão dos professores parece ser a de que a prática da não-retenção escolar não apenas tem sido incapaz de reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais, como chega mesmo a ampliá-las, na medida em que propicia aos alunos o prosseguimento do curso escolar sem a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades considerados básicos à formação educacional escolar e à cidadania.

Também os familiares fazem restrições em relação à não-retenção. Segundo Glória

O adolescente não consegue emprego “ao menos para embalador” porque não tem domínio da leitura. Com base nesta perspectiva os alunos e suas famílias entendem que a escola não está cumprindo uma função primordial: preparar para o mundo do trabalho. Não vêem vantagem no fato de os alunos não serem mais reprovados e receberem seu certificado do ensino fundamental, se não tem competência “nem para preencher uma ficha de emprego” (GLÓRIA, 2003, p. 66).

Independente das correntes existentes, o processo avaliativo deverá ter como objetivo contribuir para na aquisição de conhecimentos e aplicação destes no seu desenvolvimento pessoal, profissional e social.

O Ministério da Educação apresenta no documento “O Plano de desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas” algumas análises sobre este ponto.

São graves os dados relativos à aprendizagem, mas não se pode esquecer que são igualmente preocupantes as altas taxas de evasão e repetência. A divulgação, por escola, dos dados relativos ao desempenho médio dos alunos poderia ensejar um movimento de retenção, visando à melhoria do indicador de qualidade relativo ao desempenho, o que prejudicaria ainda mais o fluxo.

A avaliação poderia, no limite, produzir efeitos contrários aos pretendidos. O PDE partiu do diagnóstico de que a “indústria da aprovação automática” é tão perniciosa quanto à “indústria da repetência”. Dessa preocupação nasceu a idéia de combinar os resultados de desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar) num único indicador de qualidade: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (BRASIL, 2007).

O desempenho do aluno está intrinsecamente ligado à relação interpessoal professor/aluno. A empatia é fator fundamental para que a aprendizagem se processe. Quando o professor se faz presente dando assistência individual, estimulando a participação com reforço positivo, mostrando que o aluno é capaz de vencer as dificuldades e elogiando os progressos alcançados, tudo isso produz um feedback esperado na escola.

Não podemos desconsiderar na Educação Básica a influência do currículo no que se refere à evasão. Muitas vezes, os programas são muito elitistas e não levam em consideração os determinantes sociais, econômicos e culturais dos alunos tornando-o mais um obstáculo na vida escolar do aluno.

Culpar é uma forma de passar para o outro a responsabilidade do fracasso e, em se tratando de evasão, os responsáveis são muitos, governos, instituição, corpo técnico e docente, família e o próprio aluno.

Apesar dos investimentos tanto nos marcos regulatórios quanto em infraestrutura e equipamentos tecnológicos, ainda estamos muito longe do mínimo necessário para que a educação seja compatível com os países desenvolvidos ou emergentes, pois ainda temos deficiências primárias incompatíveis com o século XXI.

Existem escolas em que o índice de evasão é compatível com a falta de materiais imprescindíveis na sala de aula (computadores, data show, laboratórios, material didático e fontes de pesquisa para o professor). A valorização dos profissionais da educação tanto em relação aos salários quanto ao aperfeiçoamento se faz urgente. Rever o investimento em educação é hoje uma necessidade urgentíssima para o combate à evasão.

As instituições, juntamente com o corpo técnico e administrativo, têm sua parcela de responsabilidade no fenômeno da evasão e na sua superação. Assim, é urgente repensar a condução da educação diante da falta de interesse dos alunos, a agressividade dos adolescentes, do despreparo do professor, das salas de aula superlotadas, do compromisso do professor com mais de uma instituição, gerando uma sobrecarga de trabalho que o incapacita de tempo de planejamento, reflexão e avaliação de seu trabalho.

2.2 A Evasão no Curso Técnico em Zootecnia do IF SUDESTE MG - Campus Rio Pomba: Diálogos Cotidianos e Empiria.

Pensemos numa situação hipotética: Imagine-se com 14 ou 15 anos cheio de sonhos, expectativas, dúvidas, vindo de sua cidade para morar em Rio Pomba e fazer o curso de Técnico em Zootecnia. Sua família ficou muito distante, seus amigos viraram uma sombra ou lembrança, da sua antiga escola, só saudade. É esta a realidade dos alunos que ingressam no curso Técnico em Zootecnia do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba.

Os adolescentes, que em sua maioria vem de outras cidades, algumas distantes, outras vizinhas, deixam suas famílias, seus amigos, a escola onde estudaram os anos iniciais para viver num contexto totalmente diferente: nova cidade, novos amigos, novo curso, novos professores, nova casa, novos conceitos, nova realidade¹⁸.

¹⁸ Ver o anexo nº 01.

Vêm em busca de uma escola de qualidade e de um curso que ofereça oportunidades de trabalho, garantindo um futuro com melhores condições de vida e independência. O exame de seleção é o primeiro desafio a ser vencido. É preciso esforço e competência para ser aprovado e conquistar uma vaga no curso. Para conseguir o alojamento na escola o aluno precisa passar por outra avaliação: a “análise sócio-econômica”. Quem não consegue o alojamento acaba morando na vila próxima a escola e outros têm que residir na cidade com amigos.

Morar longe de casa, apesar do fascínio do adolescente pela independência, talvez seja a maior dificuldade a ser enfrentada. Muitos alunos retornam todo o final de semana. Outros, com moradia mais distante, demoram um pouco mais para visitar os pais e há os que ficam durante todo o semestre na instituição, só indo para casa nas férias.

Nesta idade, um período de grandes mudanças corporais e comportamentais, os adolescentes precisam de muita atenção, de cuidado, de diálogo e de orientação. A ausência dos pais é muito sentida e muitos alunos acabam se sentindo sozinhos, desamparados, frustrados e abandonados.

A vulnerabilidade do adolescente gera um comportamento inseguro levando muitas vezes a timidez, se fechando no seu próprio mundo e outras vezes procurando um caminho errado que são as drogas que aparentemente amenizam o problema da solidão, da saudade e da falta dos amigos. Daí a grande preocupação no apoio, na orientação e no acompanhamento destes alunos recém-chegados para que se sintam bem à vontade e possam superar com tranquilidade as questões que os afligem.

Questões financeiras também podem interferir na permanência dos alunos na escola. Fora de casa, sem orientação direta dos pais tudo é mais difícil. O dinheiro para a sobrevivência, que muitas vezes é pouco, também tem que ser bem administrado.

A alimentação oferecida pelo Instituto também passa pela adaptação, porque a diversidade gastronômica dentro do próprio estado de Minas Gerais é grande e requer mudanças nos hábitos alimentares do aluno. A maioria utiliza estes serviços, uma vez que, almoçar fora do campus fica muito dispendioso e requer gastos extras.

Também em relação ao curso as mudanças são muitas. Sair do ensino fundamental e ingressar no ensino médio já é um grande desafio. Entrar numa escola técnica, num curso que funciona em horário integral, com uma média de 15 disciplinas anuais e uma carga horária de 8 aulas diárias, 40 semanais é um desafio ainda maior.

Parte dos alunos ingressou sem o mínimo de conhecimentos sobre o curso, não sabem o que vão estudar, as aulas teóricas e práticas que terão ao longo do ano, as possibilidades de estágio e onde irão trabalhar assim que se formarem. Ao longo do curso se decepcionam e acabam desistindo.

O aluno sente dificuldades com horários de estudo e com a realização de trabalhos, pois para quem ficou numa sala de aula, nos bancos escolares o dia todo, e à noite ainda precisa realizar atividades não é tarefa fácil, principalmente para adolescentes.

Muitos pais, devido à distância de moradia, não comparecem às reuniões marcadas pela escola deixando para saber sobre o desempenho do filho apenas no final do ano. A escola por sua vez, apesar de reuniões periódicas, acaba não conseguindo fazer contato com os pais ausentes devido ao pequeno número de profissionais e ao grande número de alunos que possui.

Com objetivo de ajudar os alunos a superar as dificuldades encontradas, a escola, além de alojamento e alimentação, oferece serviços médicos, odontológicos, psicológicos, assistência social, enfermagem, bibliotecas com funcionamento em horário integral, laboratórios de informática, quadra de vôlei, televisão, sala de jogos e sala de musculação.

Não conseguindo superar as dificuldades encontradas, o aluno retorna à sua cidade, à sua casa. Porém, o sentimento de derrota, de incapacidade e de fracasso, diante de amigos e

dos familiares vai junto com ele. É necessária uma atenção maior a estes alunos. É preciso cuidado, carinho e apoio tanto no aspecto de estrutura física quanto no aspecto emocional.

2.3 Da Metodologia Anunciada aos Bastidores da Pesquisa

Antes da apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, faz-se necessário definir o que foi considerado, pela pesquisadora, como evasão.

Evasão é quando o aluno deixa de frequentar as aulas, desistindo do curso e abandonando a escola. Sendo assim, foram considerados evadidos os alunos que abandonaram o curso Técnico em Zootecnia sem nenhuma justificativa (desistentes), os que trancaram o curso e não retornaram até o momento e os que pediram transferência indo para outra escola concluir o ensino médio, deixando para trás o curso técnico.

Feitas as considerações iniciais, passaremos aos procedimentos metodológicos utilizados no estudo, que iniciou com a pesquisa bibliográfica sobre evasão escolar e com o levantamento preliminar de informações sobre os alunos evadidos nos Cursos Técnicos em Agroindústria (Alimentos), Agropecuária, Florestas e Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba.

Após o registro preliminar dos dados e a constatação de um número considerado de alunos evadidos em todos os cursos analisados, o foco recaiu sobre o Curso Técnico em Zootecnia. A escolha se deve ao fato de que no ano de 2008, ano em que ingressei na instituição, apenas uma aluna concluiu o curso de Zootecnia no período de 03 anos. Este fato despertou meu interesse e derivou daí o meu desejo em estudar as questões relativas à evasão no Instituto. Resolvi então descartar o ensino médio e me concentrar na evasão curso técnico de Zootecnia, que se tornou objeto do meu estudo.

A partir daí, iniciou-se um trabalho minucioso junto à secretaria da escola na busca de informações nas listagens de alunos, livros de registro de certificados, de boletins e de pastas individuais. A partir do material fornecido pela instituição foi possível elaborar um banco de dados contendo nome e endereço dos alunos evadidos e a situação do aluno: desistente, transferido, reprovado ou com matrícula trancada.

O universo da pesquisa residiu na totalidade dos alunos que abandonaram o Curso Técnico em Zootecnia (desistentes, transferidos e com trancamento de matrícula) do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, entre os anos de 2005 a 2009, perfazendo um total de 117 alunos.

Paralelamente ao levantamento de dados, ocorreu a elaboração dos questionários¹⁹ que foram destinados aos alunos evadidos e aos demais atores envolvidos no processo: professores do campus que atuam no curso, tanto das disciplinas da Base Nacional Comum (Ensino Médio) quanto os professores da Formação Específica (Técnico) e os técnicos administrativos que trabalham diretamente com o ensino e os que atuam no setor de Zootecnia.

O questionário do aluno evadido abordou aspectos relativos à identificação do aluno, à época de estudo e à evasão escolar separados em três eixos: Eixo 1 - Configurações Sociogênico-econômicas que analisa as origens regionais, a faixa etária, as posições na escala social e as posições econômicas ocupadas no instante do questionário; Eixo 2 – Rede de contextualização histórico-institucional que busca compreender o momento histórico em que os atores fizeram a opção pelo curso e as relações com a instituição; Eixo 3 – Táticas e práticas de evasão que busca compreender os sistemas de defesas que os atores empregam diante da realidade que estavam expostos no momento da evasão.

¹⁹ Para a elaboração dos questionários desta dissertação foram consultadas as dissertações de Machado (2009) e Rebello (2008).

O questionário dos professores e dos técnicos administrativos abarcou os seguintes aspectos: tempo de trabalho na instituição, se perceberam ou não a evasão no curso, como se posicionaram diante dos dados apresentados e quais os fatores que acreditaram serem os causadores da evasão escolar no Curso Técnico em Zootecnia.

Foram enviados 117 questionários para alunos, sendo 102 via correio e 15 entregues pessoalmente por serem alunos residentes em Rio Pomba. O retorno do questionário dos alunos foi de 29 respondentes (25%), uma taxa que apesar de relativamente baixa permite obter informações importantes sobre a causa do abandono do curso.

Também foram enviados questionários para 20 professores das disciplinas do Ensino Médio obtendo 17 (85%) de retorno, para os professores do técnico foram enviados 9 questionários com o retorno de 8 (89%) e para os técnicos administrativos foram enviados 8 questionários com 100% de respondentes.

A partir das respostas obtidas, foram elaborados gráficos e tabelas que demonstraram o resultado da pesquisa e que serviram de parâmetros que subsidiaram as discussões a respeito do tema.

Partiu-se para a análise dos questionários e para um exame mais minucioso de cada questão respondida, visando ampliar as informações – e às vezes constatações - embutidas nas entrelinhas.

Por fim, chegamos à conclusão deste trabalho com a elaboração de um relatório que descreve as causas da evasão escolar encontradas nas respostas dos diferentes atores pesquisados e a apresentação de uma proposta pedagógica para subsidiar ações que minimizem o problema da evasão escolar no Curso Técnico em Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba.

Penso que seja grande a possibilidade de que alguns pesquisadores - ao iniciarem os seus trabalhos de investigação - “sonhem” em encontrar os dados para serem utilizados da maneira como necessitam. Isto gerou uma ansiedade e quase um desejo de queimar etapas. Aspecto que na minha pesquisa seria absolutamente desastroso haja vista ser exatamente a dificuldade de encontrar os dados da maneira desejada uma chave de leitura e de compreensão da própria questão-alvo deste estudo: a evasão. Mais do que isto, percebi o quanto esta ausência ou presença desorganizada dos dados dos atores envolvidos no processo poderiam representar um solo fértil para “dizer” os bastidores desta pesquisa, pois acompanhando o raciocínio de Hughes (1984)

quase por definição, o pesquisador não tem um conhecimento de primeira mão da esfera da vida social que se propõe a estudar. Raramente, é um participante nessa esfera e em geral não está em contato estreito com as ações e experiências das pessoas nela envolvidas. Sua posição é quase sempre a de um intruso; como tal, ele está evidentemente limitado no conhecimento simples do que se passa na esfera da vida em questão (HUGHES, 1984 apud BECKER, 2007, p.29).

Evidentemente, devo esclarecer que não tenho a formação no campo da Sociologia. Entretanto, entendo que parte do meu olhar está direcionado para as premissas sociológicas que invadem o tema de trabalho. Para além deste aspecto, a fala de Hughes apresenta uma relação de fidedignidade com a minha situação de pesquisadora que não estava presente no momento exato ou próximo da vida institucional e social da rede de relações que gerou a propalada evasão.

Desta forma, os dados existem, porém no formato que atende a secretaria, a escola e não à pesquisa. O desafio estava posto: encarar os dados como não-dados, não-ofertados, mas possíveis de serem criados pela ação dialética do pesquisador. A necessidade de uma ação

dialética fundada no diálogo com os dados obtidos, mas também na contraleitura destes mesmos dados tornou necessário o entendimento que

O pesquisador nas ciências sociais tem e utiliza um outro conjunto de imagens preestabelecidas. São imagens constituídas por suas teorias, pelas crenças correntes em seus próprios círculos profissionais e por suas ideias de como o mundo empírico deve ser construído de modo a lhe permitir seguir seu procedimento de pesquisa. Nenhum observador cuidadoso pode negar que isso é verdade. Vemos isso de maneira clara na moldagem de imagens do mundo empírico para que se adaptem às nossas teorias, na organização dessas imagens em termos de conceitos e crenças que gozam de aceitação coerente entre o conjunto de nossos colegas, a na moldagem dessas imagens para que se ajustem às exigências do protocolo científico (BLUMER, 1969 apud BECKER, 2007, p.32).

A citação é longa, porém foi necessária a sua inscrição neste ponto do trabalho, pois serviu de bússola para o encaminhamento dos procedimentos com as respostas dos questionários colocados para os diferentes atores deste processo. Vale destacar que utilizei a expressão “bússola” e não “freio”, pois tenho clareza de que em alguns momentos avancei perigosamente os sinais que a prudência acadêmica de Hughes sugere respeitar. Uma prudência que também não pode ser confundida com completa falta de imaginação sociológica ou de outra característica que fundamente a pesquisa.

Ao pensar a elaboração do próprio questionário, me deparei com mais um aspecto complexo: a relação entre o que eu estava “solicitando” dos informantes com aquilo que eu gostaria de que fosse fornecido pelos mesmos. Bem, nada de mais, pois inicialmente parecia-me uma relação tácita...sem alaridos...sem qualquer novidade...No entanto, o recebimento dos primeiros questionários acendeu uma luz vermelha que começou a tornar visível que nem sempre ou quase nem sempre as nossas convicções sobre os motivos das ações dos atores seguem o roteiro que estabelecemos.

A partir daí, comecei a levantar algumas indagações: o aspecto negativo que apensei à evasão dos alunos na parte profissionalizante do curso representa também algo negativo para eles? A visão de mundo rural que construí para perceber o entorno da Instituição estudada é de fato a representação do rural para a comunidade local? O Instituto Federal esteve realmente preocupado no passado com a evasão dos alunos, conforme o meu entendimento neste tempo presente? A organização/desorganização dos quantitativos de evadidos significa apenas um problema burocrático ou existiriam outras possibilidades de análise para este ponto? A utilização tão somente das legislações advindas do governo federal explicaria as causas da evasão?

São muitos questionamentos, porém um deles merece destaque: qual o papel da instituição pesquisada face ao problema? Penso que tal resposta não caiba neste momento... O que não impede o exercício de algumas inferências preliminares: a referida instituição – por ser uma instituição de prestígio – teria historicamente e sociologicamente operado uma guinada na sua relação com os discentes, especificamente no que tange à origem destes discentes. Ou seja, discentes residentes na sede ou em cidades próximas da sede da Instituição e discentes oriundos de grandes cidades distantes desta sede?

Cabe, portanto, pensar se num dado contexto histórico institucional houve um desejo de absorver os discentes oriundos de cidades médias ou grandes em detrimento dos discentes moradores da região numa espécie de consagração institucional baseada na relevância dos que provinham de centros mais avançados do estado e se, posteriormente, por pressão advinda de diferentes setores da comunidade tenha ocorrido uma mudança de configuração relacional que originou um outro quadro: a valorização dos residentes da cidade-sede ou regiões próximas

(que se tornaram os estabelecidos) em detrimento da desvalorização dos outros elementos que provinham das grandes cidades (que se tornaram os outsiders) (ELIAS, 2000).

Vale explicar que a teoria sociológica tecida por Elias (2000) reside no estudo, realizado entre 1959 e 1962, de comunidade tipicamente de classe trabalhadora na Inglaterra. Nesta comunidade, os indivíduos pertencentes às famílias mais antigas da cidade - que foi fundada em 1880 - se consideravam os detentores do prestígio e da representação positiva da comunidade em relação aos que chegaram à região durante ou após a segunda guerra mundial. Os últimos por seus hábitos diferentes ou pela não aceitação ou mesmo incompreensão das normas cultivadas e impostas pelo grupo “estabelecido” (mais antigo na cidade) eram considerados estorvos/estigmas e portadores de aspectos negativos que só contribuíam para denegrir a imagem da comunidade. Desta forma, eram afastados do convívio social com os estabelecidos e, mais do que isto, afastados dos centros decisórios de poder. Daí, a denominação de “outsiders”.

Ou, num percurso diferente, se a instituição nasceu como um *locus* privilegiado para o atendimento aos filhos dos menos favorecidos e que tinham o seu perfil familiar e profissional já centrado nas atividades agrícolas. Enquanto, os filhos das famílias mais abastadas seriam direcionados para as profissões de prestígio numa formação que se daria em instituição distante da cidade de origem.

Cabe asseverar que as duas situações aventadas permitem uma postura dialógica haja vista que se referem aos movimentos e aos investimentos possíveis das famílias e dos estudantes em busca de um determinado capital²⁰.

Feitas as considerações basilares para a contextualização e compreensão dos bastidores da pesquisa é possível o encontro com os atos e os atores envolvidos na problemática, através das ações implementadas para o garimpo de informações e dados sobre as possíveis causas da evasão escolar na referida instituição federal, especificamente no que tange à parte profissionalizante dos cursos.

2.4 O Levantamento e a Construção dos Dados da Pesquisa

No desenvolvimento do trabalho como Técnica de Assuntos Educacionais no IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba - pude perceber a evasão nas turmas dos cursos técnicos integrados em Alimentos, Agropecuária, Florestas e Zootecnia.

Comecei, então, o levantamento de dados na secretaria para verificar em números a real situação da evasão. Inicialmente, fiz o levantamento através de uma listagem da secretaria que constava o nome de todos os alunos matriculados nos cursos Agroindústria²¹, Alimentos, Agropecuária, Florestas²² e Zootecnia no período de 2005 a 2009. À medida que os alunos desistiam e se transferiam os funcionários da secretaria iam escrevendo “desistentes” ou “transferidos”. Também foi feito um levantamento dos alunos que concluíram os cursos no livro de registros de certificados.

Os dados da evasão se confirmaram: poucos concluintes e muitos desistentes nas listas e um longo caminho a percorrer em busca do que teria levado tantos indivíduos a abrirem mão de uma formação profissionalizante. O gráfico 01 contribui para o esclarecimento dos pontos centrais de minhas preocupações face ao tema, pois contém os dados básicos dos cursos do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba.

²⁰ No entendimento de Bourdieu: Capital como dimensão simbólica da realidade social e como luta concorrencial no interior de cada campo de produção simbólica entre dominantes e pretendentes. O autor elenca quatro tipos principais de capital. A saber: econômico, cultural, social e simbólico. Para aprofundamento, ver Bordieu, 1989 (especialmente, o primeiro capítulo).

²¹ A partir de 2008, houve a mudança de denominação do Curso de Agroindústria para Curso de Alimentos.

²² O Curso Técnico em Florestas teve seu início no ano de 2008.

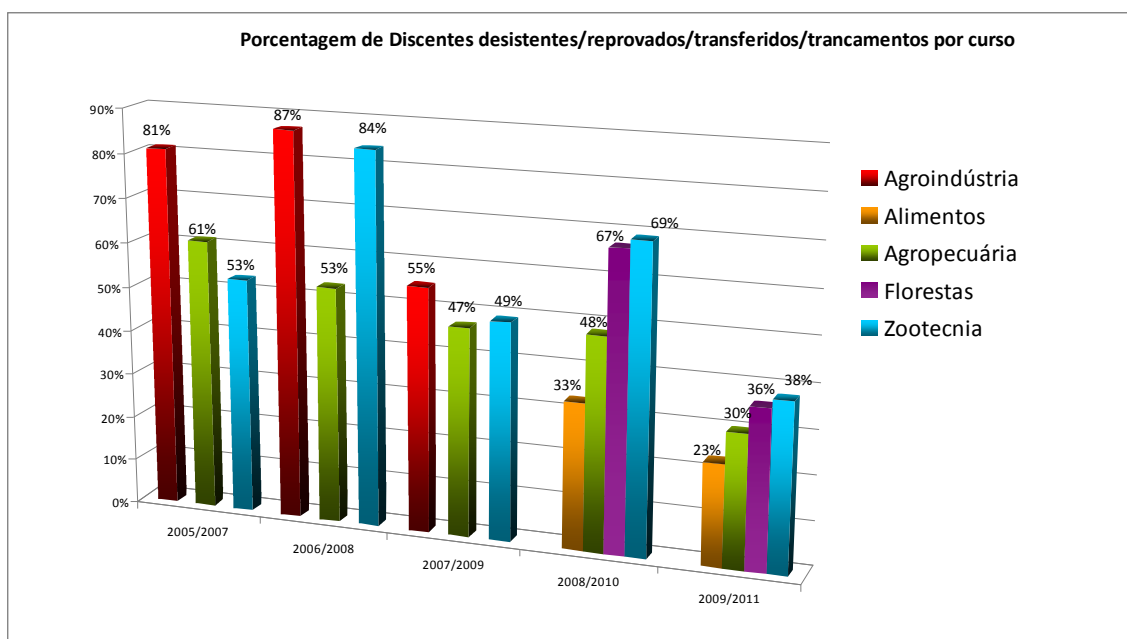


Gráfico 01 – Porcentagem de Discentes desistentes/reprovados/transferidos/trancamento por curso

Base de dados – 2005 a 2009²³

A turma 2008/2010 tem dados de 2 anos cursados.

A turma 2009/2011 tem dados de 1 ano cursado.

O levantamento dos dados - a fim de chegar à configuração apresentada no gráfico - foi complexo, pois nos anos de 2005, 2006 e 2007 o ensino médio era concomitante ao técnico. O aluno prestava o exame de seleção e ingressava no curso. No ensino médio o sistema era pautado em disciplinas com as referentes aprovações ou reprovações e seus sistemas de dependência ou mesmo composto pela necessidade de o discente refazer todo o ano letivo, dependendo do número de reprovações.

De forma diferente, a parte técnica era composta por módulos. A reprovação em determinado módulo não paralisava a vida acadêmica do discente haja vista que a organização curricular permitia o avanço para outro módulo e, posteriormente, o aluno poderia refazer o módulo em que houvesse a reprovação.

No final do semestre, os discentes não se preocupavam em verificar com os professores os resultados e acabavam entrando em férias sem saber da reprovação. Eram reprovados por nota e por frequência. Como o semestre seguinte não dependia da aprovação anterior, o aluno frequentava as aulas normalmente e só no final do curso, quando pediam o histórico e o certificado ocorria a percepção da incompletude da grade curricular, ao menos no que concerne à parte profissionalizante.

Assim como os alunos, também, os pais desconheciam tal situação e, com o ensino médio concluído, preferiam o retorno do estudante para a cidade de origem a fim de continuarem os estudos em nível superior ou ingressarem no mercado de trabalho. Em última instância, a combinação de ambas as ações seria possível. Esta saída do aluno caracterizaria a evasão no ensino técnico profissionalizante.

Uma outra possibilidade pode ser aventada: os discentes – ao tomarem conhecimento das reprovações nos módulos dos cursos técnicos – continuavam na instituição em trabalho acadêmico voltado exclusivamente para as disciplinas do ensino médio.

²³ Para informações sobre o local de origem dos discentes, ver: Anexo nº 1

As listas que inicialmente orientaram as minhas reflexões não atendiam mais as necessidades desta nova fase do trabalho, pois apesar de alguns alunos aparecerem num ano e sumirem no outro não significava necessariamente a desistência, eles poderiam ter retornado em semestre ou ano posterior.

Não encontrei qualquer informação com os dados das turmas, isto é, a situação dos alunos que ingressaram em determinado ano, mesmo que a conclusão destes alunos tenha sido em datas diferentes.

A partir do ano de 2008, ficou menos complexa a verificação dos dados, pois na perspectiva do ensino integrado o aluno precisava caminhar junto no médio e no técnico.

O setor de informática tentou ajudar a busca de arquivos que poderiam fornecer estes dados, mas não conseguiu. Todos os dados da secretaria são individuais e não de turmas. Tentei buscar dados através dos boletins, mas teria que digitar nome por nome de todos os alunos que ingressaram nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 e verificar individualmente a situação de notas e frequência. Porém, nesta ação, também tive dificuldades, pois alguns apresentavam pendências e por isto não tinham sido digitadas as notas. Este caminho tornou-se inviável, pois além de verificar boletins individualmente deveria consultar os diários não digitados analisando aluno por aluno. Um exercício por demais longo e talvez improdutivo por não obter a confiança necessária na fidedignidade das informações.

Não me restou alternativa senão procurar nas pastas individuais. Fui para o computador digitar o nome dos alunos e procurar o número da sua pasta individual. O segundo passo foi abrir pasta por pasta para verificar a real situação de cada aluno. Na pasta individual encontrei todos os dados do aluno: matrícula inicial, matrícula em módulos, pedidos de transferência, trancamentos, situações de abandono e endereços dos mesmos. A partir daí, foi possível fazer um levantamento real dos alunos evadidos nos referidos anos.

Abaixo, os resultados específicos do curso de Zootecnia

Quadro 01 – Situação acadêmica dos Discentes do curso Técnico em Zootecnia

Curso	Situação do aluno	Turma 2005/2007		Turma 2006/2008		Turma 2007/2009		Turma 2008/2010		Turma 2009//2011	
Zootecnia	Matrícula Inicial	42	100%	45	100%	45	100%	45	100%	50	100%
	Concluintes	20	47%	6	14%	22	49%	0	0%	0	0%
	Em curso	0	0%	1	2%	1	2%	14	31%	31	62%
	Desistentes	15	36%	32	71%	13	29%	10	22%	9	18%
	Transferidos	5	12%	1	2%	0	0%	9	20%	7	14%
	Reprovados	*	*	*	*	*	*	12	27%	3	6%
	Trancamento	2	5%	5	11%	9	20%	0	0%	0	0%

Base de dados – 2005 a 2009

A turma 2008/2010 tem dados de 2 anos cursados, por isto, zero concluinte.

A turma 2009/2011 tem dados de 1 ano cursado, por isto zero concluinte.

* As turmas 2005/2007, 2006/2008 e 2007/2009 ingressaram no ensino modular, a reprovação acontecia nas disciplinas e não na série. Nesta tabela estes dados ficariam inconsistentes. Estão computados entre os desistentes, transferidos e trancados.

Mais do que o número desproporcional de concluintes face à matrícula inicial, chama a atenção o número de desistentes na turma 2006/2008. Por que isto teria acontecido? Que reflexões e ações seriam necessárias para compreender esta situação?

Constatado o número de alunos evadidos e com o endereço residencial dos mesmos em mãos, iniciei o envio dos questionários da pesquisa. Foram enviados 102 questionários pelo correio e 15 entregues em mãos, pois são ex-alunos residentes em Rio Pomba. A entrega em mãos propiciou o estabelecimento de explicações complementares sobre o questionário e a sua importância para a pesquisa.

Fiz um levantamento nas turmas que atualmente fazem os cursos profissionalizantes no Instituto para saber se encontrava alunos residentes nas cidades para onde enviei os questionários. Nas cidades do interior, devido ao pequeno número de habitantes, todos da cidade se conhecem e, desta forma foi possível solicitar aos alunos residentes nestas cidades para me ajudar fazendo contato com os ex-alunos e solicitando o preenchimento e devolução dos questionários.

Consegui, nas pastas individuais, os contatos telefônicos de muitos alunos e fiz ligações para telefones fixos e celulares. Algumas vezes, falava com familiares, outras falei diretamente com alguns alunos e pude explicar um pouco mais sobre o questionário e falar da importância da resposta para o meu trabalho, porém muitas ligações não foram atendidas, outros números estavam inoperantes e outros já pertenciam a outras pessoas.

Aos poucos os questionários foram retornando, alguns para devolução uma vez que os destinatários não foram encontrados nos referidos endereços. Para minha frustração, o retorno foi pequeno. Porém, esta ausência tem significados e representações, pois não podemos ignorar o peso do desinteresse em responder um questionário oriundo de uma instituição que o respondente abandonou.

Dos 117 questionários enviados 79 foram para alunos desistentes, 22 para alunos transferidos e 16 para alunos com trancamento de matrícula. Dos alunos desistentes recebi um retorno de 24 questionários (30%), dos alunos transferidos recebi 03 questionários (14%) e dos alunos com trancamento de matrícula recebi 02 questionários (13%) num total de 29 respostas (25%).

Estes 29 questionários foram a base da pesquisa de minha dissertação. No quadro 02, apresento a situação dos respondentes frente à instituição.

Quadro 02 – Percentual de Discentes desistentes, transferidos e com trancamento de matrícula

Situação dos alunos	Questionários enviados	Respondentes			
		Quant.	%	Correio	Mãos
Desistentes	79	24	30%	15	09
Transferidos	22	03	14%	03	-
Trancamento de Matrícula	16	02	13%	02	-
Total	117	29	25%	20	09

Cabe ressaltar que – apesar do baixo número de respondentes – a taxa mais efetiva pertence aos desistentes. Sujeitos que estão no centro desta pesquisa.

2.5 Causas da Evasão – O Que Dizem os Atores Envolvidos

Um dos primeiros aspectos sobre as falas dos atores está situado no plano das indagações de caráter sócio-econômico, de caráter histórico-institucional e das práticas e táticas utilizadas pelos mesmos em face de tal situação de evasão.

Desta forma, foram estabelecidos três eixos que nortearão a leitura dos dados: Eixo 01- Configuração Sociogênico-econômica – linha que busca traduzir o local sociológico onde se encontram os atores, a sua origem social e a sua situação econômica; Eixo 02 – Rede de contextualização histórico-institucional – linha que tem como objetivo captar a história dos

atores no âmbito da instituição; Eixo 03 – Táticas²⁴ e práticas de evasão – eixo que procura esclarecer as ações de defesa encetadas pelos atores frente à instituição e as práticas utilizadas para a consubstanciação da evasão.

2.5.1 Alunos

Ao iniciar a pesquisa, deparei com uma situação que, além da surpresa, propiciou alguns questionamentos: o desinteresse dos alunos evadidos, residentes nas diferentes cidades, que não me enviaram as respostas ao questionário. Será que a passagem por um, dois ou três anos no IF não marcou a vida do aluno nos diferentes aspectos como fazer amigos, empatia por professores, rever o campus? Daí, surgem novas alternativas para a dissertação no sentido de analisar estes aspectos.

Eixo 1 – Configuração sociogênico-econômica

A distribuição de alunos por faixa etária é um importante fator a ser analisado. O gráfico 02 nos fornece uma visão desta situação.

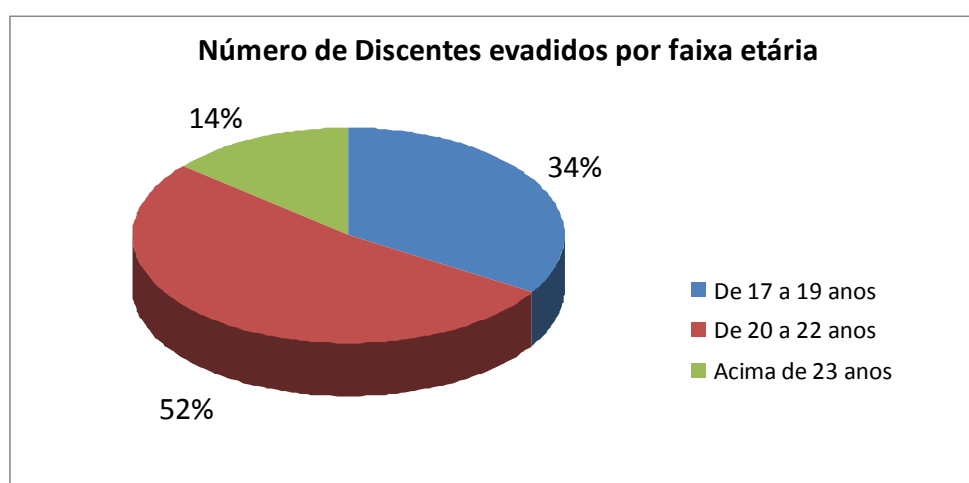


Gráfico 02 – Número de Discentes evadidos por faixa etária

Na pesquisa foi identificado que 10 alunos evadidos (34%) tinham idade entre 17 a 19 anos, 15 alunos (52%) entre 20 a 22 anos e 04 alunos (14%) acima de 23 anos, perfazendo um total de 29 alunos. Penso que a faixa etária com maior incidência possa representar a necessidade de alocação urgente no mercado de trabalho.

No livro de matrícula dos 227 alunos matriculados no Curso Técnico em Zootecnia, nos anos de 2005 a 2009, 47 (21%) são do sexo feminino e 180 (79%) são do sexo masculino. A evasão registrada é de 23 alunos correspondendo a 79% do sexo masculino e de 06 alunas (21%) do sexo feminino. Percebe-se também que a matrícula de estudantes do sexo feminino está crescendo a cada ano, isto pode indicar que as mulheres estão despertando e se interessando por esse tipo de curso técnico.

²⁴ Sobre táticas e estratégias, ver: Certeau, 2004.

Os dados coletados mostram que a maioria dos alunos é oriunda de cidades de pequeno porte, no interior de Minas Gerais, sendo em grande parte residentes na zona urbana e não são filhos de produtores rurais, conforme o gráfico 03.

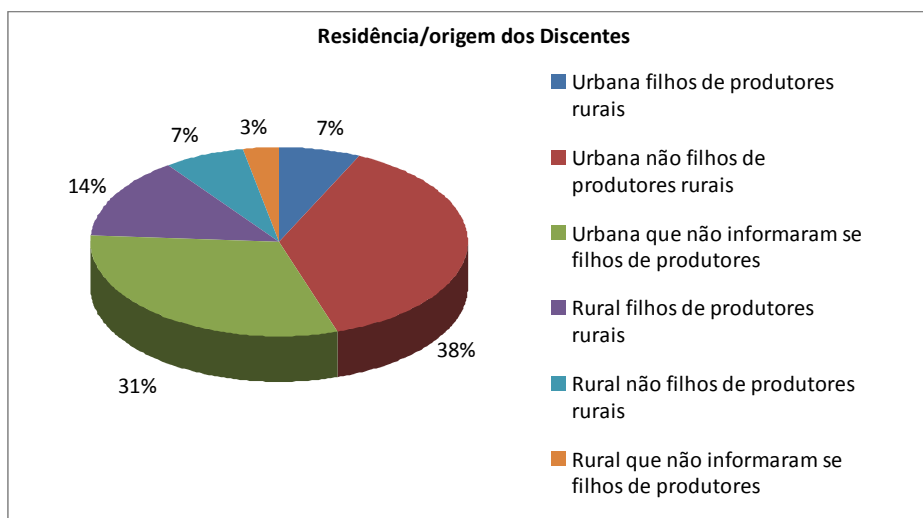


Gráfico 03 – Residência/Origem dos Discentes

É perceptível que 22 alunos evadidos (76%) informaram que residem na zona urbana, destes apenas 02 (7%) informaram serem filhos de produtores rurais e 07 (24%) informaram residir na zona rural, sendo que 04 (14%) informaram serem filhos de produtores rurais.

Os alunos da zona urbana, provavelmente, não possuíam nenhuma experiência com a atividade rural e muito menos com o currículo desenvolvido no curso. Os alunos do meio rural apresentam um índice menor de desistência em função de sua vivência e das expectativas em aplicar, de forma aprimorada e com retorno financeiro maior, o conhecimento adquirido no curso.

O quadro, a seguir, traz informações sobre a origem escolar dos discentes.

Quadro 03 – Trajetória escolar dos Discentes

Instituição	N.º de alunos	%
Escola pública	23	79%
Escola Particular	02	7%
Maior parte em escola pública	03	10%
Maior parte em escola particular	01	4%
Total	29	100%

Pelos dados obtidos constata-se que o campus de Rio Pomba cumpre o seu papel social de atender em instituição federal gratuita alunos de baixa renda que realmente necessitam de integração na sociedade.

De acordo com o quadro, 23 alunos (79%) são oriundos de escola pública somados a 03 alunos (10%) que cursaram a maior parte da vida escolar em escola pública. Os alunos que fizeram o ensino fundamental em escola particular são 02 (7%) e apenas 01 (4%) aluno cursou a maior parte de seus estudos também na rede particular. Mas, quais foram as trajetórias escolares dos respondentes, após a evasão do Instituto?

O próximo gráfico contém informações que podem iluminar este ponto.

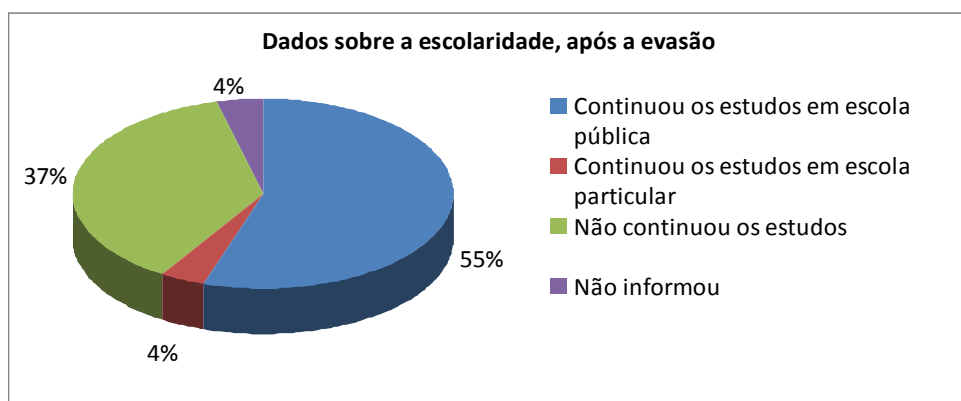


Gráfico 04 – Dados sobre a escolaridade, após a evasão

Dos alunos evadidos no Curso Técnico em Zootecnia 16 (55%) continuaram seus estudos na rede pública. Somente 1 aluno (4%) foi para a escola privada e 11 alunos (37%) não deram prosseguimento aos estudos, provavelmente por falta de base, necessidade de trabalhar para ajudar a família ou desinteresse pelos estudos.

Ainda no acompanhamento da trajetória escolar, parece interessante apresentar um balanço da escolaridade alcançada após a evasão.

Quadro 04 – Escolaridade, após a evasão

Conclusão dos estudos	N.º de alunos	%
Cursou o ensino médio e concluiu	05	29%
Cursou o ensino médio e não concluiu	03	18%
Ensino médio em curso	01	6%
Cursou outro curso técnico e concluiu	01	6%
Cursando superior	01	6%
Não informaram	06	35%
Total	17	100%

Apesar de 59% dos alunos evadidos terem informado a continuidade dos estudos, apenas 5 (29%) conseguiram concluir o ensino médio.

Os dados mostram que 3 alunos (18%) cursaram o ensino médio, mas não concluíram e que 1 (6%) ainda está cursando. Temos 1 aluno (6%) que cursou e concluiu o ensino técnico e ainda 1 aluno (6%) que está cursando o ensino superior.

Se compararmos os dados, dos 11 alunos que responderam a pergunta, podemos observar que 08 alunos realmente evadiram do curso Técnico em Zootecnia uma vez que deram prosseguimento aos estudos em outras áreas. Apenas 03 alunos realmente desistiram de estudar. Parar de estudar, muitas vezes, é necessário por situações que mudam o rumo da vida dos atores, é o caso do depoimento de um ex-aluno

Eu sempre sonhei em ser zootecnista, mas na época minha família estava com problemas financeiros e não podiam me ajudar e quando abandonei o curso em 2009 aconteceram muitas coisas comigo que impossibilitou de voltar a estudar, concluir meu curso de ser um técnico de zootecnia. Eu fui preso, onde permaneço até hoje. Nada de roubo ou drogas, mas pior, tive que lutar pela minha vida tirando de outro. Peço perdão a Deus e que ele me ajude um dia sair dessa e quem sabe nas graças dele, um dia concluir meu curso.

Cabe, agora, um olhar sobre as relações entre trabalho e estudo na vida dos respondentes.

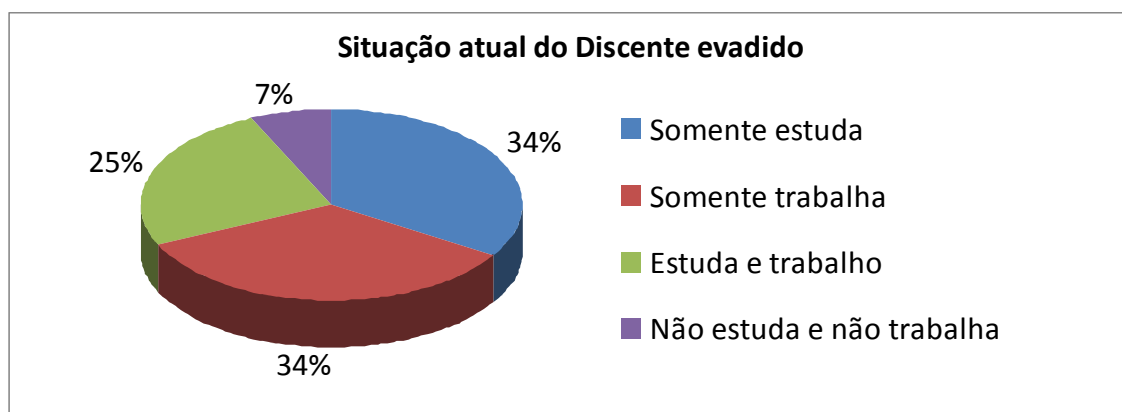


Gráfico 05 – Situação atual do Discente Evadido

Mais uma vez a situação socioeconômica do aluno evadido é evidenciada. A tabela 10 apresenta os seguintes dados: alunos que somente estudam (escola pública) perfazem um total de 10 (34%), os que estudam e trabalham são 07 alunos (25%) e ainda temos 10 (34%) dos alunos evadidos que têm somente o trabalho como atividade. Ainda constam 02 (7%) alunos que não estão estudando e nem trabalhando.

Eixo 2 – Rede de contextualização histórico-institucional

O quadro 05 apresenta as causas explicitadas pelos atores no momento em que os mesmos fizeram a opção pelo curso e as relações com a instituição.

Quadro 05 – A opção pelo curso de Zootecnia

Motivo da escolha	N.º de alunos	%
Gostava da área	17	59%
Por influência dos pais	05	17%
Já conhecia outras pessoas que faziam o curso	03	10%
Sempre desejou fazer um curso profissionalizante	01	4%
Outros	03	10%
Total	29	100%

Segundo a pesquisa realizada, 17 alunos (59%) escolheram cursar Zootecnia porque gostavam da área. Provavelmente, acreditavam que além da realização profissional teriam um ganho pessoal.

Apenas 01 aluno (4%) iniciou o curso com objetivo de fazer um curso profissionalizante. Cinco alunos (17%) afirmaram que a escolha foi influenciada pelos pais, 03 alunos (10%) optaram pelo curso por conhecer outras pessoas que estavam cursando Zootecnia e 03 alunos (10%) por outros motivos.

Os dados relativos ao local de moradia podem ser uma chave interpretativa para a compreensão da desistência do curso.

Quadro 06 – Residência/origem dos Discentes

Local onde morava	N.º de alunos	%
Na cidade com família	09	31%
No alojamento do CEFET	09	31%
Na cidade com amigos	05	17%
Na vila com amigos	04	14%
Em cidade vizinha com a família	02	7%
Total	29	100%

Dos alunos pesquisados, 11 (38%) moravam com a família na cidade de Rio Pomba ou em cidade vizinha. Nove alunos (31%) moravam na cidade ou na vila com amigos e 09 alunos (31%) moravam no alojamento.

Se somarmos o número de alunos que precisam se deslocar de suas cidades e morar em “repúblicas” ou alojamento temos um total de 18 alunos, um percentual de 62%. Isto possibilita acrescentar à análise um dado significativo: a solidão, a falta da família, a dificuldade de adaptação podem ter peso decisivo no abandono do curso.

Eixo 3 – Táticas e práticas de evasão

Os dados expostos no gráfico 06 possibilitam uma primeira imagem das táticas (sistemas de defesas) e práticas que os atores empregaram diante da realidade ou realidades que estavam expostos no momento da evasão.

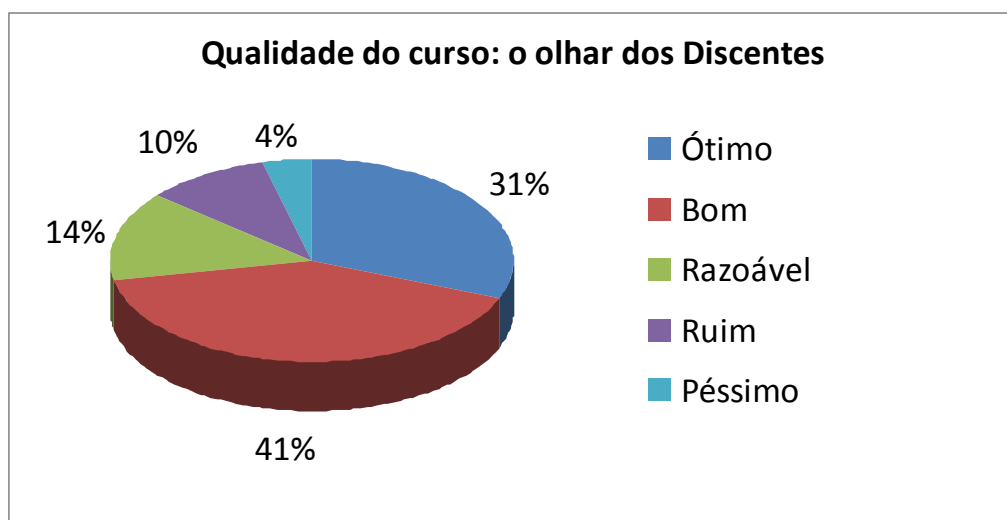


Gráfico 06 – Qualidade do Curso: o olhar dos Discentes

Os alunos evadidos não atribuem a evasão à qualidade, uma vez que 21 alunos (72%) consideraram como ótimo e bom o curso. Apenas 01 aluno (4%) respondeu como péssimo, 03 alunos (10%) como ruim e 04 alunos (14%) como razoável. Apesar do número de evadidos a mensagem ficou bem clara: o curso é bom, o campus de Rio Pomba oferece uma oportunidade gratuita de um curso técnico que lhe propicia empregos num mercado ainda não saturado.

Uma observação sobre a média de permanência dos discentes no curso parece-me oportuna.

Quadro 07 – Períodos de permanência na escola

Quando se deu o abandono	N.º de alunos	%
Menos de 1 ano de curso	06	21%
Depois de 1 ano de curso	07	24%
Depois de 1 ano e meio de curso	05	18%
Depois de 2 anos de curso	03	10%
Depois de 2 anos e meio de curso	03	10%
Depois de 3 ou mais anos de curso	02	7%
Não informou	03	10%
Total	29	100%

Os alunos que abandonaram o curso com menos de 1 ano perfazem um total de 6 (21%). Isto evidencia a não adaptação a uma mudança radical em sua vida como morar longe dos pais, em repúblicas ou em alojamento, uma carga horária de 40 horas semanais entre aulas teóricas e práticas, relação interpessoal entre colegas e professores ou dificuldades de aprendizagem diante do elevado número de disciplinas do curso.

Com mais de 01 ano de curso temos 07 alunos (24%) evadidos, com 01 ano e meio temos 05 alunos (18%) e com 02 anos temos 03 alunos (10%). Os alunos com 02 anos e meio e 03 ou mais de curso somam 05 alunos (17%).

Desistir de um curso técnico, no final da etapa, pode ocorrer em função do curso ser concomitante e de terem ocorrido reprovações ao longo dos anos. Na modalidade concomitante, ao final de 03 anos o aluno poderia estar concluindo o ensino médio e ainda ter disciplinas pendentes devido a reprovações ao longo do curso técnico, uma vez que neste, a matrícula era feita por módulos. Com o certificado de ensino médio o aluno, algumas vezes, optava por abandonar a parte técnica. Fato que transparece quando perguntados sobre a um possível retorno ao curso.

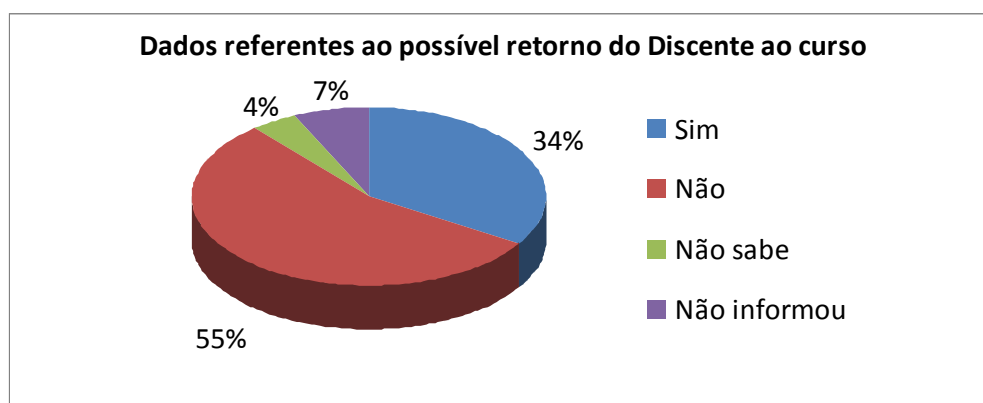


Gráfico 07 – Dados referentes ao possível retorno do discentes ao curso

Podemos constatar que o número de alunos que não pretendem retornar ao curso são 16 (55%) e se sobrepõe aos que não sabem definir e aos que querem retornar que representam 11 alunos (38%). Isto nos dá uma visão de que algumas questões devem ser refletidas pela instituição como adaptação, o nível das aulas, a alimentação, alojamento, a relação interpessoal professor e aluno. Mais do que isto, instigante é refletir o porquê da qualificação positiva para o curso (Gráfico 06) e, por outro lado, o desejo de não retornar.

Podemos dizer que o curso não atendeu as expectativas, o aluno não pretendia morar fora de casa ou ainda iniciou um trabalho que não quer abandonar. A esta reflexão podemos aduzir mais um aspecto: as reprovações acumuladas ao longo do curso. Neste sentido, o quadro 08 é revelador.

Quadro 08 – Índice de reprovação durante o curso de Zootecnia

Reprovação nas disciplinas durante o curso	N.º de alunos	%
Reprovado 1 vez	08	27%
Reprovado 2 vezes	04	14%
Reprovado 2 vezes ou mais	04	14%
Não foi reprovado	13	45%
Total	29	100%

Reprovação é sinônimo de tempo perdido, objetivo não atingido chegando até a desistir do curso como o Quadro 08 nos apresenta, onde 16 alunos (55%) foram reprovados 01, 02 ou mais vezes. Algumas reprovações podem ter acontecido em várias disciplinas e o aluno não conseguiu acompanhar o ritmo da sala de aula. Mesmo sem qualquer reprovação 13 alunos (45%) abandonaram o curso. Isto pode ter significados diversos desde a adaptação até pré-requisitos para um curso técnico como uma carga horária integral (40 horas). Os respondentes fornecem pistas que estão presentes no gráfico 08.

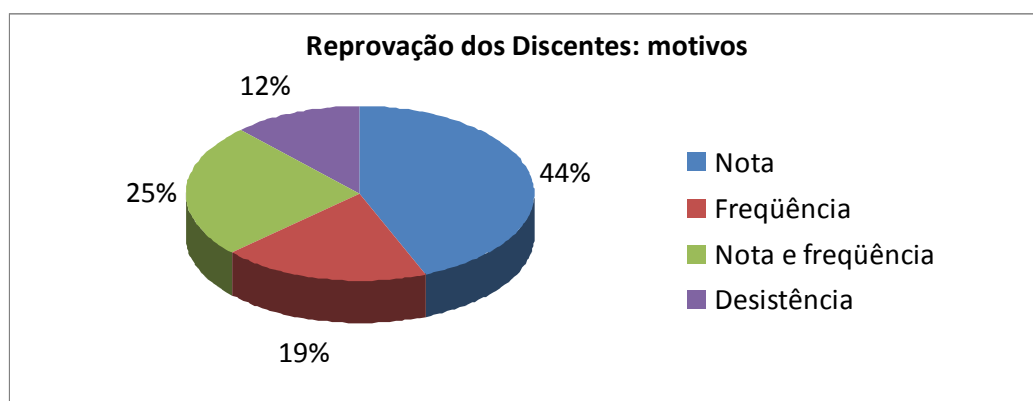


Gráfico 08 – Reprovação dos Discentes: motivos

Os alunos que apresentam a reprovação por nota são 07 (44%), por frequência são 03 (19%) e nota e frequência associados 04 alunos (25%). Temos ainda 02 alunos (12%) que atribuem a reprovação por desistência. Porém, a reprovação não foi o único fator que os informantes registraram como causa da saída do referido curso. Outros fatores destacados:

Quadro 09 – Motivos da evasão: o olhar dos Discentes

Motivos da evasão	N.º de respostas	%
O curso não atendeu às expectativas	11	38%
Indecisão profissional	10	34%
Desconhecimento prévio do curso	8	28%
Falta de incentivo por parte dos professores	8	28%
Impontualidade e muita falta dos professores	7	24%
Dificuldades de aprendizagem	7	24%
Dificuldades financeiras	7	24%
Carga horária elevada	7	24%
Necessidade de trabalhar para ajudar a família	6	21%
Distância da família	6	21%

Obs: Cada informante marcou mais de uma opção.

Segundo os alunos, os fatores que influenciaram o abandono do Curso Técnico em Zootecnia do Campus Rio Pomba foram ocasionados principalmente pelo fato do curso não atender as expectativas criadas por eles. São 11 alunos evadidos (38%) que destacam este fator. Outra situação detectada é a indecisão profissional, visto que um adolescente na faixa de 15 a 16 anos ainda não possui – em geral - maturidade para definir com clareza uma profissão.

O fato do desconhecimento prévio do curso influenciou 08 alunos (28%) ao abandono. A dificuldade de aprendizagem é outro aspecto que teve um número bem considerável, 07 alunos (24%), na questão em foco.

A situação socioeconômica dos alunos evadidos é determinante, pois 07 alunos (24%) atribuem a evasão à dificuldade financeira e 06 alunos (21%) atribuem a evasão à necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar.

Além disso, a distância e o sair de casa deixando pais, amigos, colegas somam 06 alunos (21%) que consideraram impossibilitados de permanecer na instituição e vencer estes obstáculos. Apenas 01 aluno (3%) mencionou a falta de apoio por parte dos pais e 01 (3%) outro aluno levantou a questão de saúde.

O fazer docente também foi registrado, pois no processo de aprendizagem o professor como mediador necessita de uma postura firme, determinada e correta porque o adolescente precisa de se espelhar em alguém que lhe passe segurança, coragem, responsabilidade, disponibilidade e conhecimento. Algumas vezes os alunos se decepcionam.

Na pesquisa realizada 07 alunos (24%) registram a impontualidade e a falta dos professores às aulas, 08 alunos (28%) apontam a falta de incentivo dos mesmos e 03 alunos (10%) consideram a didática e a metodologia dos professores como ineficientes. Tudo isto contribuiu para o abandono do curso.

O que se destacou com um índice muito alto de alunos 07 (24%) foi o problema da carga horária do curso ser muito elevada e ainda 03 alunos (10%) consideraram o currículo inadequado em relação às exigências do mercado de trabalho. Ainda neste item, 04 alunos (14%) consideraram a falta de tempo para estudar e 02 alunos (7%) a falta de apoio mais amplo a alunos carentes como motivo para o abandono.

Alojamento, relacionamento com os colegas, dificuldades em realizar todas as atividades solicitadas pela escola tanto práticas ou estudos no campo teórico tiveram um índice baixo de 3 alunos (10%) cada um.

Apesar dos investimentos em infraestrutura, compra de equipamentos de laboratórios e tecnológicos e formação continuada de professores, ainda temos muitas dificuldades a serem superadas que foram evidenciadas pelos alunos evadidos nesta pesquisa. As salas de aula, os recursos didáticos e audiovisuais foram considerados inadequados por 01 aluno (3%). A falta de estrutura adequada da escola no que se refere à cantina, à reprografia, aos banheiros, aos laboratórios de informática, à internet e à biblioteca foi apontada por 01 aluno (3%) como um dos motivos de sua evasão.

2.5.2 As Posições dos Professores e dos Técnicos Administrativos

Dos 25 professores que responderam aos questionários 17 são professores que trabalham com as disciplinas do ensino médio e 08 são professores que trabalham com as disciplinas do técnico. O quadro 09 – dividido entre professores do Ensino Médio, professores do Ensino Técnico e funcionários Técnico-Administrativos – aponta o tempo de serviço dos docentes na Instituição.

Quadro 10 - Tempo de serviço dos Professores e Técnicos Administrativos na Instituição

A – Professores do Ensino Médio

Tempo de serviço na Instituição	N.º de alunos	%
Menos de 01 ano	04	23%
Entre 01 e 03 anos	11	65%
Mais de 03 anos	02	12%
Total	17	100%

B – Professores do Ensino Técnico

Tempo de serviço na Instituição	N.º de alunos	%
Menos de 01 ano	01	12%
Entre 01 e 03 anos	02	25%
Mais de 03 anos	05	63%
Total	08	100%

C - Técnicos Administrativos

Tempo de serviço na Instituição	N.º de alunos	%
Menos de 01 ano	01	12%
Entre 01 e 03 anos	02	25%
Mais de 03 anos	05	63%
Total	08	100%

No ensino médio 04 professores (23%) trabalham na Instituição a menos de 01 ano, 11 professores (65%) estão na Instituição entre 01 e 03 anos. Apenas 02 professores (12%) estão na Instituição a mais de 03 anos.

Já no setor de Zootecnia, os professores que trabalham com as disciplinas técnicas, apresentam um tempo maior de serviço na Instituição. Apenas 01 professor (12%) está na Instituição a menos de 01 ano, 02 professores (25%) estão entre 01 a 03 anos e a maioria 5 professores (63%) estão na escola a mais de 03 anos.

Em relação aos técnicos administrativos os números se assemelham ao dos professores das disciplinas do técnico: apenas 01 técnico (12%) está na Instituição a menos de 01 ano, 02 técnicos (25%) estão entre 01 a 03 anos e a maioria 5 (63%) técnicos estão na escola a mais de 03 anos.

Mas, quais teriam sido os fatores da evasão na concepção dos professores do Ensino Médio, dos professores do Ensino Técnico e dos Técnicos-Administrativos?

Quadro 11 – Motivos da evasão

A – Apontados pelos Professores do Ensino Médio

Motivos da evasão	N.º de respostas	%
Indecisão profissional	12	71%
Dificuldades de aprendizagem	12	71%
Dificuldades de se adaptar no alojamento e/ou refeitório	12	71%
Desconhecimento prévio do curso	11	65%
Distância da família	11	65%
Carga horária do curso muito elevada	10	59%
Dificuldades em realizar todas as atividades propostas pela escola (atividades práticas, trabalhos, tarefas e estudo).	10	59%
O curso não atendeu às expectativas	08	47%
Dificuldades financeiras	07	41%
Falta de apoio por parte dos pais	06	35%
Problemas de relacionamento com colegas	06	35%

Obs: Cada informante marcou mais de uma opção.

De acordo com os professores do Ensino Médio a indecisão profissional, as dificuldades de aprendizagem e dificuldades de adaptação ao alojamento e/ou refeitório são as principais causas da evasão escolar dos alunos do curso Técnico em Zootecnia. Estes fatores foram apontados por 12 professores (71%) dos que responderam aos questionários.

Segundo os respondentes, os alunos fazem exame de seleção para o curso sem, muitas vezes, conhecerem bem, sem saber o que realmente vão estudar. Quando chegam à escola acabam descobrindo que não era o que imaginavam e desistem do curso. Este desconhecimento do curso por parte dos alunos também foi um aspecto destacado por 11 professores (65%).

Também a distância da família foi apontada como fator causador da evasão por 11 professores (65%). Acreditam que morar fora de casa, longe da família e dos velhos amigos é uma realidade difícil de ser vivenciada pelos adolescentes.

A carga horária elevada com aula em horário integral dificulta os estudos e a realização de tarefas propostas pelas 15 disciplinas do curso. Este fato também foi destacado por 10 professores (59%) como um dos motivos da evasão.

Para 08 professores do ensino médio (47%) o aluno cria uma expectativa em relação ao curso que não é correspondida quando chega à escola, por isto acaba desistindo do curso e abandonando a escola.

A dificuldade financeira também é apontada por 07 professores (41%) como causadora da evasão escolar. Apesar de ser uma escola federal com ensino gratuito, morar longe de casa gera gastos diversos que para muitas famílias fica difícil de sustentar.

Ainda, 06 professores (35%) apontam a falta de apoio por parte dos pais e problemas de relacionamento com colegas como fatores que influenciam a evasão escolar.

B – Apontados pelos Professores do Ensino Técnico

Motivos da evasão	N.º de respostas	%
Indecisão profissional	08	100%
Desconhecimento prévio do curso	05	63%
Dificuldades em realizar todas as atividades propostas pela escola (atividades práticas, trabalhos, tarefas e estudo).	05	63%
Falta de integração entre a teoria e a prática nas disciplinas	05	63%
Falta de integração entre a escola e as empresas dificultando a realização do estágio obrigatório	05	63%
O curso não atendeu às expectativas	04	50%
Falta de estrutura adequadas da escola (cantina, xerox, banheiros, laboratório de informática, internet, biblioteca)	04	50%
Dificuldades de aprendizagem	04	50%
Dificuldades financeiras	03	38%
Falta de tempo para estudar	03	38%
Distância da família	03	38%
Carga horária do curso muito elevada	03	38%

Obs: Cada informante marcou mais de uma opção.

Para os 08 professores do Ensino Técnico (100%) que responderam aos questionários o principal motivo da evasão escolar é a indecisão profissional. Os alunos procuram um curso técnico, escolhem Zootecnia e quando chegam e começam a estudar percebem que não é bem isto que eles queriam e acabam abandonando.

O desconhecimento do curso também contribui para esta desistência, pois muitas vezes os alunos não sabem o que vão estudar e em que poderão trabalhar futuramente, quando começam a conhecer o curso e a profissão descobrem que não era o que queriam. Este fato é apontado por 05 professores (63%) dos entrevistados.

Outros 05 professores (63%) apontam também como motivo da evasão escolar as dificuldades dos alunos na realização de todas as tarefas propostas pela escola, a falta de integração entre a teoria e a prática nas disciplinas e a falta de integração entre a escola e as empresas dificultando a realização do estágio.

Também para os professores do Ensino Técnico as dificuldades financeiras, a falta de tempo para estudar, a distância da família e a carga horária do curso muito elevada levam o aluno a desistir do curso. Estes fatores são apontados por 03 professores (38%) dos entrevistados.

C – Apontados pelos Técnicos Administrativos

Motivos da evasão	N.º de respostas	%
Distância da família	08	100%
Dificuldades de aprendizagem	07	88%
Desconhecimento prévio do curso	07	88%
O curso não atendeu às expectativas	07	88%
Carga horária do curso muito elevada	06	75%
Falta de incentivo por parte dos professores	06	75%
Dificuldades de se adaptar no alojamento e/ou refeitório	05	63%
Dificuldades em realizar todas as atividades propostas pela escola (atividades práticas, trabalhos, tarefas e estudo).	04	50%
Problemas de relacionamento com professores	03	38%

Obs: Cada informante marcou mais de uma opção.

Já para os Técnicos Administrativos o principal motivo da evasão escolar é à distância da família. Alunos muitos novos, com idade entre 15 e 16 anos saem de suas casas, de suas cidades para vir morar em Rio Pomba com familiares, amigos e ou no alojamento da escola. É uma mudança muito grande na vida destes adolescentes e, na opinião dos 08 Técnicos Administrativos (100%), eles sentem falta de casa e acabam desistindo.

Para 07 Técnicos Administrativos (88%) também são fatores causadores da evasão escolar as dificuldades de aprendizagem, desconhecimento prévio do curso e o curso não atender às expectativas dos alunos.

O aluno acostumado a ter aula durante o Ensino Fundamental em apenas um turno chega à escola e depara com uma carga horária elevada, com aulas durante os períodos da manhã e da tarde. O desgaste e o cansaço, devido a esta carga horária elevada, associados à falta de incentivo por parte dos professores, segundo 06 Técnicos Administrativos (75%), levam o aluno a desistir e abandonar o curso.

A dificuldade de adaptação ao alojamento da escola é apontada por 05 (63%) Técnicos Administrativos como fator causador do abandono do curso. Também as dificuldades na realização de atividades propostas pela escola e os problemas de relacionamento com professores são apontados por 04 (50%) e 03 (38%) dos Técnicos Administrativos respectivamente.

No gráfico abaixo os principais motivos da evasão apontados pelos Professores e Técnicos Administrativos.

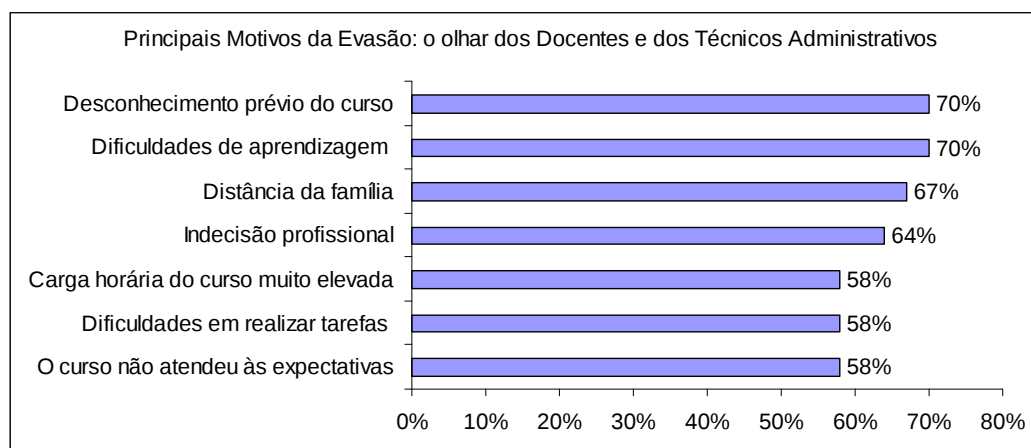


Gráfico 9 – Principais motivos da Evasão: o olhar dos Docentes e dos Técnicos Administrativo

O desconhecimento prévio do curso associado à indecisão profissional dos adolescentes faz com que os alunos venham para o curso de Zootecnia sem saber exatamente de que se trata e como é o trabalho do profissional do Técnico em Zootecnia. Têm uma ideia, muitas vezes equivocada do curso e quando começam as disciplinas, os conteúdos e as aulas práticas o aluno toma consciência como as atividades se desenvolverão ao longo dos anos. Muitas vezes se envolvem com os conteúdos e acabam gostando, outras vezes descobrem que não era o que procuravam e que o curso não atende suas expectativas.

Alguns alunos chegam à Instituição com dificuldades de aprendizagem, outros começam a apresentar dificuldades devido ao grande número de disciplinas e conteúdos a serem estudados. A carga horária elevada distribuída entre 15 disciplinas no 1º ano do curso, com aulas durante todas as manhãs e tardes, dificulta a realização de tarefas e trabalhos solicitados pelos professores. Algumas vezes, acumulam duas ou três avaliações no mesmo dia.

Muitos alunos têm dificuldades até de entender o que o professor explica. O fato de o professor explicar um conteúdo que ele não entende e não assimila pode deixá-lo inibido, constrangido e com vergonha dos colegas e professores. Este aluno acaba se fechando, não faz perguntas e a dificuldade vai aumentando a cada dia e o leva ao abandono, muitas vezes até para evitar a reprovação.

Diante de tantas situações novas e diferentes, tantas mudanças os adolescentes de 15 a 16 anos podem se sentir inseguros e desprotegidos pela ausência da família. Normalmente, nesta idade são muito apegados aos pais e sentem muita dificuldade de se adaptar à nova vida e acabam desistindo e abandonando o curso.

3 CAPÍTULO III

ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA NA ESCOLA: O COMBATE À EVASÃO EM PRÁTICA

Os capítulos anteriores apresentaram números, analisaram os dados e buscaram entender as complexas questões que permeiam o universo da evasão escolar. Cabe aqui apresentar estratégias para minimizar este problema tão sério em nossas escolas.

As respostas dos questionários referentes às possíveis causas da evasão escolar nos apontam para fatores internos e externos à escola. Esta realidade é percebida na fala de alguns professores e técnicos administrativos

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO:

Os fatores que levam os alunos a não prosseguirem no curso optado podem ser vários. Entretanto, como professor, tento motivá-los aos estudos, através de diálogo, orientação e incentivo para continuarem os estudos. Acredito que o problema de evasão escolar ocorre por fatores internos à escola, como relação professor-aluno, rendimento escolar, adaptação à estrutura escolar, e fatores externos, como falta de condições econômicas, psicológicas, falta de incentivo familiar e estrutura, entre outros.

PROFESSOR DO ENSINO TÉCNICO:

Acredito que grande parte dos alunos desistentes o faz por falta de conhecimento prévio do curso, falta de maturidade na época da escolha, estímulos para fazer vestibular, então, procuram outra instituição com menor carga horária. Em grande parte falta estímulo por parte da instituição (professores, técnicos etc) para integrar os alunos no curso.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

É uma situação grave e que precisa ser resolvida; é preciso fazer alguma coisa urgente para ajudar e apoiar os alunos que chegam aqui. É preciso detectar onde está o erro, se é com o aluno ou com a instituição como um todo. Todos nós dentro da instituição somos responsáveis pela formação dos nossos alunos, dando condições para que os alunos saiam daqui preparados para o mercado de trabalho.

Por entender que a evasão escolar é causada por múltiplos fatores é impossível seu combate através de ações isoladas e fragmentadas dentro da escola. Faz-se necessário muito mais, torna-se urgente repensar a organização curricular da escola, o processo ensino-aprendizagem, a metodologia utilizada pelos professores, a relação estabelecida entre professores e alunos e a avaliação. Faz-se imperioso também repensar as forma de apoio e assistência ao aluno e à sua família.

Neste contexto, iniciaremos a discussão destacando a importância do planejamento dentro da instituição escolar. A escola precisa se organizar, planejar as suas atividades, elaborar o seu projeto pedagógico tendo claro qual o aluno que se quer formar e os objetivos que pretende atingir e planejar ações no sentido de melhorar a qualidade e a oferta da educação, contribuindo assim para a permanência do aluno na escola, evitando a evasão e a repetência.

Um aspecto a ser observado é o papel do currículo desenvolvido pelas escolas. O processo de aprendizagem está diretamente relacionado aos conteúdos curriculares, por isto o currículo está no centro do processo educativo. Para Sacristán (2000, p. 30)

O fracasso escolar, a desmotivação dos alunos, o tipo de relação entre estes e os professores, a disciplina em aula, a igualdade de oportunidades, etc. são preocupações de conteúdo psicopedagógico e social que têm concomitâncias com o currículo que se oferece aos alunos e com o modo como é oferecido. Quando os interesses dos alunos não encontram algum reflexo na cultura escolar, se mostram refratários a esta sob múltiplas reações possíveis: recusa, confronto, desmotivação, fuga, etc.

Os conteúdos curriculares, muitas vezes, não possuem significado para o discente. As tarefas são repetitivas e desprovidas de criatividade. O aluno não entende por que estudar determinados conteúdos, qual o seu sentido, qual a sua lógica, qual a sua aplicação.

O currículo determina o que acontece em sala de aula e por isto deve ser elaborado pela comunidade escolar, considerando a sua realidade e as suas necessidades. Além do currículo prescrito²⁵, existe um conjunto de conhecimentos culturais que precisam ser compartilhados pelos discentes. Para isto torna-se urgente que se estabeleça uma relação de diálogo entre o professor e o currículo para que ao longo do ano esses conhecimentos sejam trabalhados com os alunos.

A divulgação sobre os cursos que a Instituição oferece é muito importante. É preciso chamar a atenção, atrair olhares, estimular o desejo pela profissão, despertar o interesse dos candidatos para o exame de seleção. Contudo esta divulgação precisa ser clara: informar realmente sobre o curso, o que será estudado, o campo de atuação e o mercado de trabalho. Em resposta ao questionário os professores das disciplinas da parte específica também manifestaram esta preocupação

PROFESSOR DO ENSINO TÉCNICO:

Sugiro que façam melhores esclarecimentos sobre objetivo e perfil do técnico em zootecnia, no ato da divulgação dos cursos. Que seja feita entrevista com os candidatos e respectivos pais ou responsáveis no sentido de buscar alunos que identificam com a área.

A adolescência é um período de transição entre a infância e a idade adulta. Nesta fase, são comuns as contradições entre os velhos e os novos conceitos que vão se formando. A questão da dependência e da independência oscila o tempo todo. De um lado, não querem perder o mundo confortável da infância, da proteção, e de outro a necessidade de ganhar espaço, decidir sua vida, escolher seus próprios caminhos e tomar suas próprias decisões.

Neste sentido, o primeiro aspecto a ser abordado diz respeito à chegada dos alunos na instituição e à adaptação a esta nova realidade.

Os alunos ingressam na instituição com idade entre 15 e 17 anos. Apesar da alegria, da novidade e da ansiedade em conhecer a nova escola, chegam, também, ansiosos, inseguros, “perdidos”, numa escola que apresenta características diferentes das escolas estaduais, municipais e particulares das quais são oriundos. O espaço é muito mais amplo, as salas de aula, o número de disciplinas e de professores que passam pelas turmas também é bem diferente do que eles estão acostumados.

²⁵ Em todo sistema educativo [...] existe algum tipo de prescrição ou orientação do que deve ser seu conteúdo, principalmente em relação à escolaridade obrigatória. São aspectos que atuam como referência na ordenação do sistema curricular, servem de ponto de partida para a elaboração de materiais, controle do sistema etc. (SACRISTÁN, 2000, p. 104).

A mudança também é grande em relação à moradia. Os alunos vêm de cidades vizinhas, deixam suas famílias para morar em Rio Pomba. Alguns conseguem vaga no alojamento, no caso dos meninos, outros moram na vila próxima à escola ou na cidade com amigos, ainda outros levantam muito cedo e vêm de cidades vizinhas e passam o dia todo na escola. A minoria é de Rio Pomba e continua morando com a família. Para os professores e técnicos administrativos que responderam aos questionários esta distância da família é um fator que muito contribui para o abandono escolar

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO:

A minha posição é que o ensino básico continua muito fraco dificultando a permanência dos alunos no ensino médio. Além disso, os problemas familiares também dificultam a aprendizagem.

PROFESSOR DO ENSINO TÉCNICO:

O Desligamento da família desestrutura o aluno e o motiva para desistir.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

Todos esses alunos saem de casa muito novos, entre 14 e 15 anos e não se adaptam a ficar longe da família, acabam desistindo do curso ainda no 1º ano. Portanto, em minha opinião, acho que logo ao entrar, os alunos deveriam ter um acompanhamento, em trabalho conjunto com psicólogos, assistência social e pedagogas, para que eles tenham condições psicológicas para concluir seus estudos.

É preciso que a escola acolha estes alunos dando-lhes atenção especial principalmente na primeira semana de aula onde tudo é novo e desconhecido. Faz-se necessário um movimento de integração destes alunos junto à escola, aos professores, aos funcionários, bem como favorecer a socialização com os demais alunos. Reuniões para orientações gerais; aulas diferenciadas; palestras sobre os cursos; depoimentos de ex-alunos sobre sua trajetória escolar, as dificuldades encontradas e a superação; dinâmicas para entrosamento entre os alunos novatos e entre os novatos e veteranos; atividades de lazer e jogos são atividades que se desenvolvidas vão ajudar muito o aluno a se adaptar.

Além disto, cabe uma orientação mais detalhada sobre o curso no qual ingressaram e sobre a profissão que escolheram. Torna-se urgente possibilitar discussões, questionamentos e fornecer informações sobre o curso, as disciplinas que serão estudadas, o campo de atuação após terminar o curso, o mercado de trabalho e as possibilidades de prosseguimento de estudos na área.

Os alunos – por vezes - começam o curso e só depois percebem que não era o que queriam, que tinham o desejo de exercer outra profissão. Isto fica evidenciado na fala de um aluno quando responde sobre o motivo da evasão “No último ano tive a certeza que zootecnia não era a área profissional a qual eu tinha vocação e hoje estou muito realizado no meu curso de cozinheiro.” Outro aluno também se manifesta dizendo não ser a profissão que ele queria “Não era o que eu queria para minha vida profissional.”

Os professores e os técnicos administrativos também percebem que a imaturidade dos alunos na escolha do curso e, conseqüentemente, da profissão afeta seu desempenho escolar. Passam a não se interessarem pelas aulas, a não participarem das atividades, a não estudarem os conteúdos, distanciando-se do curso e acabando por desistir.

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO:

De forma geral o instituto fornece boas condições de acolhimento e ensino, além de estar se desenvolvendo nos últimos anos. Desta forma, a

possibilidade mais clara para mim é a de que questões pessoais e a falta de preparo/maturidade dos alunos estejam influenciando no processo de evasão.

PROFESSOR DO ENSINO TÉCNICO:

Da minha parte, procuro estimular, levantar a estima dos alunos, participando de grupo de estudos, visitas técnicas, realizando/coordenando cursos, seminários, palestras técnicas, numa tentativa de fazer com que os alunos se encontrem no curso escolhido. Por outro lado também sei que muitos vêm em busca do 2º grau, de antecipar a saída de casa e a escolha de uma profissão que para muitos será a definitiva, e feita em uma idade ainda muito tenra (falta maturidade).

TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

Acredito que tal fato tenha causa no desconhecimento do aluno, em relação ao curso escolhido. Esta incompatibilidade ou falta de aptidão só é percebida pelo aluno no decorrer do curso.

A escolha de um professor conselheiro para a turma é uma importante ferramenta para auxiliar no desenvolvimento dos alunos, pois estes criam com o professor um vínculo afetivo que ajuda tanto nas questões do aproveitamento, da disciplina e da frequência quanto na criação de um ambiente social favorável ao processo pedagógico.

Um professor conselheiro que acompanhe mais de perto a turma, que contribua com reflexões sobre a postura dos alunos, que se interesse pelos problemas enfrentados pelos mesmos é um recurso muito importante e pode auxiliar na permanência do aluno na escola. Ele deve estabelecer, junto à turma sob sua responsabilidade, um diálogo aberto com momentos de reflexão sobre as responsabilidades dos alunos no que se refere aos estudos, à entrega de atividades e aos trabalhos, incentivando-os a crescer e melhorar cada vez mais o seu desempenho.

Para os alunos do alojamento a adaptação é ainda mais difícil, pois ficam em quartos com outros alunos que nunca viram antes. Dividem tudo: quarto, banheiros, salas de televisão, sala de jogos, computadores. Têm horários para apagar as luzes, dormir, levantar e até mesmo para entrar e sair. São regras que precisam existir para o bom funcionamento, porém faz-se necessário um trabalho de integração para que o aluno se acostume à nova rotina, aos hábitos e às normas.

Torna-se urgente investir na estrutura física do alojamento dando-lhe uma aparência familiar, adquirir armários e mesas e que os alunos possam levar para os quartos os seus pertences. Faz-se necessário investir no bem-estar do aluno dentro do alojamento. Ele precisa se sentir como se estivesse em casa.

Na pesquisa realizada, muitos alunos disseram que um dos motivos da evasão foi dificuldades financeiras e a necessidade de trabalhar para ajudar a família. Isto também foi percebido pelos professores e pelos técnicos administrativos que responderam aos questionários. A fala dos alunos e a percepção por parte dos servidores da escola mostra a necessidade de um levantamento socioeconômico detalhado dos alunos que ingressam na instituição e - a partir deste perfil - estabelecer estratégias para um apoio mais amplo aos discentes.

Além de alojamento e alimentação serem oferecidas bolsas de estudos, xerox, auxílio transporte, vestuário e outros. Um aluno ao responder o questionário aponta claramente em sua fala a dificuldade financeira como motivo da evasão escolar “Não consegui o alojamento quando mais necessitei por ser maior de idade”. Também o professor do ensino técnico mostra sua preocupação referente ao assunto quando diz

PROFESSOR DO ENSINO TÉCNICO

[...] a evasão ocorrida nos cursos técnicos é causada pelo próprio desinteresse do aluno, desinformação e dificuldades financeiras. Mesmo sendo uma instituição federal de ensino os filhos precisam trabalhar para ajudar a família, financeiramente.

Outro ponto que precisa ser abordado se refere à família. A LDBEN nº 9.394/96, art. 12, inciso VI, diz que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”.

A parceria família-escola baseada na cooperação, no respeito e na confiança é essencial para o sucesso da educação dos alunos uma vez que os objetivos destas duas instituições são comuns: a formação integral do aluno.

Sabemos que a participação da família na vida escolar do filho favorece a construção de uma trajetória acadêmica com mais chances de sucesso. Uma série de dissertações, desenvolvidas no âmbito do PPGEA, abordaram a relação família-escola em instituições da rede técnica federal, comprovando que a escola e a família podem desempenhar um papel importante na produção da qualidade do ensino e do sucesso escolar (ALMEIDA, 2008; FREITAS, 2007; PAULA, 2007; PORPHIRIO, 2008; REIS, 2008).

Esses e outros estudos, seguindo uma tendência cada vez maior de agregar esforços investigativos, que ampliem a compreensão sobre os processos educacionais, confirmaram que as práticas sociais - familiares e escolares - podem favorecer ou dificultar o enfrentamento das exigências da vida social a-profissional, com destaque para um objeto pouco estudado: os processos de socialização familiar e escolar no ensino profissional agrícola (PAULA, 2007; PAULA, 2010).

Apesar de terem o mesmo objetivo faz-se necessário que esteja claro a função de cada uma na formação do aluno. Muitas vezes, a família delega à escola toda a responsabilidade na educação dos filhos esquecendo que seu objetivo maior é com a aprendizagem. Isto não quer dizer que a escola não deva se preocupar com o desenvolvimento afetivo dos alunos, mas que tem critérios específicos para avaliar o seu desenvolvimento. Segundo Faria Filho (2000, p. 45), “embora seja fundamental a participação das famílias na educação dos filhos, estas demonstram um profundo desinteresse e despreparo para lidar com o assunto.”

Faz-se premente um trabalho de orientação da família na difícil arte de educar os filhos no sentido da aprendizagem, da preservação da saúde e do desenvolvimento humano, através de reflexões e de debates a respeito do papel educativo dos pais e da conscientização sobre suas responsabilidades na formação e no acompanhamento escolar dos filhos participando efetivamente das reuniões promovidas pela escola.

Paula e Zilio (2010) destacam alguns cuidados para favorecer a relação família-escola:

Essa participação deverá conter elementos fundamentais como a existência de objetivos claros que orientem e possam dar sentido à presença da família na escola. Uma constância nessa presença, seria a construção de espaços de escuta e voz para esse segmento, acesso às informações que dizem respeito aos seus filhos, que tratam da materialidade da escola, do projeto político pedagógico. Cabe à família responder pelo que é de sua responsabilidade na educação de seus filhos, portanto a participação dos pais no ambiente escolar facilita essa interação. (PAULA & ZILIO, 2010, p.20)

Um trabalho efetivo junto às famílias começa com o conhecimento do próprio aluno: seu ambiente familiar, a cidade onde mora, suas condições de vida, as questões financeiras, as dificuldades enfrentadas, a alimentação, as condições de higiene. É preciso, mesmo com

enormes dificuldades, trazer as famílias para dentro da escola, para que elas se acostumem a visitar a escola onde seus filhos são educados, para que elas comecem a observar, de perto, o desenvolvimento e a aprendizagem de seus filhos.

Um fator dificultador deste contato com a família é a distância entre a residência e a escola, mesmo assim alguns pais da cidade de Rio Pomba e de cidades mais próximas têm condições de comparecer às reuniões. Com os pais que moram mais distantes o contato frequente através de telefone pode ajudar a manter a família informada sobre o desenvolvimento e aprendizagem do filho e estabelecer uma relação de cumplicidade e de divisão de responsabilidades.

A família precisa caminhar junto com a escola. Tanto pais quanto escola precisam estar atentos ao comportamento dos filhos e alunos. Eles sinalizam suas angústias e necessidades através de atitudes, gestos, rebeldia, afastamento, notas baixas, choro, silêncio... Uma conversa franca entre professores e pais será valiosa e poderá ajudar a entender os filhos e discentes.

Numa ação conjunta com a família a escola deverá propiciar aos alunos palestras, teatros e filmes referentes aos temas relevantes nesta fase da adolescência, buscando favorecer o clima educativo e motivando os alunos a vivenciar e refletir sobre a sua capacidade de escolha, assumir responsabilidades, relacionar-se e auto conhecer-se. Com certeza, isto terá seus reflexos de melhoria no desenvolvimento e aprendizagem dos discentes.

As reuniões de pais devem ter o objetivo de compartilhar informações tendo em vista benefícios para o aluno. Precisam ser bem preparadas e os assuntos discutidos devem ser de interesse coletivo. Na pauta de reunião devem constar as intenções educativas da escola, o trabalho desenvolvido com a turma, a metodologia utilizada pelos professores e o sistema de avaliação. Também deve ser informada aos pais a evolução da aprendizagem dos alunos e as medidas adotadas para melhorar o desenvolvimento e sanar dificuldades.

Essas constatações também foram verificadas em pesquisa, realizada em outra escola técnica, que investigou fatores que aproximavam ou afastavam as famílias da escola e as estratégias que poderiam facilitar a integração família-escola, propondo a ampliação do papel das reuniões de pais (ZILIO, 2009).

A escola tem a função de mostrar aos pais que uma relação de parceria e de cumplicidade é possível, mas para isto precisam participar e dividir responsabilidades, pois a formação em casa complementa a formação da escola e vice-versa. A participação dos pais nas atividades escolares se faz através do interesse pelas atividades realizadas pelos filhos, o estímulo na realização de trabalhos, o estabelecimento de hora de estudo e a própria participação nas reuniões da escola.

Um segundo aspecto a ser observado se refere à questão da aprendizagem. Como os alunos chegam de diferentes escolas e de diferentes lugares é necessário uma sondagem, um diagnóstico da situação em termos de capacidades e habilidades realmente desenvolvidas no ensino fundamental, fazer uma revisão de matérias e um nivelamento de conteúdos, para então dar início aos conteúdos específicos do Ensino Médio.

Este nivelamento permite aos alunos rever os conteúdos que estudaram durante sua passagem pelo Ensino Fundamental além de proporcionar melhor compreensão e rendimento nos conteúdos que serão abordados no Ensino Médio. Pode evitar que o aluno se sinta inferior, despreparado e, conseqüentemente, desmotivado diante das dificuldades de aprendizagem.

Outra preocupação que se deve ter é em relação à aprendizagem dos alunos durante o ano letivo. Necessita-se de uma equipe pedagógica para o curso que acompanhe o desenvolvimento de cada aluno, a participação dos mesmos nas aulas, as dificuldades enfrentadas nos conteúdos, as suas limitações, os seus progressos e os seus avanços. Pelas respostas apresentadas nos questionários é possível perceber também esta preocupação na fala

dos professores “Na minha opinião, a principal providência a ser tomada é o acompanhamento mais próximo e participante junto aos discentes”. (PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO)

Através dos conselhos de classe este acompanhamento do aluno pode ser realizado, porém os mesmos devem ser bem estruturados, devem ter como finalidade principal a análise de dados referentes ao desenvolvimento do aluno no que concerne à aprendizagem, à relação com o professor, com os colegas e com a turma em geral. Durante o conselho de classe, devem ser discutidas questões relativas à evolução dos alunos, ao crescimento intelectual, à adequação dos conteúdos curriculares, à metodologia utilizada, aos critérios de seleção dos conteúdos curriculares, às formas e instrumentos de avaliação utilizados e às medidas pedagógicas a serem adotadas para atender às necessidades dos alunos e superar as dificuldades encontradas. Segundo Dalben (2004, p. 16)

[...] o Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo a avaliação da aprendizagem e do ensino, eixos centrais do processo de trabalho escolar. Essa especificidade do Conselho de Classe torna-o objeto de destaque, porque a avaliação tem sido historicamente um processo caracterizado por inúmeras contradições, determinando a seleção social e por vezes a exclusão de muitos do sistema escolar e favorecendo a política educacional seletiva e discriminatória.

Após observações de conselhos de classe como parte de uma pesquisa realizada em duas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, Mattos (2005, p. 217) afirma que

à função precípua de avaliação do processo de aprendizagem, os Conselhos de Classe são vistos, em algumas escolas, como podendo proporcionar uma discussão livre entre colegas, com a finalidade de buscar soluções para os problemas diagnosticados. No entanto, não é isso que se observou aqui. Em primeiro lugar, os Conselhos de Classe avaliam apenas alunos e alunas, não a interação pedagógica: a professora encontra neles poucos mecanismos que incite o questionamento de sua prática. Em segundo lugar, não há propriamente discussão dos casos de alunos e alunas: as professoras parecem esperar de seus colegas apenas um referendo que valide a imagem de alunos e alunas que elas construíram no decorrer do ano letivo [...] os Conselhos de Classe das escolas observadas constituíam-se em verdadeiros “diálogos de surdos”, nos quais o relato dos casos era extremamente entrecortado.

Os conselhos de classe devem funcionar como um espaço de discussão entre os professores na busca de solução para melhorar a aprendizagem dos alunos. É um momento de socializar as observações sobre o desempenho dos alunos, a participação em atividades de grupo, o entrosamento com os colegas, a realização de atividades, a entrega de trabalhos, as dificuldades encontradas por cada aluno e a infrequência. É também o momento para questionarem sobre a atuação do professor, sua prática pedagógica, seu relacionamento com cada aluno e com a turma em geral e, a partir daí, definirem estratégias para solucionar os problemas detectados.

Não podemos esquecer que os resultados obtidos pelos alunos são frutos do conjunto de atividades curriculares e das práticas pedagógicas estabelecidas em sala de aula durante o processo de aprendizagem. Quando refletimos sobre o rendimento do aluno estamos refletindo indiretamente sobre a prática docente. Veiga (1989, p. 17) assinala que

a prática pedagógica não deve esquecer a realidade concreta da escola e os determinantes sociais que a circundam. A teoria e a prática não existem

isoladas, uma não existe sem a outra, mas encontram-se em indissolúvel unidade. Uma depende da outra e exercem uma influência mútua, não uma depois da outra, mas uma e outra ao mesmo tempo. Quando a prioridade é colocada na teoria cai-se na posição idealista. O inverso também gera distorções, pois uma prática sem teoria não sabe o que pratica, propiciando o ativismo, o praticismo ou utilitarismo.

O conselho participativo é uma importante prática a ser observada nas escolas e muito pode contribuir para a melhoria do desenvolvimento dos alunos. Este conselho conta com a presença, num primeiro momento, dos alunos para uma conversa direta com o professor de cada disciplina. Neste momento é possível um diálogo aberto entre professor e aluno numa sondagem sobre situações ocorridas, justificativas e orientações sobre como estudar, realizar seus trabalhos e procurar ajuda. A participação do aluno é muito importante, pois pode ajudar o professor a procurar caminhos para a melhoria do processo. Nas respostas apresentadas nos questionários os professores do Ensino Médio e do Técnico mostram que estão preocupados com a aprendizagem dos alunos e falam da necessidade de um maior acompanhamento dos mesmos

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO:

[...] muitos não acompanham o grande número de disciplinas, não tem hábito de estudo diário. Sinto a necessidade da elaboração por parte da escola e dos professores de um projeto de reforço, pois muitos alunos trazem muitas dificuldades e falta pré-requisitos, por isto, muitos desistem antes mesmo de serem reprovados, falta hábito de estudo diário.

PROFESSOR DO ENSINO TÉCNICO:

a evasão ocorre por vários motivos; motivações, perspectiva de futuro por falta de conhecimento do curso, alunos de pouca idade, necessitando de um melhor acompanhamento e assistência

As monitorias também são ferramentas que podem ajudar os alunos em cada disciplina em que encontrem dificuldade. Estas monitorias são atividades destinadas ao aprofundamento dos conteúdos através de orientações, explicações, estudo dirigido, pesquisas e resolução de exercícios dados pelos alunos dos cursos superiores, selecionados pelos professores de cada disciplina, para auxiliar e orientar os alunos dos cursos técnicos que apresentam dificuldades em determinado conteúdo. Deverá ter como objetivo principal auxiliar os discentes a superar problemas de aproveitamento evitando a repetência e a evasão escolar.

A realização de tarefas, trabalhos, horas de estudo e monitorias esbarra na questão da carga horária do curso ser muito elevada. De acordo com as matrizes curriculares²⁶ do Curso Técnico em Zootecnia nos anos de 2005 a 2009 os alunos tinham oito horas de aula teórica e prática por dia, durante os cinco dias da semana, nos horários de 7 h às 11 h e de 13 h às 17. É uma carga horária que não deixa muitos horários para os alunos estudarem e realizarem suas tarefas extra-turno. Tanto professores quanto técnicos administrativos falam dessa carga horária elevada e da necessidade de organização um centro de apoio ao educando

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO:

Alguns alunos desistem porque a carga horária é puxada.

²⁶ Ver anexo 4 as matrizes curriculares que vigoraram entre os anos de 2005 a 2009 no curso Técnico em Zootecnia do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

Com a carga horária elevada, o aluno não consegue ter tempo nem para parar e refletir sobre o caminho que escolheu e não há, neste momento, uma estrutura montada no Campus para oferecer esta oportunidade ao aluno, ou seja, pessoal profissional (psicólogo, assistente social, pedagogo) e infraestrutura adequada onde o aluno possa ir para discutir seus problemas e dúvidas que o inquietam e que ele possa ser resgatado.

É importante repensar esta carga horária. Necessita-se de um estudo minucioso junto a todos os profissionais que atuam diretamente no curso Técnico em Zootecnia para analisar as disciplinas ministradas de acordo com a necessidade do mercado de trabalho, o número de horas/aulas, as aulas práticas, as horas destinadas ao estágio e os horários livres para que o aluno possa realizar tarefas, procurar monitorias que o auxiliem em algumas atividades, participar de atividades extra-curriculares que a escola oferece. Enfim, poder estudar, dedicar-se aos estudos e ao mesmo tempo não se esquecer que é um adolescente, que precisa de lazer, diversão, contato com amigos e com a família.

Outro aspecto a ser abordado diz respeito à metodologia de trabalho dos docentes. O Documento Final do Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica “A (Re)significação do Ensino Agrícola” aponta no Eixo Temático I: Democratização da Educação a necessidade de

Desenvolver o ensino de qualidade com compromissos profissionais dos docentes, repensando continuamente as práticas pedagógicas nas quais se incluem um aumento proporcional das atividades práticas dentro da carga horária das disciplinas (MEC/SETEC, 2009, p. 22).

Os encontros pedagógicos devem ser valorizados pela escola como um momento de reflexão sobre as metodologias e o material didático utilizado pelos professores. Devem oportunizar a troca de experiências entre os professores sobre as práticas cotidianas em sala de aula e o estudo de temas relacionados à melhoria desta prática.

Muitas vezes, os professores gostariam de encontrar em sala de aula alunos totalmente interessados por sua disciplina, que prestassem atenção às aulas, às explicações, alunos que perguntassem, questionassem, que fizessem todas as tarefas e que se saíssem bem nas avaliações. Porém, a realidade não é bem assim, existem em sala de aula alunos com as mais variadas características, com interesse, motivações e comportamentos diversos e que apresentam ritmos diferentes de aprendizagem. Torna-se urgente abolir a ideia de que todos os educandos aprendem da mesma forma e no mesmo tempo e, assim, partir para uma série de reflexões: Como os conteúdos estão sendo trabalhados? Como as aulas estão sendo conduzidas? Os professores estão planejando as aulas? Que tipo de material ou recurso didático está sendo usado para tornar as aulas mais atrativas? Os professores estão usando os recursos tecnológicos adequadamente?

Os alunos têm fora da escola diversos estímulos do mundo moderno. Utilizam as novas tecnologias para se comunicarem. Tanto os computadores quanto os celulares são ferramentas que permitem o acesso ao mundo virtual. Com a internet os jovens se comunicam com o mundo, fazem amizades, trocam mensagens, exibem fotografias, fazem pesquisas, buscam informações e conhecimentos. Utilizam a tecnologia tanto para se informar quanto para socializar. Chegam à escola com uma bagagem enorme de conhecimentos e vivências que a escola não pode ignorar, por isto “as aulas precisam sair do tradicional, mudar, serem diferentes do que os alunos esperam. Torna-se urgente inovar e surpreender. Sem abrir mão

do conteúdo, as aulas precisam ter dinamismo” (GOUVÊA, 2010).²⁷

Os professores contam com diversos recursos didáticos para o desenvolvimento de suas aulas e, por certo, acreditam que com o uso de novas tecnologias estão tornando-as mais interessantes aos alunos. Esquecem que o simples fato de usar a tecnologia não garante que a aula se torne atrativa. O uso de novas tecnologias só adquire “sentido” quando também existe “sentido” na postura do professor.

Faz-se necessário incluir essas tecnologias no processo pedagógico, porém os professores precisam discutir o seu uso em sala de aula, como elas podem auxiliar no desenvolvimento do aluno, tornando a aprendizagem mais prazerosa.

Quanto ao atendimento dos alunos em sala de aula, Garcia (1999, p. 111) diz que Laura, professora observada em sua pesquisa

Alterna o atendimento coletivo com o individual, com predominância absoluta deste último. Este aspecto [...] não corresponde aos quadros gerais usados para descrever as aulas tradicionais, nas quais o que se ouve é fundamentalmente a voz do professor em aulas expositivas, posicionando-se este, física e psicologicamente, à frente de seus alunos. As aulas de Laura são, na sua maior parte, dedicadas à atividade de percorrer as carteiras dos alunos apontando falhas no trabalho que está sendo desenvolvido, sugerindo alterações, esclarecendo dúvidas e chamando a atenção sobre erros e aspectos negativos, seja do ponto de vista do conteúdo ou da forma.

Durante a realização de atividades e tarefas em sala de aula, é que o aluno apresenta dificuldades e necessita de maiores explicações do professor. É um momento que oportuniza ao professor fazer um atendimento individual ao aluno, ter uma maior aproximação e ajudá-lo de forma objetiva.

Outro ponto a ser abordado se refere aos conteúdos curriculares que são trabalhados na escola de maneira fragmentada, sem nenhuma relação um com o outro. Apesar da tentativa de muitos professores na busca de integração, de interdisciplinaridade, de diálogo entre os conteúdos, eles continuam sendo trabalhados de forma isolada. De acordo com Luck, (2007, p.20)

Evidencia-se, na pesquisa, que o conhecimento vem sendo produzido de modo fragmentado, dissociando-se cada fragmento de conhecimento do contexto de onde emerge, cria-se, desse modo, um conhecimento limitado, ao mesmo tempo que se produz um mosaico de informações, de conhecimentos paralelos, desagregados uns dos outros [...]. No ensino, a falta de contato do conhecimento com a realidade parece ser uma característica mais acentuada ainda. Os professores, no esforço de levar seus alunos a aprender, o fazem de maneira a dar importância ao conteúdo em si e não à sua interligação com a situação da qual emerge, gerando a já clássica dissociação entre teoria e prática.

O Documento Final do Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica “A (Re)significação do Ensino Agrícola” (2009, p. 67) afirma que

O Seminário da Região Sudeste foi promovido pelo CEFET – RIO POMBA/MG, entre os dias 17 e 18 de junho de 2008. Um dos primeiros

²⁷ Anotações da aula “Novas Tecnologias e Educação” do curso de Mestrado em Educação Agrícola do PPGEA/UFRRJ – Seropédica – RJ. Em 09 de agosto de 2010.

destaques apontados na plenária final foi o desafio de valorizar a interdisciplinaridade como estratégia de construção do conhecimento.

Também as experiências de vida dos alunos não podem ser deixadas para trás, faz-se urgente contextualizar o conhecimento, mostrar o seu significado e a sua aplicação. O aluno precisa ver sentido no que aprende. Zabala (1998, p. 95) afirma

Para que os alunos vejam sentido no trabalho que irão realizar é necessário que conheçam previamente as atividades que devem desenvolver, não apenas como são, como também o motivo pelo que foram selecionadas essas e não outras; que sintam que o trabalho que lhes é proposto está ao alcance deles e que seja interessante fazê-lo. Levando em conta estas condições, será necessário ajudar os meninos e meninas para que saibam o que têm que se fazer, a que objetivos responde, que finalidade se persegue, com que se pode relacionar e em que projeto global pode inserir.

A prática da avaliação da aprendizagem nas escolas merece uma reflexão cuidadosa por parte de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem. Segundo Luckesi (2008, p. 18)

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente de procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem.

Durante todo o ano, o interesse dos alunos está direcionado para as provas, os exames, as notas, se ficarão ou não em recuperação, se irão ou não ser aprovados no final do ano. Deveriam se preocupar com o ensino e a aprendizagem, com a apropriação dos conteúdos curriculares e com o seu desenvolvimento.

Os professores, em geral, também se preocupam mais com as notas do que com a aprendizagem. Preocupam-se com o cumprimento do conteúdo, vencer o programa e aplicar notas para entregá-las na secretaria, algumas vezes, deixando de voltar no conteúdo não aprendido, não assimilado pelo aluno. Fazem avaliações, constata o erro do aluno e apenas lançam a nota sem ao menos procurar as causas de uma nota baixa. Estas causas podem estar relacionadas ao próprio aluno como também ao desenvolvimento das aulas, a metodologia utilizada, a maneira como o professor explicou determinados conteúdos.

As provas são usadas – por alguns docentes - como instrumento de ameaça com objetivo de conseguir a atenção e a disciplina dos alunos, outras vezes são elaboradas mais para reprovar do que para aprovar.

Os pais também ficam na expectativa das notas. Preocupam-se com a promoção para o ano letivo seguinte. Se o aluno não apresenta notas boas, procuram a escola, querem saber os motivos do baixo rendimento, questionam os professores sobre a possibilidade de serem aprovados no final do ano. Quando o aluno apresenta notas satisfatórias os pais se sentem contemplados.

Para Luckesi (2008, p. 66)

Uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar a repetência e esta tem consequências na evasão. Por isso, uma avaliação escolar realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino. Testes mal-elaborados, leitura inadequada e uso insatisfatório dos resultados, autoritarismo, etc. são fatores que tornam a avaliação um instrumento antidemocrático no que se refere à permanência e terminalidade educativa dos alunos que tiveram acesso à escola. A avaliação está comprometida com aqueles que tiveram a possibilidade do ingresso escolar.

A avaliação nas escolas precisa deixar de ter este caráter autoritário e classificatório que emite um julgamento do aluno considerando-o como superior, médio ou inferior e começar a apresentar características que auxiliem a construção de uma aprendizagem satisfatória. A avaliação precisa assumir um caráter diagnóstico que possibilite identificar onde está a dificuldade, o que não foi aprendido, o que precisa ser revisto, em quais conteúdos o professor precisa retornar. O objetivo da avaliação deve ser o avanço, o crescimento e a identificação de novos rumos, novos caminhos a serem percorridos. Neste sentido professores e discentes sinalizam em suas falas a necessidade de um repensar por parte da instituição

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO

As taxas de concluintes são baixas, o que mostra uma falta de preparo da escola para manter seus alunos até o fim do curso. Penso que 2 motivos fortes para isto seja a possibilidade de reprovação (o aluno evade antes de ser reprovado) e a falta de mercado de trabalho para os concluintes.

DISCENTE

Fui reprovado somente na matéria do ensino médio. Por ser integrado fui reprovado no técnico também. Esse foi o motivo da minha desistência.

Mais uma vez, Luckesi (2008, p. 81) afirma que

a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos necessários. Desse modo a avaliação não seria tão-somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem. Se um aluno está defasado não há que, pura e simplesmente, reprová-lo e mantê-lo nesta situação.

Como exposto no Capítulo I, o Campus Rio Pomba vem crescendo em estrutura física, tem várias obras concluídas recentemente e outras em andamento, mas ainda não está conseguindo acompanhar o crescimento em relação ao número de cursos oferecidos e ao número de alunos. Ainda faltam servidores técnicos administrativos e professores nos diversos cursos. Faltam salas de aulas, sala ampla de professores, laboratórios de informática para alunos e professores, reforma no refeitório, praça de alimentação, espaço para lazer e encontro dos alunos, alojamento feminino e reforma do alojamento masculino entre outras.

De acordo com um Técnico Administrativo também “Há falta ainda de um espaço físico adequado para os representantes de turma e representantes dos diretórios acadêmicos discutirem as questões da educação e questões que prejudicam o processo ensino, aprendizagem e avaliação dos estudantes”.

Em relação à evasão e ao levantamento de dados sobre os alunos, tanto o professor do ensino médio quanto o técnico administrativo se manifestaram.

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO:

As causas desses números elevados de evasão discente precisam ser averiguadas. Na maioria das vezes os alunos desaparecem das aulas e nós, professores, ficamos apenas com essa comunicação: “o aluno desistiu”. Daí, retiramos o nome do aluno do diário e o curso continua. Considero tal contexto um fracasso coletivo; dos alunos, dos professores, dos pais e do sistema educacional instituído.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

Falta no campus um setor onde se concentre, de forma atualizada, todos os dados (índices) referentes ao processo ensino/aprendizagem e dos quais possam surgir estatísticas claras, por exemplo do(s) motivo(s) fundamental(is) que levam os estudantes a desistirem, se transferirem ou trancarem sua matrícula. Seria muito mais fácil e rápido, de posse destes dados, tomar as devidas decisões para modificarmos este cenário.

Urge investir em programas que forneçam dados estatísticos sobre o desenvolvimento dos alunos para que os profissionais da educação possam, de posse destes dados, estabelecer estratégias e atuarem de forma incisiva nas questões que apresentem deficiência e pouco rendimento dos alunos.

Como parte integrante desta pesquisa de mestrado e como estratégia para reverter a evasão está sendo realizado - sob a minha responsabilidade - o “Projeto de Acompanhamento de Alunos” das turmas do Curso Técnico em Zootecnia (1º D1 e 1º D2)²⁸ que ingressaram no Instituto Federal – Campus Rio Pomba no ano de 2011.

O objetivo geral do projeto é propiciar aos alunos do curso Técnico em Zootecnia um acompanhamento pedagógico e assistencial visando à melhoria da aprendizagem e à redução da evasão.

Para isto o trabalho está norteado pelos seguintes objetivos específicos:

- Propiciar um período de adaptação e vivência do estudante na escola favorecendo a socialização entre os alunos, professores e técnicos administrativos.
- Informar aos alunos sobre o curso de Zootecnia, as disciplinas e conteúdos que serão ministrados bem como o campo de atuação do técnico em Zootecnia e as possibilidades de prosseguimento de estudos.
- Acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos do curso Técnico em Zootecnia e sanar as dificuldades encontradas ao longo do ano.
- Estabelecer parceria com os pais para um melhor acompanhamento do desenvolvimento escolar dos alunos.

Este projeto teve início com reuniões de professores, primeiramente, para pedir apoio no trabalho a ser realizado, em seguida para planejamento, execução e acompanhamento das atividades propostas.

Logo no primeiro bimestre letivo, após reunião geral com todos os alunos feita pela Coordenação Geral do Ensino Técnico, os alunos foram acompanhados por professores do

²⁸ 1º D1 – 1º Ano do Curso Técnico Integrado em Zootecnia – Turma D, número 1 e 1º D2 – 1º Ano do Curso Técnico Integrado em Zootecnia – Turma D, número 2.

curso para uma visita pela escola, principalmente pelo setor de Zootecnia, onde foi feita uma explicação detalhada das atividades ali realizadas. Esta atividade teve como objetivo integrar os alunos ao novo ambiente escolar, aos novos colegas e professores, conhecer a instituição onde irão estudar nos próximos 03 anos.

Os alunos participaram com interesse e curiosidade. Fizeram perguntas, queriam conhecer tudo ao mesmo tempo. Observaram atentos as explicações dos professores. Segundo uma aluna da turma de Zootecnia 1º D2 a atividade foi ótima, pois “cheguei aqui sem conhecer nada. Pude conhecer os setores que irei frequentar no decorrer do ano. No dia seguinte já não estava tão perdida.”

Realizada uma avaliação sobre esta atividade, 49 alunos responderam e destes 35 alunos (71%) disseram que foi ótima, 12 alunos (24%) disseram que foi boa, apenas 01 aluno (2%) disse que foi regular e 01 aluno (2%) que foi fraca.

Durante a primeira semana de aula, foi realizada uma dinâmica com os alunos para conhecimento e entrosamento entre os colegas. Um momento de brincadeira, alegria e descontração buscando a socialização, ajustamento e bem estar do aluno. Também foi uma atividade que teve boa aceitação por parte dos alunos, pois dos 49 alunos que responderam 47 alunos (96%) disseram que a atividade foi ótima ou boa e apenas 02 alunos (4%) disseram que a atividade foi regular.

No início da dinâmica os alunos estavam envergonhados, tímidos e desconfiados, mas aos poucos se soltaram, começaram a rir da brincadeira e das falas dos colegas. Quando algum aluno vacilava ou ficava sem saber o que falar o colega logo se adiantava e o ajudava. Foi muito válido. De acordo com o aluno da turma de Zootecnia 1º D1 “Como ninguém se conhecia esta atividade foi boa para conhecer os novos colegas. Nos fez conhecer uns aos outros falando de nós mesmos”.

Nesta dinâmica foi possível coletar informações para elaboração de um perfil da turma, com dados básicos sobre a cidade de onde vem e onde mora a família, composição familiar, onde e com quem estão morando atualmente, o que estão achando da escola, pontos positivos e negativos e se estavam tendo alguma dificuldade e precisando de algum tipo de atendimento. Já com este primeiro contato pudemos perceber que alguns alunos precisam de uma atenção redobrada por parte da assistência social e acompanhamento pedagógico.

Houve a promoção de palestras sobre o curso. A primeira abordou os conteúdos a serem estudados, as disciplinas a serem cursadas no primeiro ano, as aulas teóricas e práticas, as visitas técnicas, o estágio. Enfim, como o curso será desenvolvido ao longo dos anos. Uma segunda palestra foi realizada por um ex-aluno do curso Técnico em Zootecnia, hoje estudante do curso superior em Veterinária, que falou sobre a sua trajetória na escola, as dificuldades enfrentadas durante o curso, as estratégias utilizadas para a superação destas dificuldades, o estudo, a experiência obtida, a aprendizagem e os resultados alcançados.

Também foram explicados para a turma os objetivos do próprio projeto “Acompanhamento de Alunos” e que a turma teria algumas atividades diferentes das demais devido a este trabalho. Os alunos receberam muito bem a notícia.

A Coordenação Geral de Ensino Técnico promoveu nos primeiros quinze dias de aula um nivelamento das turmas de 1º ano com a revisão de conteúdos e esclarecimento de dúvidas. Também a carga horária da matriz dos cursos técnicos foi alterada e a partir de 2011 terá uma redução de 5 horas semanais, ficando os alunos com as tardes de quarta-feira e uma hora de um outro dia para atividades diversas como frequência a monitorias, atendimento extra pelos professores, realização de trabalhos, reuniões, lazer e descanso.

Também como atividade do projeto foi escolhido pelos alunos um professor conselheiro. Este professor conselheiro terá como função principal acompanhar mais de perto a turma sob a sua responsabilidade. Acompanhar o desenvolvimento dos alunos, encaminhá-los à coordenação para busca de soluções que os ajudem a melhorar o rendimento, incentivá-

los a estudar e favorecer a criação de um ambiente social favorável na sala melhorando o processo pedagógico.

De acordo com pesquisa realizada, 94% dos alunos consideram como ótima ou boa a escolha do professor conselheiro, 6% consideram regular ou fraca. O aluno da turma 1º D2 se manifestou dizendo que “A escolha do professor conselheiro foi ótima, pois ele auxilia a turma em decisões a serem tomadas. O professor conselheiro corrige e ao mesmo tempo aconselha”. Também os professores consideram a escolha como ótima ou boa. Para o professor do Ensino Médio “O professor conselheiro estreita a relação docente/discente, o que favorece um cuidado mais individualizado”. Porém, um professor questiona a proposta quando diz

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO

A ideia do professor conselheiro é muito boa, no entanto alguns professores lidam com um número muito grande de turmas e mantém um contato menor com os alunos. Resta saber se os alunos estão buscando o professor conselheiro para melhor avaliarmos a proposta. Em geral eles buscam o CGAE – Coordenação Geral de Assistência Estudantil - que é a coordenação que já lhes dá assistência estudantil, psicológica e encaminha para outros serviços necessários. Os próprios professores buscam o CGAE e sugerem conversas com os alunos que sentem ser necessário. Outros se identificam com algum professor com quem conversam e, neste caso, desconsideram o professor conselheiro. Além disso, há para cada curso o coordenador que já mantém um laço mais estreito com os alunos.

Foi realizada uma palestra sobre motivação, outro ponto forte do projeto. O palestrante mostrou aos alunos que a motivação, a vontade de realizar determinada atividade está dentro da gente e que não devemos desanimar diante das dificuldades. Que devemos buscar solução para os problemas enfrentados sem nunca desistir de nossos objetivos.

Os alunos ouviram com atenção, se emocionaram em determinados momentos e participaram respondendo a perguntas. O palestrante soube muito bem conduzir a palestra, buscando envolvimento dos alunos o tempo todo e fazendo com que participassem dando opiniões a respeito de assuntos discutidos. Dos 48 alunos que fizeram a avaliação da atividade 33 alunos (69%) disseram que foi ótima, 13 alunos (27%) que foi boa e apenas 2 alunos(4%) que foi regular. De acordo com os alunos

ALUNOS DA TURMA DO 1º D1

A palestra foi ótima por que fez acreditar que tudo que as pessoas sonham é possível, basta lutar.

Foi ótima, pois me deu ânimo de continuar, de vencer esta batalha.

ALUNOS DA TURMA DO 1º D2

A palestra foi ótima por que nela consegui motivação para continuar na escola, por mais difícil que seja.

Foi uma demonstração de que basta ter força de vontade para alcançar os objetivos.

Outra atividade realizada se refere ao conselho de classe. Inicialmente foi feita uma auto-avaliação nas turmas, uma sondagem sobre como a turma se comportou durante o primeiro bimestre em relação à participação nas aulas, envolvimento com os conteúdos, frequência, comprometimento, responsabilidade, educação, estudo, entrega de trabalhos e rendimento. Os alunos responderam bem a auto-avaliação, souberam falar com honestidade

sobre os aspectos questionados. Foi um momento muito proveitoso porque pararam para pensar sobre as atitudes que estão tendo de uma maneira geral na escola, a seriedade que devem ter em relação ao estudo, o comportamento, as atitudes e o envolvimento com as aulas.

Uma professora do Ensino Médio diz “Fiquei surpresa com a honestidade deles ao realizarem essa auto-avaliação”. A turma gostou da atividade, pois 39 alunos (89%) classificaram a atividade como ótima e boa e apenas 06 alunos (11%) classificaram como regular. Os alunos se posicionaram em relação à auto-avaliação

ALUNOS DO 1º D1

A auto-avaliação ajudou a perceber em que precisamos melhorar.

Foi ótimo, isto é bom para o desenvolvimento.

ALUNOS DO 1º D2

Fez com que fizéssemos uma reflexão.

Foi ótima, por que fez com que nós parássemos para pensar em nossas atitudes.

Dando continuidade, foi realizado o conselho de classe participativo²⁹ propriamente dito, que num primeiro momento teve a participação dos alunos. Eles entraram na sala com uma ficha individual³⁰ nas mãos e iam passando pelos professores para uma conversa rápida e anotação da carga horária trabalhada naquela turma, número de faltas do aluno e notas do bimestre. Também foram feitas anotações, nesta ficha, referentes à entrega de trabalhos, organização, pontualidade, responsabilidade e participação nas aulas. Foi um momento muito importante do conselho de classe, pois o professor teve um contato direto com os alunos, conseguiu conversar com eles dando informações, orientações, aconselhando e questionando determinadas atitudes.

Os alunos receberam bem este novo formato do conselho de classe. Dos 45 alunos que responderam a avaliação feita sobre a participação do aluno no conselho de classe 36 alunos (80%) disseram que foi ótima e 09 alunos (20%) que foi boa. Para eles a participação no conselho

ALUNOS DO 1º D2

Foi ótimo, por que foi diferente, pelo menos eu tirei uma lição daquilo que cada professor falou. Estou procurando melhorar naquilo que posso.

A interação entre alunos e professores vai gerar bons resultados.

ALUNOS DO 1º D2

Muito bom, pois os professores conversaram com os alunos podendo haver mudanças no comportamento, algo muito construtivo.

Bom, por que dá para perceber as expectativas dos professores sobre você.

Os professores também emitiram pareceres em relação ao conselho de classe participativo

²⁹ Experiência vivida durante o Estágio Pedagógico do curso de Mestrado em Educação Agrícola –PPGEA- realizado no IF Catarinense – Campus Sombrio.

³⁰ Modelo de ficha individual obtida no Estágio Pedagógico do curso de Mestrado em Educação Agrícola – PPGEA- realizado no IF Catarinense – Campus Sombrio.

PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO

Foi um momento onde professor e aluno puderam olhar nos olhos uns dos outros e dialogar sobre as dificuldades de cada aluno, os problemas pessoais e conhecer no aluno nossas falhas e acertos, dando-nos um importante feedback do trabalho e podendo proporcionar reflexões sobre melhoras a serem realizadas.

Este momento do conselho foi ótimo, senti que os alunos foram tocados pelas orientações.

Num segundo momento, sem a presença dos alunos, os professores comentaram sobre o desenvolvimento de cada aluno, as dificuldades encontradas, a necessidade de encaminhamento para monitorias, atendimento específico da assistência ao educando, orientador educacional e contato com os pais. Foi um momento de socializar os conhecimentos sobre os alunos e buscar alternativas para minimizar as dificuldades.

Também neste momento foi discutida a metodologia utilizada em sala de aula pelos professores, em que poderiam diversificar e melhorar para ajudar no desenvolvimento do aluno. Foi discutido o interesse dos alunos nas aulas práticas e nas atividades no setor de Zootecnia. Discutiu-se sobre o sistema de avaliação, as provas, os trabalhos e o envolvimento dos alunos nas atividades de grupo.

No conselho de classe foi abordada a participação dos pais e/ou responsáveis na vida escolar dos filhos, a necessidade e importância da reunião de pais e mestres para informar sobre o desempenho e desenvolvimento dos alunos. Naquele momento foi marcada a data para uma reunião de pais.

A reunião de pais aconteceu com a presença 30% dos pais. Outros (05 pais) ligaram justificando o não comparecimento³¹. A reunião teve início com a presença do Diretor Geral do Campus, do Diretor de Desenvolvimento Educacional, representante da Coordenação Geral de Ensino Técnico e da Coordenadora do Projeto. O “Projeto de Acompanhamento de Alunos” foi explicado aos pais. Também foi destacada a importância da participação da família na vida escolar dos filhos e feito um agradecimento aos pais presentes. A reunião também contou com a participação da assistente social do campus e da orientadora educacional.

Dando continuidade à reunião, a coordenadora do projeto comunicou aos pais as atividades desenvolvidas com os alunos até o momento, falou sobre o perfil de cada turma, leu para os pais a auto-avaliação realizada com os alunos e a avaliação feita pelos professores sobre as turmas. Falou da questão da participação nas aulas, a responsabilidade com os estudos, a entrega de trabalhos e a infrequência dos alunos.

Foi então entregue aos pais a ficha individual preenchida no conselho de classe junto com os alunos contendo, além do número de aulas dadas, as notas e frequência dos alunos. Na mesma ficha constam observações a respeito da participação, interesse pelos conteúdos, envolvimento nas aulas e entrega de trabalhos. A coordenadora também reforçou para os pais que, apesar dos alunos terem obtido notas baixas em muitas disciplinas, este é um período de adaptação à nova escola, até certo ponto é normal, mas muitos alunos precisam levar o estudo mais a sério, participar mais, estudar mais.

³¹ No momento da justificativa do não comparecimento na reunião foi feito o atendimento falando sobre o aluno, a situação em que se encontra na escola e as possibilidades de melhoria. Foi pedido autorização para enviar a ficha individual pelo aluno.

De acordo com um professor do Ensino Médio, “Não é um momento de desanimar, estamos apenas no 1º bimestre e temos o ano todo pela frente. É o momento de refletir, conversar com os filhos e mostrar a responsabilidade de cada um”.

Foram comunicadas aos pais as medidas adotadas pela escola para ajudar os alunos a terem um melhor desempenho e superar as dificuldades encontradas. Todas as tardes de quarta-feira os professores estão na escola para atendimentos, explicação de conteúdos em que os alunos apresentem dificuldades e esclarecimento de dúvidas. Além disto, estão sendo oferecidas monitorias de várias disciplinas por alunos dos cursos superiores e - às vezes - dos próprios cursos técnicos em horários diferentes do horário de aula.

Os professores falaram sobre a sua disciplina, a dinâmica das aulas e os critérios de avaliação que foram utilizados no bimestre. Em seguida, responderam a perguntas e esclareceram dúvidas. Por último, ficaram à disposição dos pais para os atendimentos individuais.

Após a reunião de pais e mestres, iniciou-se o contato através de telefone com todos os pais que não compareceram à reunião. Este contato foi muito importante e gerou situações diversas. Alguns casos em que os alunos apresentam ótimo rendimento, participação nas aulas e envolvimento com o curso os pais ficavam surpresos com o contato da escola, e um pai comentou “normalmente a escola liga quando o aluno apresenta problemas, estou surpreso. Obrigado por me dar uma boa notícia, a gente mora longe, não pode estar indo na escola”.

Outra situação foi a de pais que não tinham ideia sobre as notas dos filhos e ficaram irritados com a informação, disseram que os filhos nunca tiveram problemas com notas e que teriam uma conversa séria com eles. Também houve situações em que os pais pediram um acompanhamento mais firme com os filhos, revelaram que precisam de acompanhamento com psicólogos e que falharam no início do ano em não comunicar a situação à escola.

Todos estes contatos possibilitaram um conhecimento maior dos alunos, saber a história de vida de cada um, a realidade em que vivem, as dificuldades que trazem junto com eles quando vêm para escola e assim poder planejar ações para que possam ajudar no desenvolvimento e na superação das dificuldades nos próximos bimestres.

Em janeiro de 2011, foram matriculados no curso Técnico em Zootecnia 63 alunos distribuídos em 02 turmas: 1º D1 com 31 alunos e 1º D2 com 32 alunos. Na turma do 1º D1 temos atualmente 28 alunos, pois 01 aluno nunca compareceu à escola, 01 aluna compareceu por dois dias e não retornou e apenas 01 aluna frequentou durante 03 semanas e desistiu. A justificativa apresentada para a desistência desta aluna é que já tinha estudado o 1º ano do Ensino Médio e estava arrependida de ter ingressado novamente no primeiro ano. Resolveu voltar para a escola de origem e continuar os estudos no 2º ano do Ensino Médio. Na turma do 1º D2 atualmente temos 30 alunos, pois 01 aluno compareceu na escola apenas no primeiro dia e 01 aluno desistiu após o primeiro mês de aula, disse que não se identificou com o curso e que não queria continuar.

Desta forma, considero como evasão a desistência de apenas 02 (3%) alunos, que iniciaram o curso e desistiram. Outros dois alunos levantaram a possibilidade de desistência, um devido à distância da família e dificuldade de se adaptar ao alojamento e outro por necessidade de trabalhar e ter como se sustentar. Os dois alunos tiveram apoio da equipe pedagógica e assistente social da escola e através de contatos, conversas e assistência ao estudante os alunos optaram por continuar o curso.

Encerram-se assim as atividades do “Projeto de Acompanhamento de Alunos” previstas para o 1º bimestre do ano de 2011. Feita uma avaliação sobre o desenvolvimento do mesmo, até o momento, 42 alunos responderam, destes 100% classificaram como ótimo e bom o acompanhamento realizado. Também os professores acreditam no projeto, estão participando com dedicação e entusiasmo. De acordo com um professor do Ensino Médio

“Um projeto ótimo porque acompanha o aluno com proximidade possibilitando melhores orientações. A aproximação faz com que eles se sintam mais responsáveis”.

As atividades continuarão durante todo o ano. Estão previstas reuniões com alunos e professores, palestras, atendimentos individualizados, acompanhamento por psicólogos, apoio assistencial, orientações sobre estágios, outros conselhos de classe e reuniões com os pais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio desta dissertação “Entre textos e contextos... atos e atores: investigações e estratégias para o combate à evasão no curso Técnico em Zootecnia do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba” foi o de clarear alguns dos questionamentos e vivências que percebia em minha trajetória como educadora, mais especificamente diante do fenômeno da “Evasão Escolar”, que considero um dos grandes entraves na educação no Brasil.

O objetivo desta pesquisa foi investigar as causas e propor estratégias para o combate à evasão no Curso Técnico em Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba.

O trabalho teve início com um levantamento histórico da instituição, situando-a no contexto da Educação Profissional no Brasil. Traçou sua trajetória, relacionando os marcos regulatórios, desde a criação, as transformações ocorridas ao longo dos anos até os dias atuais com nova denominação, bem como o número de cursos oferecidos, números de alunos e servidores.

Em seguida, o trabalho abordou a questão da evasão escolar no ensino agrícola, os problemas que a evasão escolar pode causar tanto para a escola quanto para aluno, família e sociedade e a necessidade urgente de repensar a educação buscando as causas da evasão e propondo estratégias para minimizar tal situação. Fez referências especificamente à evasão no curso Técnico em Zootecnia do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba levantando causas empíricas sobre o problema. A metodologia e os instrumentos de coleta de dados foram definidos e executados partindo assim para a análise dos resultados e buscando respostas para os motivos da evasão escolar no curso Técnico em Zootecnia.

Alguns obstáculos foram encontrados durante a pesquisa e merecem ser comentados. A dificuldade de encontrar os dados referentes às turmas tornou o trabalho árduo e despendeu muito tempo. Também merece destaque o pequeno número de questionários respondidos pelos alunos. Apesar da insistência, das ligações e dos atuais alunos da instituição irem ao encontro dos alunos evadidos o retorno foi pouco. Outro fator dificultador foi o número de servidores da escola, ainda deficiente, causando acúmulo de atividades dos funcionários e fazendo com que o desenvolvimento do projeto ficasse praticamente na responsabilidade de uma só pessoa.

A análise dos dados permitiu traçar um perfil dos alunos evadidos: predominância do sexo masculino, idade entre 20 a 22 anos, moradores de cidades de pequeno porte da zona da mata mineira, que tem a agropecuária como principal atividade econômica. Entretanto, merece destaque o fato de que estes alunos são residentes na zona urbana e não são filhos de produtores rurais.

Mais ainda, cursaram o Ensino Fundamental em escolas públicas e os que deram continuidade aos estudos, após o abandono do curso técnico, também retornaram para escolas públicas. Muitos não continuaram estudando. A opção pelo curso Técnico em Zootecnia foi por que gostavam da área. Classificam o curso como ótimo e bom, mas não pretendem retornar. A maioria foi reprovada apenas uma vez por nota.

Foi possível identificar também os muitos fatores que causam a evasão escolar na opinião dos alunos e dos servidores da instituição. Vale destacar aqueles que tiveram maiores índices de respostas nos diferentes segmentos escolares.

De acordo com os alunos o que mais contribuiu para o abandono foi o fato do curso não atender as expectativas criadas por eles e a indecisão profissional. Outros fatores também foram apontados pelos alunos como motivos da evasão como desconhecimento prévio do curso, falta de incentivos e impontualidade dos professores, dificuldades de aprendizagem, dificuldades financeiras e distância da família.

Para os professores e técnicos administrativos o que mais contribuiu para a evasão escolar foi o desconhecimento prévio do curso, as dificuldades de aprendizagem, a distância da família e a indecisão profissional.

Alguns fatores correspondem às observações empíricas feitas no início do trabalho como morar longe da família, questões financeiras e desconhecimento prévio do curso.

No entanto, vale ressaltar a percepção de que a evasão escolar é causada por múltiplas questões e para o seu combate não podemos nos deter a um ou outro motivo através de ações isoladas e fragmentadas dentro da escola. Os fatores causadores da evasão parecem entrelaçados uns aos outros e se referem tanto a causas internas quanto externas à escola. O fracasso não é só do aluno ou da família, o fracasso é também da escola.

Sendo assim, encerrando a pesquisa, o trabalho apontou sugestões e estratégias de permanência do aluno na escola, fazendo referências à organização curricular, ao processo ensino-aprendizagem, à metodologia utilizada pelos professores, à relação interpessoal e à avaliação. Ressaltou também a importância do apoio e da assistência ao aluno e à sua família. Destacou a importância de uma divulgação clara do curso e um movimento de integração e socialização do aluno que ingressa na instituição. Foi abordada a necessidade de a equipe pedagógica acompanhar o desenvolvimento de cada aluno, sua participação nas aulas, dificuldades enfrentadas, as limitações, os progressos e os avanços.

No final, apresentou as estratégias utilizadas junto às turmas ingressantes do curso Técnico em Zootecnia através do “Projeto de Acompanhamento de Alunos”. Foram atividades práticas como visitas, palestras, dinâmicas que ajudaram na adaptação à nova escola, aos novos colegas e professores. No que se refere ao desenvolvimento, aprendizagem e frequência às aulas foi realizada uma atividade de auto-avaliação questionando com a turma suas atitudes em relação ao bimestre estudado.

O conselho de classe participativo foi uma ação inovadora, onde professores e alunos tiveram oportunidade de uma conversa franca com questionamentos e orientações sobre o desempenho do aluno nas disciplinas. Após o conselho, aconteceu a reunião de pais para apresentar resultados e informar as medidas adotadas pela escola para ajudar o educando a superar as suas dificuldades no que se refere às notas, à adaptação, à postura dos filhos na escola. Enfim, um feedback sobre a atuação do filho durante o 1º bimestre.

Baseada nesta pesquisa podemos concluir que cabe a escola repensar o seu papel social, principalmente por tratar-se de uma instituição pública federal gratuita, voltada para a educação profissional e também comprometida com a formação de técnicos, em nosso caso específico, voltados para a área agropecuária.

A instituição tem como compromisso a busca de valores sólidos e práticas baseadas em uma postura ética, que integre à sabedoria acumulada pela comunidade os conhecimentos científicos e assim seja capaz de desenvolver no aluno o gosto pelo estudo, o interesse em permanecer no curso, tornando-o um profissional competente e um cidadão socialmente referenciado.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marilze do Carmo Lima e. **A relação família-escola e a produção da qualidade de ensino na Escola Agrotécnica Federal de Salinas-MG.** (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

ANDRADE, Flavio Anício. Conformação curricular do ensino médio e da educação profissional no Brasil contemporâneo **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas – RETTA.** Ano I, nº 1, jan/jul, 2010, p. 21-40.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e Aprender na Educação do Campo: Processos Históricos e Pedagógicos em Relação. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da Pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

BRANDÃO, Marisa. O governo Lula e a chamada Educação Profissional Tecnológica. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas – RETTA.** Ano I, nº 1, jan/jul, 2010, pp. 61-88.

BRASIL. **Lei nº 3.092 de 29 de dezembro de 1956.** Cria a Escola Agrícola de Rio Pombo, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 02 de janeiro de 1957.

_____. **Decreto nº 53.558 de 13 de fevereiro de 1964.** Altera a denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 1964.

_____. **Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 45/72 de 12 de janeiro de 1972.** A qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional.

_____. **Decreto 72.434 de 09 de julho de 1973.** Cria a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola. Publicado no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 1973.

_____. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 76/75 de 23 de janeiro de 1975.** O ensino de 2º grau na Lei 5.692/71.

_____. **Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 1982.

_____. **Decreto nº 93.613 de 21 de Novembro de 1986.** Extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 1986.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997** – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CEB/CNE Nº 3, DE 26 DE JUNHO DE 1998.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.** Brasília: SEMTEC, 1999.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília: PROEP, 2000.

_____. **Lei n.º 10.172 de 9 de janeiro de 2001.** Institui o Plano Nacional de Educação. Brasília, MEC, 2001. Publicada no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2001.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2004.

_____. **Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005.** Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Publicado no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2005.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006** - Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Publicado no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2006.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília, MEC, 2007. Disponível em <http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/indicadores_agregados.php> Acesso em: 05/01/2011.

_____. (CEFETRP.) **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – CEFET- RP. nov, 2007. Disponível em <<http://www.cefetrp.edu.br>> Acesso em: 02 de dezembro de 2010.

_____. Ministério da Educação. **Questões Gerais sobre o E-Tec Brasil** (2007). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/etecbrasil.pdf>> Acesso em 20/02/2011.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Publicado no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2007.

_____. **Decreto n.º 6.095 de 24 de abril de 2007** – Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Publicado no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2007.

_____. **Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2008.

_____. Ciclo dos Seminários Regionais e Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **A Ressignificação do Ensino Agrícola**. Documento-Base - MEC/SETEC. 2008. Disponível em <www.eafrs.gov.br>. Acesso em: 02 de março de 2009.

_____. **Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008.

_____. (IF SUDESTE MG.) **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – IF SUDESTE MG - junho, 2009. Disponível em <<http://www.ifsudestemg.edu.br/>> Acesso em: 10 de março de 2011.

_____. **A Ressignificação do Ensino Agrícola**. Documento Final. Brasília, MEC/SETEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Edital do Programa Nacional de Eja Integrada à Educação Profissional** (2009). Parceria: Institutos Federais e Municípios. Disponível em <http://www.iiiep.org.br/ejafic/oficio_anexos.pdf> Acesso em: 19/03/2011.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Rede** (2009). Disponível em <<http://redefederal.mec.gov.br/>> Acesso em: 19/03/2011.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Indicadores Agregados de Resultados – 2002 a 2010.** Disponível em <http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/indicadores_agregados.php> Acesso em: 14/03/2011.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate** (2010). Disponível em <<http://redefederal.mec.gov.br>> Acesso em 14/04/2011.

_____. Ministério da Educação. Gestão da Educação 2003-2010. **Desafios e Compromissos.** Disponível em <http://gestao2010.mec.gov.br/situacao_inicial/desafios_compromissos.php> Acesso em 14/03/2011.

_____. Ministério da Educação. Gestão da Educação 2003-2010. **Indicadores Agregados de Resultados – 2003 a 2010.** Disponível em <http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/indicadores_agregados.php> Acesso em: 14/03/2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades (2010).** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesta/topwindow.html>> Acesso em: 31/01/2010.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956 – 1968).** 2006. 208 f. (Mestrado em Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas)- Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo.** São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 2ª edição revista, 2005.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na Gestão Pedagógica da escola.** 3ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação Escola-Família: uma contribuição da história da educação. **São Paulo em Perspectiva**, 14(2) 2000.

FREITAS, Sonia Maria Pereira. **Educação Profissional e qualidade de ensino: traçando um perfil sociográfico dos estudantes da EAF-Alegre.** (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de Educação Profissional no Governo Lula: Um percurso Histórico Controvertido. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087 – 1113, Especial, out. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia, 2008.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A riqueza do tempo perdido. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.25, n. 2, p. 109 – 125, jul/dez.1999.

GARSCHAGEN, Sérgio. O dilema da repetência e da evasão. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, nº 36, p. 34-43, outubro/2007.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade. A “escola dos que passam sem saber”: a prática da não-retenção escolar na narrativa de alunos e familiares. **Revista Brasileira de Educação**, n.º 22, p. 61-76, jan/fev/mar/abr 2003.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. **Novas Tecnologias e Educação**. Anotações de aula do curso de mestrado em Educação Agrícola do PPGEA/UFRRJ – Seropédica – RJ. 09 de agosto de 2010.

LÉVY, Pierre. A nova relação com o saber. In: **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de Agropecuária e Informática /nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes –MG (2002 a 2006)**. 2009. 136 f. (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília. Brasília: 2009.

MARQUES, Oscilene Simões. **Análise Curricular da Implementação da Reforma da Educação Profissional na Escola Agrotécnica Federal de Colatina/ES**. (Mestrado em Educação Agrícola). 2005, 168 f. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2005.

MATOS, Silvana Lucas Bomtempo. **Trabalhando o campo e construindo o conhecimento matemático: uma perspectiva etnomatemática dos trabalhadores rurais**. 2009, 94 f. (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, nº 2, p. 215-228, maio/ago.2005.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; GOMES, Elenilce; MENDONÇA, Fernanda Lopes. **Políticas para a educação profissional média nos anos 1997-2007**. Trabalho e Educação. Vol. 17, nº 1- jan./abr. – 2008.

MONTANA, P. J. e CHARNOV, B. H. **Administração**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução “Popular” e Ensino Profissional: Uma Perspectiva Histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo

(organizadoras). **Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p 169 a 192.

MOURA, Denise A. Soares de. Café e educação no século XIX. **Cadernos Cedes**, ano XX, n.º 51, novembro/2000.

OLIVEIRA, Lia M. Teixeira de. **A licenciatura em ciências agrícolas: perfil e contextualizações**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998.

OLIVEIRA, Brasilina Elisete Reis de. **De Ginásio Agrícola à instituição de Ensino Superior: o caso do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Rio Pomba - MG**. 2010. 88 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília/DF. 2010.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas – RETTA**. Ano I, nº 1, jan/jul, 2010, pp. 89-108.

_____. **Evolução Histórica do Ensino Técnico Agropecuário**. Anotações de aula do curso de mestrado em Educação Agrícola do PPGEA/UFRRJ – Seropédica – RJ. 17 de dezembro de 2009.

PAULA, Lucília A. Lino de. **Educação Profissional e Qualidade de Ensino: investigando a interação família-escola**. Relatório Final do Projeto apoiado pelo Edital CNPq 19/2004 (APq). CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico, 2007.

_____. Educação profissional: investigando a interação família escola e seu papel na produção da qualidade do ensino. In: **ANAIS do II SENEPT - Seminário Nacional de Educação Profissional e tecnológica**. Belo Horizonte, MG, CEFET-MG, maio de 2010.

_____; RIOS, Kamila. Decretos nº 2208/1997 e nº 5154/2004: os efeitos produzidos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano– Campus Senhor do Bonfim. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas – RETTA**. Ano I, nº 1, jan/jul, 2010, pp. 89-108.

_____; ZILIO, Anita C.R. Educação Profissional, regime de internato e relação família-escola. In: **ANAIS do XV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**. Belo Horizonte, MG, UFMG, abril de 2010.

PERRENOUD, Philippe. Sucesso na Escola: só o currículo, nada mais que o currículo! **Cadernos de Pesquisa**, n.º 119, p. 9-27, julho, 2003.

_____. **A Pedagogia na Escola das Diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PORPHIRIO, Virginia Maria Thuler Tafuri. **O CTUR e a qualidade de ensino: investigando características institucionais e familiares**. (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

PRATES, Roberta Vecchi. **A Formação Didático-pedagógica do professor do Ensino Técnico: programa especial de formação pedagógica**. 2005. 64 f. (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica. RJ. 2005.

REBELLO, Carlos Eduardo. **Fatores de evasão nos cursos subsequentes noturnos do Colégio Agrícola de Camboriú: um estudo de caso**. 2008. 60 f. (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

REIS, Erika Resende. **Educação Agrícola e a qualidade do ensino; investigando a relação família-escola no Colégio Agrícola Nilo Peçanha**. (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

REIS, Daniel Aarão et al. **Tradições e Modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Percorrendo Caminhos na Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 273-290, dez. 2002.

SCHEIN, E. H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil.1982.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 -1886). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n. 1, p. 119 – 133, jan/jun.2000.

SILVA, Márcia; INVERNIZZI, Noela. **Qual educação para os trabalhadores no governo do partido dos trabalhadores? A educação profissional após o decreto 5.154/2004**. IV **Simpósio Trabalho e Educação**. Belo Horizonte – ago/2007.

SILVA, Maria Abádia da. **Educadores e educandos: tempos históricos/elaboração**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

SOARES, Ana Maria Dantas. Formação de Técnicos em Agropecuária: currículos como instrumento de políticas públicas de regulação. **27ª Reunião Anual da ANPED**. GT: Trabalho e Educação/n. 09. CAXAMBU / MG, 2004.

SOUZA, Alberto de Mello e. Determinantes da aprendizagem em escolas municipais. **Ensaio: avaliação e políticas públicas educacionais**., Rio de Janeiro, v. 13, n.º 49 p. 413-434, out./dez 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Escola e Currículo**. Curitiba: IESDE, 2006.

TAVARES, Carlos Alberto. A ciência agrônoma na escola rural. In: **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**. Vol.3. Recife, PE, APCA, 2006. p.45-50.

Taylorismo. Disponível em <<http://www.suapesquisa.com/economia/taylorismo.htm>>. Acesso em 14/03/2011.

TEIXEIRA, Anísio. Valores reais e valores proclamados nas instituições escolares brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 86, p. 59-79, abr.-jun., 1962.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. 11ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZILIO, Anita Carmen Rossetto. **Integração escola-família dos alunos residentes da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio-SC: dificuldades e possibilidades**. (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

6 ANEXOS

Anexo 1

Municípios de origem dos alunos **matriculados e evadidos** entre os anos de 2005 a 2009, região de cada município (maioria da zona da mata) e distância do município de origem de Rio Pomba. Quantitativo populacional e principal atividade econômica.

Município	Quantitativo populacional http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 acesso em 06/03/2011	Principal atividade econômica acesso em 06/03/2011	N.º de alunos matriculados	N.º de alunos evadidos	Distância em KM de Rio Pomba
Alvinópolis R Região: Central de MG	15.263 h	agropecuária e industrial http://pt.wikipedia.org/wiki/Alvinopolis	03	01	192
Andrelândia Região: Sul de Minas	12.146 h	A agricultura tem razoável importância em Andrelândia. O setor terciário atualmente é a principal fonte geradora do PIB andrelandense. http://pt.wikipedia.org/wiki/Andrelandia	02	01	197
Araponga Região: Mata Mineira	8.165 h	A agropecuária é apontada como sua principal atividade econômica. http://ecoviagem.uol.com.br/brasil/minas-gerais/araponga/	02	0	149
Barbacena Região: Central de MG	126.325 h	Destaca-se o setor da <u>agropecuária</u> , principalmente, com o fornecimento de <u>leite</u> e derivados, além, é claro, do plantio de <u>rosas</u> . http://pt.wikipedia.org/wiki/Barbacena_%28Minas_Gerais%29	02	02	77,7
Belo Horizonte Região: Central de MG	2.375.444 h	Destaque no desenvolvimento do setor terciário da economia: o <u>comércio</u> , a prestação de serviços e setores de <u>tecnologia de ponta</u> http://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Horizonte	01	01	259

Cajuri Região: Mata Mineira	4.047 h		01	01	103
Canaã Região: Mata Mineira	4.631 h		02	01	128
Carandaí Região: Central de MG	23.341 h		01	01	107
Carangola Região: Mata Mineira	32.321 h	Na economia, destacam-se o café, o leite, a pecuária, a indústria de laticínios e a prestação de serviços. http://pt.wikipedia.org/wiki/Carangola	01	01	219
Carvalhos Região: Sul de Minas	4.555 h		02	0	214
Cataguases Região: Mata Mineira	69.810 h	Conta com parque industrial e diversas indústrias espalhadas pelo seu território. http://pt.wikipedia.org/wiki/Cataguases	01	01	59,3
Descoberto Região: Mata Mineira	4.757 h	<u>Pecuária</u> , com a criação de <u>bovinos</u> , <u>galináceos</u> e <u>suínos</u> , e na confecção de artigos de vestuário http://pt.wikipedia.org/wiki/Descoberto	02	01	58,7
Divinésia Região: Mata Mineira	3.292 h		02	01	52,6
Dores do Turvo Região: Mata Mineira	4.439 h	Na agricultura e na pecuária leiteira. http://pt.wikipedia.org/wiki/Dores_do_Turvo	02	01	77,4
Ervália Região: Mata Mineira	17.958 h	Produção de café na área agrícola, confecção de roupas na área industrial http://pt.wikipedia.org/wiki/Ervalia	03	01	91,5
Goianá Região: Mata Mineira	3.659 h	Agropecuária, envolvendo as áreas de bovinocultura de leite, cultivo de milho, feijão e olerícolas, bovinocultura de corte, fruticultura, psicultura, produção de doces e quitandas além de incentivo ao artesanato e trabalhos manuais. http://www.goiana.mg.gov.br/cidade_agricultura.htm	02	01	43,1

Guarani Região: Mata Mineira	8.688 h	Economia diversificada. Destacando-se culturas comerciais e de subsistência, pecuária e indústrias. http://www.guarani.mg.gov.br/	09	05	27,3
Guiricema Região: Mata Mineira	8.697 h	Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca http://www.guircema.mg.gov.br/portal/cidade/dados_demo.php	02	0	66,1
Jequeri Região: Mata Mineira	12.845 h	A economia se baseia na agricultura, com a produção de arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, café e frutas, além da pecuária de corte. http://www.apontador.com.br/local/mg/jequeri.html	06	02	143
Juiz de Fora Região: Mata Mineira	517.872 h	O setor terciário atualmente é a maior fonte geradora do PIB juiz-forana. http://pt.wikipedia.org/wiki/Juiz_de_Fora-MG	22	11	65,7
Lima Duarte Região: Mata Mineira	16.166 h		02	01	126
Mar de Espanha Região: Mata Mineira	11.758 h	O setor econômico que mais cresce no município é a indústria de lingerie, além da extração de mármore e beneficiamento de caulim. http://www.mardeespanha.mg.gov.br/	01	0	104
Matias Barbosa Região: Mata Mineira	13.435 h		01	01	86,1
Mercês Região: Mata Mineira	10.372 h		02	01	27,3
Mirai Região: Mata Mineira	13.800 h	O setor agropecuário é apontado como um dos mais desenvolvidos da região da Zona da Mata. http://www.portalmirai.hpg.com.br/mirai.htm	02	01	86
Oratórios Região: Mata Mineira	4.486 h		02	01	179
Paula Cândido Região: Mata Mineira	9.269 h		03	03	66,3

Pedra do Anta Região: Mata Mineira	3.365 h		02	01	123
Piraúba Região: Mata Mineira	10.866 h	Seus principais produtos <u>agrícolas</u> são: arroz em casca de sequeiro, arroz em casca de várzea úmida, banana, cana-de-açúcar, café, feijão, fumo (em folhas), laranja, mandioca, milho e tomate. Na <u>pecuária</u> destacam-se, por ordem de importância: galináceos, bovinos, suínos, equinos, muares, caprinos e ovinos. http://pt.wikipedia.org/wiki/Piraúba	07	03	17,6
Ponte Nova Região: Mata Mineira	57.361 h		09	05	140
Raul Soares Região: Mata Mineira	23.818 h	Economia diversificada, sendo as principais atividades econômicas o comércio, indústria, turismo, pecuária e agricultura. http://pt.wikipedia.org/wiki/Raul_Soares	01	0	210
Recreio Região: Mata Mineira	10.301 h	Grande produtor de leite, além de indústrias de cerâmica, de transformação e beneficiamento, de arroz. http://www.recreio.mg.gov.br/mat_vis.aspx?cd=5985	02	02	109
Rio Novo Região: Mata Mineira	8.715 h	Agropecuária, destacando-se como grande produtor de cereais, leite e laticínios, atividades reforçadas pela indústria extrativa de caulim e beneficiamento de grãos. http://www.minastour.com.br/website/index.php?centro=cidades/cidade.php&dados=VGtSVk5RPT0=	04	04	43,2
Rio Pomba Região: Mata Mineira	17.123 h	Agropecuária Principal atividade é a leiteira, seguida pelas plantações de milho, fumo, feijão e cana-de-açúcar. Setor industrial também se destaca	37	15	-
Santana do Deserto Região: Mata Mineira	3.854 h	Centro de interesse para o desenvolvimento do turismo rural, local de veraneio e o desenvolvimento de atividade pecuária de	01	01	114

		elite, notadamente gado Brahman http://pt.wikipedia.org/wiki/Santana_do_deserto			
S Antônio do Grama Região: Mata Mineira	4.090 h	O comércio local torna-se uma das principais atividades da cidade http://pt.wikipedia.org/wiki/Santo_Ant%C3%B4nio_do_Grama	04	01	172
Santos Dumont Região: Mata Mineira	46.289 h	Na agricultura, a cidade produz milho, morango, goiaba, nectarina, mandioca, feijão, havendo cultivo permanente da laranja, café, pêsego e banana. Na indústria, Santos Dumont possui a <u>Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio – CBCC</u> , que produz <u>ferro</u> , <u>silício</u> e silício metálico, exportando para vários países. http://pt.wikipedia.org/wiki/Santos_Dumont_%28Mina_s_Gerais%29	01	0	73,5
São Domingos do Prata Região: Central de MG	17.352 h	Sua economia é baseada em <u>agricultura</u> e <u>pecuária</u> . http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Domingos_do_Prata	06	0	252
São Geraldo Região: Mata Mineira	10.246 h	A economia vem sendo restaurada baseando-se na criação de aves, gado de corte, fabricação de móveis, produção de laticínios e extração mineral. http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Geraldo_%28Minas_Gerais%29	01	01	75,8
São João Nepomuceno Região: Mata Mineira	25.062 h	A cidade é referência nacional no ramo do vestuário. http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Nepomuceno	02	02	62,8
São Miguel do Anta Região: Mata Mineira	6.750 h		01	0	114

São Paulo – SP	11.244.369 h	O município tem cada vez mais assumido um papel de cidade <u>terciária</u> , pólo de serviços e negócios para o país http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo_%28cidade%29	01	01	527
São Pedro dos Ferros Região: Mata Mineira	8.353 h	A indústria de transformação e a mineração são os principais empregadores de mão de obra juntamente com o setor agrícola, com grande produção de cana de açúcar, e avicultura. http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Pedro_dos_Ferros	03	01	197
Senador Firmino Região: Mata Mineira	7.230 h		12	08	65,8
Tabuleiro Região: Mata Mineira	4.076 h	Agropecuária http://www.tabuleiro.mg.gov.br/historia.htm	09	03	12
Teixeiras Região: Mata Mineira	11.346 h	A economia do município é baseada na zona rural. As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são: agricultura (café, arroz, feijão, mandioca, milho, abacaxi, tomate, cana de açúcar, batata doce), pecuária (bovinocultura e suinocultura), silvicultura e exploração florestal. http://pt.wikipedia.org/wiki/Teixeiras	03	0	105
Tocantins Região: Mata Mineira	15.839 h		07	06	22,2
Ubá Região: Mata Mineira	101.466 h	A <u>indústria</u> desempenha o papel mais importante na economia do município, principalmente na <u>fabricação de móveis</u> e nas indústrias de vestuário e calçados. http://pt.wikipedia.org/wiki/Uba	17	09	35,4
Urucânia Região: Mata Mineira	10.291 h	Produção de açúcar, com a Usina Jatiboca.	06	03	161

		Também movimenta a economia local a suinocultura, atividade facilmente encontrada em todo o município. http://pt.wikipedia.org/wiki/Urucania			
Viçosa Região: Mata Mineira	72.244 h	Trata-se de uma cidade essencialmente universitária http://pt.wikipedia.org/wiki/Vi%C3%A7osa_%28Minas_Gerais%29	04	01	92
Virgem da Lapa Jequetinhonha/Mucuri	13.625 h		01	01	687
Visconde do Rio Branco Região: Mata Mineira	37.952 h	Além de fábricas de móveis, um grande número de confecções, trazem o desenvolvimento industrial da cidade. http://pt.wikipedia.org/wiki/Visconde_do_Rio_Branco_%28Minas_Gerais%29	05	03	51,4
Total: 52 municípios			227	112	

**QUANTITATIVO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DE ORIGEM DOS ALUNOS
MATRICULADOS E EVADIDOS:**

Nº de Habitantes	Quantidade de Municípios
Até 10 mil	20
De 10 a 20 mil	18
De 20 a 30 mil	6
De 50 a 100 mil	3
Acima de 100 mil	5

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Atividades Econômica	Quantidade de municípios
Agropecuária	26
Industrial	15
Terciária	9
Turismo	2
Atividade comercial via mão de obra direta ou indireta por demanda de sede de Universidade	1

Anexo 2

Mapa do Campus Rio Pomba – Vista Parcial do Campus



Anexo 3

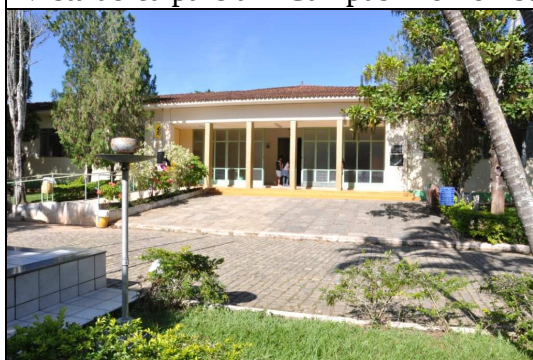
Fotos do Campus Rio Pomba



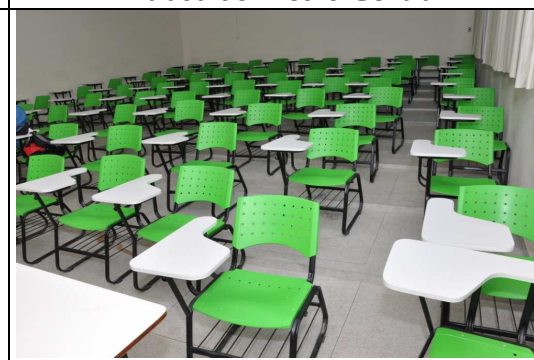
Vista aérea parcial - Campus Rio Pomba



Entrada do Prédio Central



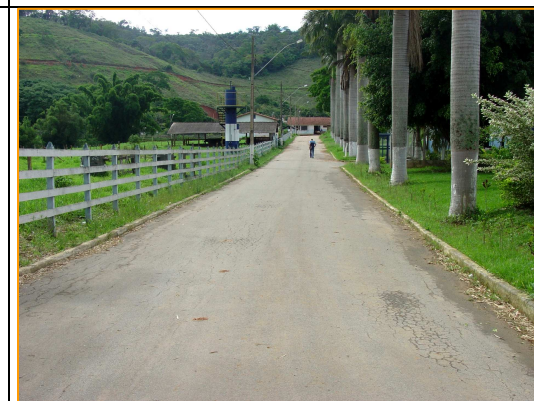
Prédio central onde acontece a maioria das aulas do Ensino Médio



Sala de aula do Prédio Central



Laboratório de Informática do Prédio Central



Acesso ao Setor de Zootecnia



Setor de Zootecnia - Sala dos Professores



Setor de Zootecnia – Indústrias Rurais



Setor de Zootecnia - Salas de aula



Suinocultura



Cunicultura



Piquete



Bovinocultura



Ordenha - bovino



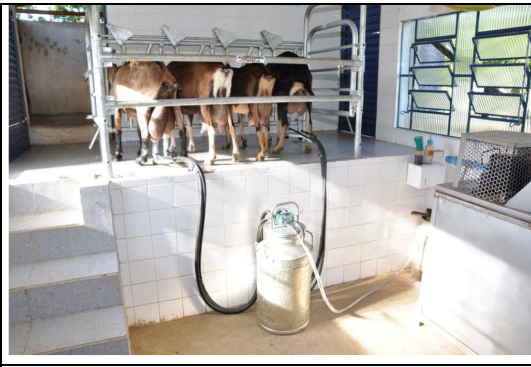
Avicultura - Postura



Avicultura – Frango de corte



Caprinocultura



Ordenha - caprino



CIEC – Centro de Integração Escola
Comunidade



NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas
com Necessidades Específicas



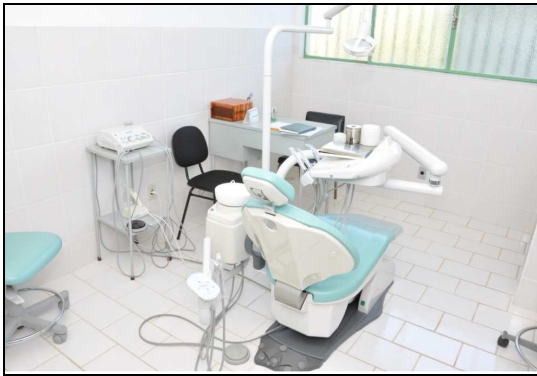
Biblioteca



Posto Médico



Enfermaria



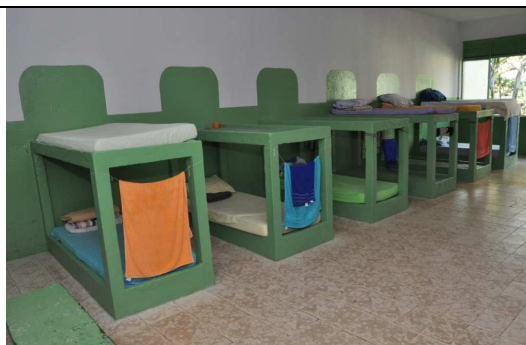
Consultório Odontológico



Alojamento



Alojamento – Parte Interna



Alojamento – Parte Interna



Campo de Futebol



Quadra Poliesportiva



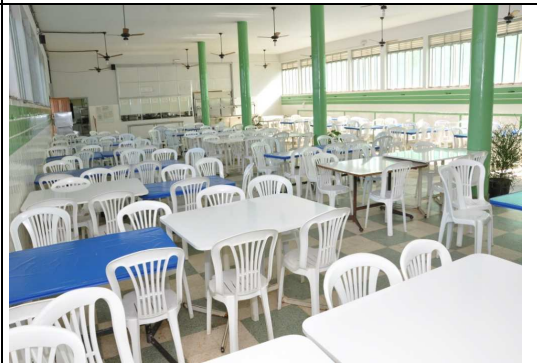
Quadra 1



Quadra 2



Refeitório



Refeitório

Anexo 4

Matrizes Curriculares dos anos de 2005 a 2009



MEC/SETEC
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA – MG
Criada pelo Decreto nº 3092 de 29/12/1956; Transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8731, de 16/11/93;
Transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET pelo Decreto Federal de 13/11/2002
Av.Dr. José Sebastião da Paixão, s/n – Bairro: Lindo Vale – Rio Pomba/MG – 36180-000 -Tel.(32) 3571-5700



MATRIZ CURRICULAR

CURSO: TÉCNICO EM ZOOTECNIA – ANO LETIVO 2005/2006 - I
CÓDIGO DO CURSO: **064**

Período	Código	Disciplinas	Carga Horária
I	151	Introdução a Zootecnia	80
	127	Introdução a Informática	60
	074	Avicultura	300
	263	Apicultura	60
	287	Cunicultura	60
	262	T.O.I (treinamento operacional)	40
	Sub-Total		600
II	075	Suinocultura	280
	264	Defesa Sanitária Animal	80
	290	Mecanização	50
	292	Irrigação	50
	027	Construção	50
	291	Topografia	50
	262	T.O. II (treinamento operacional)	40
	Sub-Total		600
III	076	Bovinocultura	280
	265	Forragicultura	60
	129	Gestão do agronegócio	80
	099	Inseminação artificial	40
	317	Criações especiais (Eqüinos, Bov Corte, Muares)	100
	262	T.O III (treinamento operacional)	40
	Sub-Total		600
	Estágio Obrigatório		360
TOTAL GERAL			2160



MEC/SETEC
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA – MG
 Criada pelo Decreto nº 3092 de 29/12/1956; Transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8731, de 16/11/93; Transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET pelo Decreto Federal de 13/11/2002



Av. Dr. José Sebastião da Paixão, s/n – Bairro: Lindo Vale – Rio Pomba/MG – 36180-000 - Tel. (32) 3571-5700

MATRIZ CURRICULAR

CURSO: TÉCNICO EM ZOOTECNIA – ANO LETIVO 2007
 CÓDIGO DO CURSO: **073**

CÓDIGO DO CURSO: 075			
Período	Código	Disciplinas	Carga Horária
I	151	Introdução à Zootecnia	60
	365	Biosseguridade e Saúde Animal	120
	211	Informática Básica	60
	366	Planejamento e Projeto de Instalações	80
	074	Avicultura (Corte/Postura)	260
	367	Noções de Agroecologia	20
	368	Desenvolvimento de Habilidades	160
	Sub-Total		
II	373	Fertilidade, Manejo e Conservação do Solo	60
	369	Mecanização e Implementos Agrícolas	80
	370	Bem Estar Animal (Bioclimatologia/Etologia/Ambiência)	60
	075	Suinocultura	260
	371	Caprinocultura/Ovinocultura	80
	372	Alimentos e Alimentação	60
	368	Desenvolvimento de Habilidades	160
	Sub-Total		
III	374	Administração e Extensão Rural	60
	375	Tecnologia de Produtos de Origem Animal	80
	265	Forragicultura	100
	293	Bovinocultura (Leite/Corte)	260
	376	Reprodução Animal e Inseminação Artificial	40
	229	Tópicos Especiais	200
	377	Seminário	20
	Sub-Total		
	Estágio Obrigatório		360
TOTAL GERAL			2640



MEC/SETEC
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA – MG

Criada pelo Decreto nº 3092 de 29/12/1956; Transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8731, de 16/11/93; Transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET pelo Decreto Federal de 13/11/2002

Av. Dr. José Sebastião da Paixão, s/n – Bairro: Lindo Vale – Rio Pomba/MG – 36180-000 - Tel. (32) 3571-5700



Matriz Curricular - Ano Letivo - 2008

CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ZOOTECNIA						
			1º ano	2º ano	3º ano	C/H Total
Base Nacional Comum	Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura	200	160	160	520
		Arte	40	-	-	40
		Educação Física	80	80	80	240
		Sub-total	320	240	240	800
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	80	80	80	240
		História	80	80	80	240
		Sociologia	40	-	-	40
		Filosofia	-	40	-	40
		Sub-total	200	200	160	560
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Química	80	80	80	240
		Biologia	80	80	80	240
		Matemática	160	120	160	440
		Física	80	80	80	240
		Sub-total	400	360	400	1160
Parte Diversificada		Redação e Expressão	-	-	40	40
		Inglês	40	40	40	120
		Espanhol	40	40	-	80
		Subtotal	80	80	80	240
Sub-total			1000	880	880	2760
Formação Específica	Estudos e Práticas Zootécnicas I		160			
	Informática Básica		80			
	Biosseguridade e Bem Estar Animal (Saúde Animal/Bioclimatologia/Etologia/Ambiência)		120			
	Avicultura (Corte/Postura)		240			
	Noções de Agroecologia / Fertilidade, Manejo e Conservação do Solo / Mecanização e Implementos Agrícolas			160		
	Suinocultura/Caprinocultura/Ovinocultura			280		
	Alimentos e Alimentação/Forragicultura			120		
	Estudos e Práticas Zootécnicas II			160		
	Planejamento e Projeto de Instalações /Administração e Extensão Rural				120	
	Tecnologia de Produtos de Origem Animal				120	
	Bovinocultura (Leite/Corte)				220	
	Tópicos Especiais(Piscicultura/ Coturnicultura / Equideocultura / Cunicultura / Minhocultura / Apicultura)				100	
	Estudos e Práticas Zootécnicas III				160	
Sub-total			600	720	720	2040
Estágio			360			
Sub-total (Formação Específica e Estágio)			2400			
Carga horária total do curso			5160			

Matriz Curricular - ANO LETIVO 2009

CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ZOOTECNIA

CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ZOOTECNIA						
			1º ano	2º ano	3º ano	C/H Total
Base Nacional Comum	Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura	200	160	160	520
		Arte	40	-	-	40
		Educação Física	80	80	80	240
		Sub-total	320	240	240	800
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	80	80	80	240
		História	80	80	80	240
		Sociologia	40	40	40	120
		Filosofia	40	40	40	120
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Sub-total	240	240	240	720
		Química	80	80	80	240
		Biologia	80	80	80	240
		Matemática	160	200	160	520
		Física	80	80	80	240
	Parte Diversificada	Sub-total	400	440	400	1240
Redação e Expressão		-	40	40	80	
Inglês		40	40	40	120	
Espanhol		-	40	40	80	
		Subtotal	40	120	120	280
		Sub-total	1000	1040	1000	3040
Formação Específica	Estudos e Práticas Zootécnicas I		160			
	Informática Básica		80			
	Biosseguridade e Bem Estar Animal (Saúde Animal/Bioclimatologia/Etologia/Ambiência)		120			
	Avicultura (Corte/Postura)		240			
	Noções de Agroecologia / Fertilidade, Manejo e Conservação do Solo / Mecanização e Implementos Agrícolas			160		
	Suinocultura/Caprinocultura/Ovinocultura			280		
	Alimentos e Alimentação/Forragicultura			120		
	Planejamento e Projeto de Instalações /Administração e Extensão Rural				120	
	Tecnologia de Produtos de Origem Animal				120	
	Bovinocultura (Leite/Corte)				240	
	Tópicos Especiais(Piscicultura/ Coturnicultura / Equideocultura / Cunicultura / Minhocultura / Apicultura)				120	
		Sub-total	600	560	600	1760
		Estágio	360			
		Sub-total (Formação Específica e Estágio)	2120			
		Carga horária total do curso	5160			

Anexo 5

Lei de criação da Escola Agrotécnica de Rio Pomba

Lei nº 3.092, de 29 de dezembro de 1956

Cria a Escola Agrícola de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, no Ministério da Agricultura, a Escola Agrícola de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos na [Lei Orgânica do Ensino Agrícola](#) (Decreto-lei nº [9.613](#), de 20 de agosto de 1946).

Art. 2º A instalação da Escola Agrícola de Rio Pomba será feita em cooperação com o Posto de Criação da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, e com a Estação Experimental de Fumo do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, mantidos pelo Ministério da Agricultura no município de Rio Pomba, utilizando-se para isso as terras e as benfeitorias que se fizerem necessárias.

Art. 3º Para atender às despesas com o início dos seus trabalhos, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$(oito milhões de cruzeiros), importância que, nos orçamentos dos exercícios subsequentes à sua criação, passará a incorporar-se às dotações destinadas à manutenção das Escolas de que trata a [Lei Orgânica do Ensino Agrícola](#).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mário Meneghetti

José Maria Alkimim

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 2.1.1957

7 APÊNDICES

Apêndice A

Carta de Apresentação para Ex-aluno.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA - PPGEA

Rio Pomba, junho de 2010.

Caro(a) Ex-Aluno (a):

Sou servidora do **Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba** (antigo **CEFET-RP**, onde você estudou) e aluna do Mestrado em Educação Agrícola do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Meu trabalho de mestrado destina-se a descobrir as causas da evasão, ou seja, as causas da saída do aluno antes de concluir o Curso de Zootecnia do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba e propor estratégias para reversão de tal situação. Para isto preciso de sua ajuda respondendo o questionário, em anexo. Trata-se de um instrumento de pesquisa, cujo objetivo é coletar dados.

O êxito do meu trabalho depende de sua valiosa colaboração e da fidelidade quanto às respostas.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Luciléia Maria Arantes

Apêndice B
Questionário para o aluno evadido.

QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO EVADIDO

I – IDENTIFICAÇÃO

1. Qual a sua idade? _____ Sexo: () Masculino () Feminino () Não desejo declarar

2 - Em qual cidade você mora? _____ Estado: _____

Você mora em região:

() urbana () rural - Filho(a) de produtores rurais? () Sim () Não

3 – Onde você cursou o Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)?

- a) () todo em escola pública
- b) () todo em escola particular
- c) () maior parte em escola pública
- d) () maior parte em escola particular

4 – Quando você abandonou o curso de Zootecnia você continuou os estudos em outra escola?

- a) () Sim. Qual escola? _____
Qual curso? _____ Concluiu? () Sim () Não
- b) () Não

5. Atualmente qual atividade você exerce?

- a) () Somente estudo
- b) () Somente trabalho
- c) () Estudo e Trabalho
- d) () Não estudo e não trabalho
- e) () Outra atividade. Indicar qual _____

II - DADOS REFERENTES À ÉPOCA DE ESTUDO:

1. Por que você escolheu fazer o curso de zootecnia?

- a) () Gostava da área (estudar os animais e seus sistemas de produção)
- b) () Sempre desejou fazer um curso profissionalizante
- c) () Por influência dos pais
- d) () Já conhecia outras pessoas que faziam esse curso
- e) () Outra razão. Indicar qual _____

2. Na época em que estudou no CEFET-RP você morava:

- a) () Na cidade de Rio Pomba. () com família () com amigos () outro. Qual? _____
- b) () Na Vila () com a família () com amigos () outro. Qual? _____
- c) () No alojamento do CEFET-RP
- d) () Em cidade vizinha com a família (ia e voltava para casa todo dia)
- e) () Outro. Indicar qual _____

3- Como se deslocava para a escola?

- a) () A pé
- b) () De carona
- c) () De ônibus

d) () Outro. Qual? _____

III - A EVASÃO

1 - De modo geral, como você define o curso de Zootecnia que iniciou no CEFET-RP?

a) () Ótimo b) () Bom c) () Razoável d) () Ruim e) () Péssimo

2 - Em que ano você ingressou no curso? _____

Quando abandonou? Ano: _____ Semestre _____

Pretende voltar ao curso de Zootecnia? () Sim () Não

3 - Você foi reprovado durante o curso?

a) () Sim . Quantas vezes? () Uma vez () Duas vezes () Três vezes ou mais

b) () Não

4 - Qual o motivo da reprovação?

a) () Frequência b) () Nota c) () Desistência d) () Outro motivo

5-Marque os fatores que influenciaram sua decisão de abandonar o curso de Zootecnia no CEFET-RP:

() Distância da família.

() Dificuldades de aprendizagem.

() Dificuldades financeiras.

() Falta de tempo para estudar.

() Desconhecimento prévio do curso.

() Indecisão profissional.

() O curso não atendeu às expectativas.

() Necessidade de trabalhar para ajudar a família.

() Problemas de saúde.

() Mudança de residência da família.

() Falta de apoio por parte dos pais.

() Problemas de relacionamento: () com colegas () com professores () com funcionários

() Dificuldades de se adaptar no alojamento e/ou refeitório.

() Dificuldades em realizar todas as atividades propostas pela escola (atividades práticas, trabalhos, tarefas e estudo).

() Falta de atividades de lazer.

() Currículo inadequado em relação às exigências do mercado de trabalho.

() Sistema de avaliação inadequado.

() Falta de integração entre a teoria e a prática nas disciplinas.

() Falta de integração entre a escola e as empresas dificultando a realização do estágio obrigatório.

() Carga horária do curso muito elevada.

() Didática e metodologia ineficientes.

() Impontualidade e muita falta dos professores.

() Falta de incentivo por parte dos professores.

() Falta de respeito dos professores para com os alunos.

() Falta de estrutura da escola (cantina, xerox, banheiros, laboratório de informática, internet, biblioteca).

() Sala de aula inadequadas no aspecto físico, didático e recursos audiovisuais.

() Falta de apoio mais amplo aos alunos carentes.

() Outros. Indicar quais _____

Apêndice C

Carta de Apresentação para Professor e Técnico Administrativo.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA - PPGEA



CARTA DE APRESENTAÇÃO

De: Luciléia Maria Arantes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ

Para: _____

Em: 16/08/2010

Prezado(a) Sr(a)

Dirijo-me a V.Sa. para solicitar sua participação na pesquisa que desenvolvo, na condição de aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na área de Educação e Gestão no Ensino Agrícola.

Minha dissertação destina-se a descobrir as causas da evasão no ensino agrícola do IF Sudeste de MG - Campus Rio Pomba, especialmente no curso Técnico em Zootecnia, e propor estratégias para reversão deste quadro. Para isto preciso de sua colaboração respondendo o questionário em anexo.

Trata-se de um instrumento de pesquisa, cujo objetivo é coletar dados.

Desde já, agradeço.

Atenciosamente,

Luciléia Maria Arantes

Apêndice D

Questionário para Professor e Técnico Administrativo.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA - PPGE



QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR/TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

1 - Há quanto tempo você trabalha no IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba?

() Menos de 01 ano () Entre 01 a 03 anos () Mais de 03 anos

2 - Você percebe a existência de evasão escolar dos alunos do curso Técnico em Zootécnica no IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba? _____

3 - Observe os dados sobre evasão escolar no Campus Rio Pomba:

Curso	Situação do aluno	Turma 2005/2007		Turma 2006/2008		Turma 2007/2009		Turma 2008/2010		Turma 2009/2011	
Zootecnia	Matrícula Inicial	42	100%	45	100%	45	100%	45	100%	50	100%
	Concluintes	20	47%	6	14%	22	49%	0	0%	0	0%
	Em curso	0	0%	1	2%	1	2%	14	31%	31	62%
	Desistentes	15	36%	32	71%	13	29%	10	22%	9	18%
	Transferidos	5	12%	1	2%	0	0%	9	20%	7	14%
	Reprovados	*	*	*	*	*	*	12	27%	3	6%
	Trancamento	2	5%	5	11%	9	20%	0	0%	0	0%

Base de dados – 2005 a 2009

A turma 2008/2010 tem dados de 2 anos cursados, por isto, zero concluinte.

A turma 2009/2011 tem dados de 1 ano cursado, por isto zero concluinte.

* As turmas 2005/2007, 2006/2008 e 2007/2009 ingressaram no ensino modular, a reprovação acontecia nas disciplinas e não na série. Nesta tabela estes dados ficariam inconsistentes. Estão computados entre os desistentes, transferidos e trancados.

Como você, enquanto professor(a), se posiciona diante destes dados?

4 - Marque os fatores que, na sua opinião, influenciaram os alunos na decisão de abandonar o curso de Zootecnia no IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba:

- () Distância da família.
 - () Dificuldades de aprendizagem.
 - () Dificuldades financeiras.
 - () Falta de tempo para estudar.
 - () Desconhecimento prévio do curso.
 - () Indecisão profissional.
 - () O curso não atendeu às expectativas.
 - () Necessidade de trabalhar para ajudar a família.
 - () Problemas de saúde.
 - () Mudança de residência da família.
 - () Falta de apoio por parte dos pais.
 - () Problemas de relacionamento: () com colegas () com professores
() com funcionários
 - () Dificuldades de se adaptar no alojamento e/ou refeitório.
 - () Dificuldades em realizar todas as atividades propostas pela escola (atividades práticas, trabalhos, tarefas e estudo).
 - () Falta de atividades de lazer.
 - () Currículo inadequado em relação às exigências do mercado de trabalho.
 - () Sistema de avaliação inadequado.
 - () Falta de integração entre a teoria e a prática nas disciplinas.
 - () Falta de integração entre a escola e as empresas dificultando a realização do estágio obrigatório.
 - () Carga horária do curso muito elevada.
 - () Didática e metodologia ineficientes.
 - () Impontualidade e muita falta dos professores.
 - () Falta de incentivo por parte dos professores.
 - () Falta de respeito dos professores para com os alunos.
 - () Falta de estrutura da escola (cantina, xerox, banheiros, laboratório de informática, internet, biblioteca).
 - () Sala de aula inadequadas no aspecto físico, didático e recursos audiovisuais.
 - () Falta de apoio mais amplo aos alunos carentes.
 - () Outros. Indicar quais
-
-
-

Apêndice E
Projeto de Acompanhamento de Alunos.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUDESTE DE MINAS GERAIS
Campus Rio Pomba

Ministério da Educação

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO

**PROJETO
DE
ACOMPANHAMENTO
DE
ALUNOS

TURMAS DE ZOOTECNIA**

Coordenação: Luciléia Maria Arantes

Colaboração: CGE

CGAE

Professores

Rio Pomba, janeiro de 2011.

Introdução:

Apesar das políticas públicas educacionais de caráter expansionista face ao acesso à escola e de caráter inclusivo desenvolvidas pelo governo federal constata-se que os índices de evasão escolar na educação profissional vêm aumentando a cada ano.

No IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba esta situação não é diferente. Desde o meu ingresso na instituição em 2008 percebi que o número de alunos das turmas dos cursos técnicos diminuía a cada ano.

O Campus Rio Pomba atende diversos municípios da zona da mata mineira nas diversas modalidades de ensino. A geração de renda destes municípios é, em grande parte, vinda da agricultura familiar. A evasão escolar representa um impedimento à profissionalização dos jovens e consequentemente à melhoria da qualidade de vida.

Segundo Saviani (2002, p. 285) “os reflexos na situação dessas famílias são muito sérios porque lhes retiram a expectativa de melhoria de vida o que significa, na prática, a cassação do seu futuro”.

Preocupada com tal situação comecei a fazer um levantamento de dados e os números apresentavam um alto índice de evasão nos cursos técnicos de Alimentos, Agropecuária, Florestas e Zootecnia.

Decidida a estudar sobre o tema, conhecer as causas da evasão e propor estratégias para reverter à situação encaminhei um projeto para concorrer a uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e fui aprovada.

Para minha dissertação ficou decidido focar o estudo em apenas um curso “Técnico em Zootecnia”.

Como parte integrante da dissertação e como uma das estratégias para combater a evasão, durante o ano de 2011, estarei acompanhando de perto as turmas de zootecnia que estão ingressando no IF Sudeste MG.

A cada ano chegam novos alunos vindos de diversas cidades da região. Geralmente esta é a primeira vez que estes alunos se afastam de casa, da família, dos velhos amigos. Devido à mudança significativa em suas vidas chegam ansiosos e ao mesmo tempo tímidos e inseguros. É preciso um trabalho de integração deste aluno ao novo ambiente escolar, aos novos colegas e professores para que ele se sinta bem, ajustado e socializado.

Também é necessário conhecer as profissões. Muitos alunos ingressam no curso de zootecnia sem terem um conhecimento maior sobre o mesmo. É preciso possibilitar discussões, questionamentos e fornecer informações sobre o curso, as disciplinas que serão estudadas, o campo de atuação após terminar o curso, o mercado de trabalho e as possibilidades de prosseguimento de estudos na área.

A parceria família-escola baseada na cooperação, respeito e confiança é fundamental para o sucesso da educação de nossos alunos uma vez que nossos objetivos são comuns: a formação integral do aluno.

Este trabalho pretende, também, envolver os pais, conscientizando-os de suas responsabilidades na formação e no acompanhamento escolar dos filhos, para que participem efetivamente das reuniões promovidas pela escola.

Pretende atuar no âmbito da orientação da família na difícil arte de educar os filhos no sentido de aprendizagem, preservação da saúde e desenvolvimento humano, através de reflexões e debates a respeito do papel educativo dos pais, numa troca rica de experiências pessoais.

A preocupação com aprendizagem dos alunos será constante. Durante todo o ano será feito um acompanhamento do desenvolvimento e participação dos mesmos nas aulas, levantamento das dificuldades enfrentadas nas disciplinas e busca de soluções para sanar os estes problemas.

Objetivo Geral

Propiciar aos alunos do curso Técnico em Zootecnia um acompanhamento pedagógico e assistencial visando à melhoria da aprendizagem e redução da evasão escolar.

Objetivos Específicos

- Propiciar um período de adaptação e vivência do estudante na escola favorecendo a socialização entre os alunos, os técnicos administrativos e os professores.
- Informar aos alunos sobre o curso de zootecnia, as disciplinas e conteúdos que serão ministrados bem como o campo de atuação do técnico em zootecnia e as possibilidades de prosseguimento de estudos.
- Acompanhar o processo ensino/aprendizagem dos alunos do Curso Técnico em Zootecnia e sanar as dificuldades encontradas ao longo do ano.
- Estabelecer parceria com os pais para maior e melhor acompanhamento do desenvolvimento escolar dos alunos.

Metodologia

Este projeto iniciará através de reuniões com os professores para pedir apoio no trabalho a ser realizado.

Serão realizadas reuniões com os professores para planejamento, execução e acompanhamento das atividades propostas

Com os alunos teremos diversas atividades como dinâmicas de integração, visitas aos setores da escola, especialmente ao setor de zootecnia, palestras e reuniões para esclarecimento sobre o curso, disciplinas, possibilidade de estágio e campo de atuação do Técnico em Zootecnia.

Ao longo do projeto será feito acompanhamento pedagógico e assistencial aos alunos, levantamento de faltas, dificuldades de aprendizagem e contato constante com a família através de reuniões, telefone e e-mail.

Atividades desenvolvidas: Cronograma

Data	Atividade	Responsável
Nov/2010	➤ Reunião com os professores da zootecnia para pedir apoio no desenvolvimento do projeto	➤ Luciléia
Dez/2010	➤ Reunião com coordenador do curso de zootecnia para ajuda na elaboração do projeto – sugestões e verificação de viabilização do desenvolvimento do projeto.	➤ Luciléia
Jan/2011	➤ Contato com ex-aluno convidando para palestra no campus.	➤ Luciléia
01 a 04/2011	➤ Planejamento – conversa com os professores do médio pedindo apoio. ➤ Analisar projeto com os professores pedindo sugestões e sondando a viabilização das atividades. Escolha dos responsáveis para determinadas atividades do setor. ➤ Escolha de um responsável para receber a ex-aluna que fará palestra no dia 10/02.	➤ Luciléia ➤ Professores da Zootecnia
07/02/2011	➤ Reunião com todos os alunos novatos para orientações gerais (reunião prevista pelo CGE) ➤ Visita pelo Campus para conhecer todos os setores e por último uma visita ao setor de zootecnia com explicação detalhada das atividades ali realizadas.	➤ CGE/CGAE/CIEC ➤ Professores da Zootecnia – escolher um responsável
08/02/2011	➤ Dinâmica para entrosamento dos alunos novatos	➤ Lucileia
08/02/2011	➤ Nivelamento dos alunos nas aulas de português e matemática. (já previsto pelo CGE) ➤ Palestra sobre o curso Técnico em Zootecnia – Disciplinas, conteúdos, estágio interno e em empresas, visitas técnicas (visão geral)	➤ CGE ➤ Professores da Zootecnia – escolher um responsável
09/02/2011	➤ Nivelamento	➤ CGE ➤ Luciléia
10/02/2011	➤ Palestras com ex-aluno sobre sua trajetória na escola e os benefícios alcançados.	➤ Luciléia ➤ Palestrante
23/02/2011	➤ Reunião de pais (geral) Já prevista pelo CGE	➤ CGE
16/03/2011	➤ Escolha de um professor conselheiro	➤ Luciléia/CGAE

	para as turmas.	
Março	➤ Levantamento do perfil do aluno, entrega aos professores e encaminhamento necessários	➤ Luciléia
Março	➤ Reunião mensal com os alunos. Tema: Planejamento/ concentração/ horário de estudo	➤ Luciléia ➤ Professores convidados
28 a 31/03	➤ Levantamento de alunos que necessitam de monitoria ou outro atendimento e quais as disciplinas. ➤ Pedido de monitoria junto a CGG	➤ Luciléia ➤ Professores
2ª quizenza de abril	➤ Palestras sobre o campo de atuação do técnico em zootecnia e o mercado de trabalho(também faz parte do Projeto Integração)	➤ Aluno formado no Campus que está atuando na área ➤ Professores da Zootecnia – escolher um responsável
Abril	➤ Reunião mensal com os alunos. Tema: Motivação	➤ Luciléia ➤ Palestrante
Abril/2011	➤ Reunião “pré-conselho” com objetivo de: - sondagem sobre os pontos positivos e negativos dos serviços utilizados na escola. Avaliação dos professores, CGE e CGAE e aplicação da teoria nas aulas práticas - explicar como será o conselho de classe. - Auto-avaliação dos alunos	➤ Luciléia
	➤ Reunião com os professores para explicar sobre o conselho de classe. Função do conselho é de aconselhamento e orientação e não de punição	➤ Luciléia
04/05/2011	➤ Conselho de classe participativo	➤ Luciléia
05/05/2011	➤ Levantamento de alunos que necessitam de monitoria ou outro atendimento e quais as disciplinas. ➤ Pedido de monitoria junto a CGG	➤ Luciléia ➤ Professores
18/05/2011	➤ Reunião de pais ➤ Contato com pais que não compareceram na reunião.	➤ Luciléia
Maio	➤ Reunião mensal com os alunos. Tema: Auto-estima/ auto-conhecimento/ motivação	➤ Luciléia ➤ Professores convidados
11 a 13/05	➤ Semana de Zootecnia – envolver os alunos do 1º ano nas atividades.	➤ Coordenador do curso
Junho	➤ Reunião mensal com os alunos. Tema: Responsabilidade/ amigos/ família	➤ Luciléia ➤ Professores convidados

10/08/2011	➤ Conselho de classe participativo	➤ Luciléia
	➤ Levantamento de alunos que necessitam de monitoria ou outro atendimento e quais as disciplinas. ➤ Pedido de monitoria junto a CGG	➤ Luciléia ➤ Professores
2ª quizena de agosto	➤ Reunião de pais (geral)	➤ CGE
	➤ Orientações sobre o estágio (reunião com um número menor de alunos – turmas do 1º ano maiores esclarecimentos)	➤ Luciléia – convidar CIEC
Agosto	➤ Reunião mensal com os alunos. Tema: Sexualidade	➤ Luciléia ➤ Professores convidados
Setembro	➤ Palestra sobre as possibilidades de prosseguimento de estudos na área	➤ Coordenador do curso
Setembro	➤ Reunião mensal com os alunos. Tema: Grupos/Liderança	➤ Luciléia ➤ Professores convidados
05/10/2011	➤ Conselho de classe participativo	➤
06/10/2011	➤ Levantamento de alunos que necessitam de monitoria ou outro atendimento e quais as disciplinas. ➤ Pedido de monitoria junto a CGG	➤ Luciléia ➤ Professores
19/10/2011	➤ Reunião de pais	➤ Luciléia
Outubro	➤ Semana técnica – envolvimento dos alunos	➤ Coordenador do curso
Outubro	➤ Reunião mensal com os alunos. Tema: Timidez/ comunicação /habilidades sociais	➤ Luciléia ➤ Professores convidados
Dezembro	➤ Conselho de classe final	➤
Dezembro	➤ Preparação dos alunos para receber os alunos novatos do ano seguinte	➤ Lucileia
Durante todos os meses do ano	➤ Levantamento do número de falta dos alunos. ➤ Conversa com os alunos para saber as causas da infrequencia e buscar soluções. ➤ Contato com pais.	➤ Luciléia

Recursos utilizados:

Palestrantes

Sala de aula

Datashow

Eventos

Visitas Técnicas

Xerox

Avaliação

A avaliação será realizada através da observação da participação do envolvimento dos professores e alunos nas atividades propostas e do levantamento mensal da frequência dos alunos e do aproveitamento escolar. Observação do interesse dos alunos em participar das atividades propostas.

Apêndice F



Ficha Individual de Desempenho Escolar.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL SUDESTE MG – CAMPUS RIO POMBA
 Rua Dr. José Sebastião da Paixão, s/nº - Bairro Lindo Vale – Rio Pomba - MG – CEP: 36.180-000 Tel.: (32) 3571-5700

FICHA INDIVIDUAL DE DESEMPENHO ESCOLAR – 1º CONSELHO EM / /2011

NOME: _____ **INTERNO:** Sim () Não () **Alojamento** () **Setor** ()

CURSO TÉCNICO EM ZOOTECNIA TURMA: 1º D 1

PARECER / DISCIPLINAS	POR	ART.	ED.F.	ING.	HIST.	GEO.	SOC.	FIL.	BIOL	QUI.	FÍS.	MAT.	BIOS	AVI	CAP
MÉDIA DO SEMESTRE															
NÚMERO DE FALTAS															
NÚMERO DE AULAS DADAS															
PARECER / DISCIPLINAS	POR	ART.	ED.F.	ING.	HIST.	GEO.	SOC.	FIL.	BIOL	QUI.	FÍS.	MAT.	BIOS	AVI	CAP
Continue apresentando este desempenho															
Bom aluno, cumpre com suas tarefas															
Continue se esforçando você pode render mais															
Seja assíduo e pontual às aulas															
Procure entregar as tarefas nas datas marcadas															
Seja mais atento e interessado durante as aulas															
Tenha mais organização com os materiais e tarefas															
Não perturbe o andamento dos trabalhos															
Respeite seus professores e colegas															
PROFESSORES															

OBSERVAÇÕES INDIVIDUAIS DOS PROFESSORES:

Assinatura do Aluno: _____ **Data** ____/____/____

PARECER DO CONSELHO DE CLASSE:

Assinatura do Pai ou Responsável: _____ **Data:** ____/____/____